

Relatório e Contas 2014



Águas do Oeste, S. A.
Relatório e Contas 2014



Índice

05	Mensagem do Presidente
11	A Empresa
17	Principais Acontecimentos

A - Relatório de Gestão

23	1. Introdução
23	2. Enquadramento Macroeconómico
25	3. Enquadramento do Setor
26	4. Regulação
30	5. Análise Económica e Financeira
46	6. Atividade Operacional
54	7. Objetivos de Gestão
55	8. Cumprimento das Orientações Legais
58	9. Perspetivas para o Futuro
60	10. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício
60	11. Sucursais da Sociedade
60	12. Considerações Finais
61	13. Proposta de Aplicação de Resultados
61	14. Anexo ao Relatório
62	15. Relatório dos Administradores não executivos

B - Contas do Exercício de 2014

67	Contas Individuais
72	Notas às Demonstrações Financeiras
126	Relatório sobre os Objetivos de Gestão 2014
130	Certificação Legal de Contas
133	Relatório e Parecer Final do Fiscal Único



The image is a vertical composition of a waterfall scene. The left and right sides are in color, showing lush green vegetation and the white foam of the falling water. The central portion of the image is a grayscale version of the same scene, creating a visual contrast. The text 'Mensagem do Presidente' is centered horizontally across the top of the grayscale section.

Mensagem do Presidente





Carlos Martins

O Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

A Águas do Oeste prosseguiu em 2014 uma consistente orientação de melhoria contínua, com particular destaque para a eficiência operacional e para a incorporação de boas práticas, cujo resultado é uma reconhecida performance no setor, sendo de destacar a atribuição do selo de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano” pelo segundo ano consecutivo.

Em 2014 verificou-se uma redução do volume de água fornecido aos Municípios, em cerca de 2,5%, mantendo uma tendência que vem desde 2012. A taxa de qualidade da água fornecida, teve 99,92% de cumprimento dos parâmetros previstos na legislação nacional em vigor, assim como o cumprimento integral do estabelecido no Plano de Controlo da Qualidade da Água.

Foram prosseguidas alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento que permitiram reduzir a percentagem de água fornecida com origem nas captações próprias maximizando o fornecimento de água proveniente da EPAL, que em 2014 foi de cerca de 94,1%, minimizando os efeitos negativos resultantes dos valores mínimos contratualizados com a EPAL.

O volume anual de efluente faturado, em 2014, situou-se em 24,02 milhões de metros cúbicos, valor que inclui o caudal tratado e transportado. Este é superior ao do ano de 2013, em resultado do incremento de novas infraestruturas e do aumento de população servida, mas também em resultado da pluviosidade verificada em 2014. As aflúncias pluviais mereceram particular estudo e negociação com os municípios e foi acordada uma metodologia de faturação, a vigorar por três anos, que aguarda parecer do concedente e da ERSAR.

No que respeita a intervenções associadas à eficiência energética, importa destacar a conclusão da primeira fase de intervenções nos sistemas de desodorização de diversas ETAR da concessão (Atouguia da Baleia, Rio Maior, São Martinho do Porto, Zambujeira e Torres Vedras), que visaram o aumento de eficiência energética associada a este uso significativo de energia, e contribuíram para a tendência que se regista na redução dos consumos energéticos específicos destas instalações, quando comparados os períodos homólogos de “tempo seco” e de “tempo húmido”.

A Águas do Oeste assegurou a manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado (NP EN ISO 9001), ao desempenho ambiental (NP EN ISO 14001) e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001/ NP 4397) e está envolvida na certificação pela NP EN ISO 50001 prosseguindo um objetivo corporativo na área de eficiência energética.

Os constrangimentos colocados às empresas do Setor Empresarial do Estado, limitam sobretudo uma mais adequada gestão de recursos humanos, quer no que respeita à natural renovação de colaboradores, com as saídas naturais que ocorrem em cada ano, quer no que respeita a uma política de incentivos que premeie o mérito e desempenho, apesar dessa situação, foi possível manter a compreensão e o empenhamento de todos, única forma de assegurar a nossa missão com adequado desempenho ambiental, económico e responsabilidade social.

Os recursos humanos são uma área crítica para o sucesso e excelência no cumprimento da nossa missão. Estamos cientes que o desempenho global da empresa resulta do esforço dos colaboradores. Acompanhamos com interesse o pedido de autorização da AdP SGPS junto das tutelas do Ambiente e Finanças, que poderá alterar a situação crítica na operação.

Acompanhamos, com preocupação e expectativa, a emissão de parecer sobre a revisão do Acordo de fornecimento de água, estabelecido entre a Águas do Oeste e a EPAL, tendo em conta que o mesmo permitiria criar as condições para regularização de dívidas para com a EPAL e de alguns municípios com a Águas do Oeste, relativos a efeitos decorrentes de consumos mínimos contratualizados, mas não houve evolução consequente do assunto ao longo de 2014.

Em 2014 a Águas do Oeste manteve a tendência de crescimento do volume de negócios, com um resultado líquido do exercício que, sendo negativo, foi bastante melhor do que o registado nos últimos anos, e resultou da circunstância do pagamento à EPAL de valores mínimos não consumidos referentes a período anterior a 2009.

O interesse que as nossas atividades despertam na comunidade política, técnica e científica, determinaram a realização de algumas visitas às nossas instalações e a realização de estágios profissionais de estudantes do ensino superior de variados ramos de ensino. Valorizando as nossas competências e a qualificação dos recursos humanos incentivamos a participação da empresa em diversos eventos técnicos, sendo de destacar a apresentação de alguns dos trabalhos desenvolvidos em matéria de eficiência energética, no Congresso Mundial da Água da IWA, em Lisboa, nos *Workshops* de Inovação e nas Jornadas de Engenharia do Grupo Águas de Portugal.

Em articulação com os municípios e com as comunidades escolares temos desenvolvido um vasto conjunto de iniciativas de formação, sensibilização e educação ambiental.

Em face dos resultados alcançados e tendo presente os constrangimentos de contexto, quero expressar um profundo agradecimento à equipa da Águas do Oeste pelos resultados obtidos, aos nossos acionistas pelo apoio sempre manifestado e pela compreensão nos momentos de maior dificuldade, a todos os membros dos órgãos sociais pelo seu empenho em contribuir para um resultado articulado de vontades, ao revisor oficial de contas e à entidade reguladora onde sempre encontramos espaço para um diálogo relevante para defender os interesses da Águas do Oeste e do setor.



A Empresa

Empresa

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade), criada a 24 de novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, tem como objeto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos.

Responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, a Empresa tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e a recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, contribuindo para a despoluição das bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste, fatores essenciais para o bem-estar da população.



O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água



O Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais

O sistema multimunicipal de abastecimento de água do Oeste serve os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

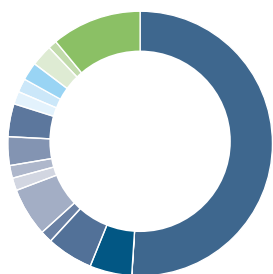
O sistema de saneamento do Oeste foi concebido para servir os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Acionistas

Os seus acionistas são a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Comunidade Intermunicipal do Oeste e os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A Águas do Oeste é uma sociedade de direito privado e capitais públicos em que o Estado Português, através da empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, participa com 51% do capital social, sendo os restantes 49% distribuídos pelos Municípios, conforme evidencia o gráfico seguinte:

Estrutura Acionista
(%)



Águas de Portugal, SGPS, S.A. 51,00%	Município de Caldas da Rainha 3,5%
Associação de Municípios do Oeste 0,02%	Município de Lourinhã 4,02%
Município de Alcobaça 5,13%	Município de Nazaré 1,56%
Município de Alenquer 5,68%	Município de Óbidos 1,67%
Município de Arruda dos Vinhos 1,47%	Município de Peniche 2,20%
Município de Azambuja 5,95%	Município de Rio Maior 2,63%
Município de Bombarral 1,54%	Município de Sobral de Monte Agraço 1,08%
Município de Cadaval 1,55%	Município de Torres Vedras 10,99%

Cadeia de Valor

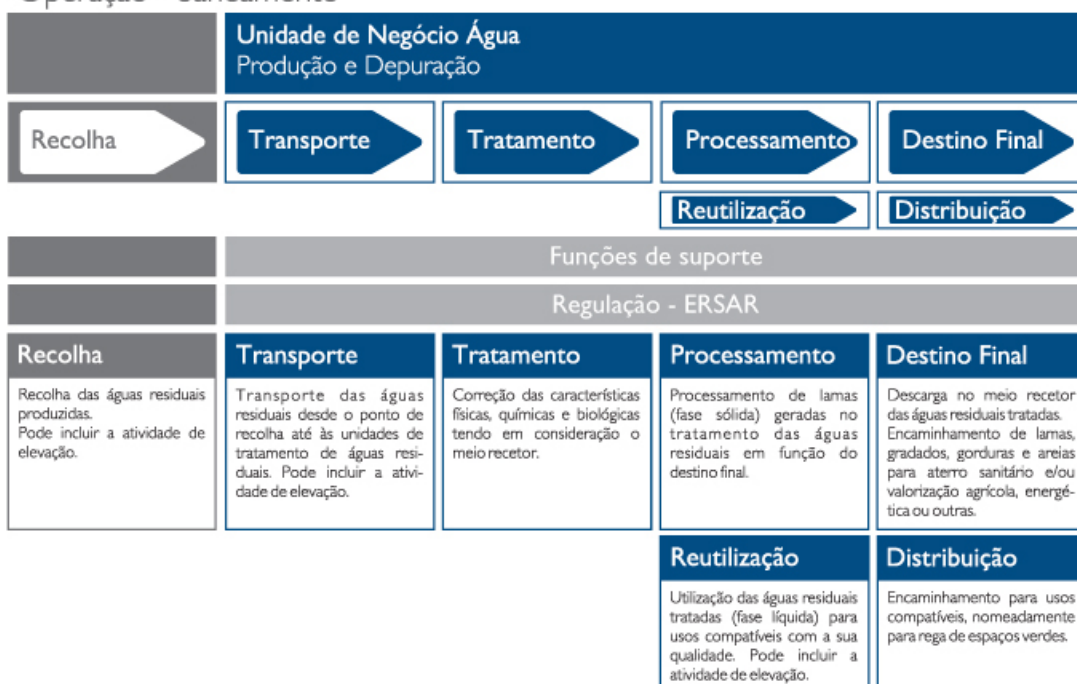
Ainda que a operação seja a atividade mais visível da Águas do Oeste, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas é exposta a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



Indicadores

Unidade: euros

Indicadores Financeiros	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	33 734 658,48	30 003 885,89	31 344 389,74	32 969 270,05
EBITDA	15 266 428,33	11 455 593,39	11 600 250,55	15 010 619,33
Volume de Investimento	6 192 585,89	4 964 119,72	831 521,43	861 781,08
Ativos	304 036 686,27	297 088 507,62	284 131 014,43	271 337 736,95
Resultado Líquido do Exercício	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)	(391 502,23)

Unidade: dias

	2011	2012	2013
Prazo Médio de Pagamentos	62	84	41

Unidade: dias

	2011	2012	2013
Prazo Médio de Recebimentos	193	192	133

Rácios	2011	2012	2013	2014
Liquidez geral	1,56	1,52	1,68	1,91
Solvabilidade	0,08	0,07	0,07	0,07
Cobertura do Imobilizado	10,08%	9,08%	8,08%	8,30%
Autonomia Financeira	7,75%	6,95%	6,21%	6,36%

Indicadores de Atividade

	Unid.	2011	2012	2013	2014
Volume de Água					
Volume de água produzida	m ³	27 613 693,00	27 200 538,39	26 193 746,34	25 600 116,48
Volume de água distribuída	m ³	27 097 222,11	26 485 239,64	25 864 978,96	25 207 067,54
Volume de Efluentes					
Volume de efluente recolhido	m ³	22 466 458,91	19 583 206,00	23 542 383,64	26 038 198,15
Volume de efluente tratado	m ³	20 010 870,91	16 900 703,00	20 740 782,64	23 711 663,15
Municípios Abrangidos					
Abastecimento	-	15	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14	14
Municípios Servidos					
Abastecimento	-	15	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14	14
População Abrangida					
Abastecimento	Habitantes	358 635,53	358 635,53	358 636,00	361 141,00
Saneamento	Habitantes	361 215,17	361 215,17	361 215,00	339 747,00
População Servida					
Abastecimento	Habitantes	326 271,36	327 558,15	327 558,00	325 031,00
Saneamento	Habitantes	321 345,42	341 350,42	347 084,00	331 378,40

No ano de 2014 não ocorreram alterações em termos de cobertura do sistema multimunicipal na vertente de abastecimento de água, sendo que para o saneamento de águas residuais registou-se um crescimento da cobertura efetiva que permitiu servir mais 3.520 habitantes residentes.

Importa salientar que a alteração dos valores para 2014 da população abrangida e servida para as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, quando comparados com os indicados nos anos anteriores, decorre do facto de se ter passado a assumir os dados definitivos da campanha dos Censos 2011 do INE, enquanto que nos anos precedentes eram assumidos números que tinham por base uma estimativa intermédia de crescimento populacional decorrente dos estudos prévios de conceção do Sistema Multimunicipal (ano de 2001).



Principais Acontecimentos

Em 2014 manteve-se o quadro de restrições financeiras e ao nível da gestão dos recursos humanos, decorrentes do quadro legislativo e das orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado.

Manteve-se o atraso na disponibilização das verbas do Fundo de Coesão, tendo sido recebido apenas o saldo final de uma das candidaturas, e próximo do final do ano, o que, juntamente com o atraso no pagamento por parte de alguns utilizadores, manteve o impacto dos encargos financeiros associados às linhas de financiamento de que a Empresa dispõe e restringiu a margem para a realização de investimento.

Ao nível dos recursos humanos, manteve-se o quadro de não admissão de novos trabalhadores, o que, face à saída e à ausência de trabalhadores devido a gozo de licenças parentais e ao aumento do número de infraestruturas de saneamento em exploração, condicionou a capacidade de resposta da empresa em algumas áreas, tendo sido, contudo, permanente a preocupação de minimizar as implicações ao nível da qualidade do serviço prestado.

Continuou a verificar-se uma redução do volume de água fornecido pela Empresa aos municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal, inferior em cerca 2,5% ao do ano anterior; resultado de alterações nos hábitos de consumo e à redução da atividade económica, consequência da situação económica e social que o país atravessa e, certamente, de um trabalho das entidades gestoras “em baixa” na redução das perdas de água nos seus sistemas.

Esta diminuição significativa dos proveitos associados à atividade de abastecimento de água não foi acompanhada pela diminuição proporcional dos custos, dado que o contrato de aquisição de água à EPAL estabelece o pagamento de caudais mínimos e, para além do diferencial entre o volume consumido e o volume estabelecido no contrato, está considerado o pagamento de volumes suplementares, devidos por se terem verificado consumos inferiores aos previstos até ao ano de 2009. O valor a pagar à EPAL referente a 2014, correspondente a água não consumida, é de cerca de 2,1 milhões de euros. O valor de água não consumida associado a anos anteriores a 2009 é superior ao montante de resultado líquido negativo da empresa em 2014.

Em 2013, face ao impacto negativo que este contrato de aquisição de água à EPAL tem nas contas e na atividade da Empresa, foi aprovado em Assembleia-Geral da Empresa e enviado ao Concedente para aprovação, uma proposta de aditamento ao contrato de fornecimento de água, assinado com a EPAL e a AdP SGPS, S.A., no sentido de acabar com os consumos mínimos, de resolver a questão da faturação emitida pela EPAL associada aos volumes mínimos e aos volumes suplementares, pretendendo-se que também contribua para a desejável resolução da faturação emitida pela AdO aos utilizadores municipais associada aos valores mínimos garantidos. Esta proposta de aditamento foi objeto de pedidos de esclarecimento por parte da entidade reguladora (ERSAR) e respetivos esclarecimentos da AdO, mas não foi ainda comunicada qualquer decisão à empresa.

Em 2014 não houve nenhuma decisão dos municípios sobre a eventual parceria Estado/Autarquias relativamente à gestão dos sistemas “em baixa”, a que poderá não ter sido alheio o anunciado processo de reorganização dos sistemas multimunicipais.

O processo de reorganização dos sistemas multimunicipais, que na altura da elaboração do orçamento para 2014 se previa ser implementado nesse ano, também esteve presente nas preocupações da empresa.

Dos principais acontecimentos ocorridos em 2014, destacam-se:

- A manutenção da posição dos municípios de Alcobaça (cliente), Óbidos e Rio Maior de não autorizar a Águas do Oeste a iniciar o fornecimento de água a alguns dos pontos de entrega previstos no Contrato de Concessão;
- A manutenção da situação dos municípios de Óbidos e de Rio Maior de continuarem a utilizar captações próprias em áreas onde a Águas do Oeste detém o exclusivo do fornecimento de água, e, por essa razão, consumirem um volume anual inferior ao volume associado ao valor mínimo garantido para 2014 previsto nos respetivos contratos de fornecimento;
- A redução do volume de água fornecido aos municípios, em cerca de 2,5%, para os cerca de 25,2 milhões de metros cúbicos, comparativamente aos cerca de 25,9 milhões de metros cúbicos fornecidos no ano de 2013, sendo que já nesse ano tinha havido uma redução de cerca de 2,6% relativamente a 2012;
- A taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,92% de cumprimento dos parâmetros previstos na legislação nacional em vigor, assim como o cumprimento integral do estabelecido no Plano de Controlo da Qualidade da Água;
- A atribuição, pelo segundo ano consecutivo, do selo de “**Qualidade exemplar da água para consumo humano**”, em novembro de 2014, uma distinção que resulta de uma parceria entre a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água&Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos

(APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, asseguraram uma qualidade exemplar da água para consumo humano a todos os seus clientes, verificando todos os critérios previstos no respetivo regulamento. É de realçar o facto de algumas entidades gestoras “em baixa” servidas pela AdO também terem obtido este selo de qualidade.

- O desenvolvimento dos diversos planos de monitorização da qualidade da água;
- A manutenção das alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento que permitiram reduzir a percentagem de água fornecida com origem nas captações próprias maximizando o fornecimento de água proveniente da EPAL, que em 2014 foi de cerca de 94,1%;
- A continuação da otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de abastecimento que permitiram a redução de recursos humanos e de viaturas, a redução do número de horas extraordinárias, do número de análises externas e das distâncias percorridas pelas viaturas de serviço, com a conseqüente redução de custos;
- A realização de estudos para avaliação de futuras intervenções em algumas estações elevatórias de abastecimento de água, com o objetivo de tornar o seu funcionamento mais eficiente e por conseguinte reduzir o consumo de energia elétrica;
- A continuação da gestão do funcionamento das estações elevatórias, com o objetivo de potenciar a utilização dos períodos tarifários de energia mais baratos para efetuar a elevação de água;
- A receção e análise dos pareceres dos municípios à proposta de Regulamento de Exploração de Abastecimento de Água, prevendo-se o envio ao Concedente da versão final daquele documento para aprovação;
- O registo de furtos em infraestruturas da Águas do Oeste, nomeadamente de Postos de Transformação, que levou à instalação de sistemas de deteção de intrusão para minimização da ocorrência deste tipo de situações no futuro;
- O aumento do número de infraestruturas de saneamento de águas residuais em exploração, com mais oito estações elevatórias e cerca de 29 km de emissários, correspondendo, no final de 2014, a 74 ETAR, 165 estações elevatórias e cerca de 602 km de emissários em exploração, permitindo aumentar em cerca de 3.520 os habitantes servidos da região;
- O aumento do número de Licenças de Utilização de Recursos Hídricos em vigor; existindo, no final do ano de 2014, 64 ETAR com Licença emitida, mantendo a continuidade na elaboração dos processos para a obtenção/ renovação das licenças necessárias à exploração de todas as infraestruturas;
- A otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais que permitiram continuar a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias e consumo de água potável e o aumento da utilização de efluente reutilizado;
- A manutenção de elevados valores da avaliação de conformidade, tendo-se obtido o valor de 98,94%;
- O volume anual de efluente faturado, em 2014, situou-se em 24,02 milhões de metros cúbicos, valor que inclui o caudal tratado e transportado. Este é superior ao do ano de 2013, em resultado do aumento das infraestruturas e da população servida, mas também do maior número de períodos de pluviosidade verificados em 2014, comparativamente a 2013, e do facto de a empresa ter passado a faturar com base nos caudais medidos a um maior número de utilizadores, na sequência da aprovação, pelo Concedente, dos respetivos planos de medição de caudal;
- O lançamento de novos procedimentos para a prestação de serviços para a realização do controlo analítico legal e operacional da atividade de abastecimento, o controlo analítico legal da atividade de saneamento e o controlo analítico necessário à monitorização dos meios recetores, cujos contratos estavam a terminar, bem como o relançamento do procedimento de contratação pública para a prestação de serviços de limpeza e higienização de Infraestruturas, cujo contrato não se considerou adequado prorrogar;
- A manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado (NP EN ISO 9001), ao desempenho ambiental (NP EN ISO 14001) e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001/ NP 4397);
- O início da integração, no sistema de gestão da responsabilidade empresarial, do sistema de gestão de energia de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 50001, tendo como principais objetivos a redução de consumos e a identificação e priorização da utilização energética, tendo em vista a melhoria do desempenho energético;
- O cumprimento integral do programa de auditoria previsto no âmbito do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, tendo sido dada continuidade à realização de auditorias a fornecedores;
- A conclusão da primeira fase de intervenções nos sistemas de desodorização de diversas ETAR da concessão (Atouguia da Baleia, Rio Maior, São Martinho do Porto, Zambujeira e Torres Vedras), que visaram o aumento de eficiência energética associada a este uso significativo de energia, e contribuíram para a tendência que se regista na redução dos consumos energéticos específicos destas instalações, quando comparados os períodos homólogos de “tempo seco” e de “tempo húmido”;
- A manutenção da estratégia de comunicação, através da implementação do Plano de Educação Ambiental, um projeto que continua a ter uma grande receptividade e procura por parte da comunidade envolvente, tendo, no decorrer de 2014, contado com cerca de cinco mil participantes, num total de 84 ações de sensibilização realizadas;
- O desenvolvimento de um conjunto de trabalhos, envolvendo diversas áreas da Empresa, e que comportam investimentos de reduzida expressão e com retorno, na generalidade das situações, inferiores a 1-2 anos, no sentido de otimizar o funcionamento de algumas instalações e reduzir os seus consumos em energia, com destaque para as seguintes intervenções: redução de consumos energéticos em sistemas de desodorização; redução de consumos energéticos em sistemas de arejamento e

agitação; avaliação funcional do universo das turbinas de arejamento da Concessão; início da avaliação hidro-energética nas EE (saneamento) mais consumidoras de energia elétrica; reabilitação de duas dezenas de sondas de medição de oxigénio dissolvido e sua utilização em instalações desprovidas de sondas; instalação de arrancadores suaves na EE de Alcanhões; propostas de racionalização das unidades de UV da concessão;

- O desenvolvimento da estratégia de gestão de ativos, centrada na contenção de custos através do aumento da eficiência energética e de ganhos de vida útil, que terá uma grande continuidade em 2015;
- O reforço do envolvimento da empresa com institutos e universidades, no sentido de assegurar melhores e mais eficientes soluções tecnológicas e modelos de gestão operacional, potenciando a componente de inovação que alguns dos projetos acima referidos assumem;
- A participação da empresa em diversos eventos técnicos, sendo de destacar a apresentação de alguns dos trabalhos desenvolvidos em matéria de eficiência energética, no Congresso Mundial da Água da IWA, em Lisboa, nos Workshops de Inovação e nas Jornadas de Engenharia do Grupo Águas de Portugal;

A empresa desenvolveu toda a sua atividade de uma forma que se pretendeu franca e de cooperação com os acionistas, designadamente com os municípios integrados no sistema multimunicipal, tendo sempre como objetivo a melhoria contínua da atividade desenvolvida e a resolução dos problemas com que a Empresa se debate.



The image is a vertical collage of three landscape photographs of a lake. The top section shows a sunset with a warm orange and yellow sky. The middle section shows an overcast day with a grey sky. The bottom section shows a sunrise with a bright yellow and orange sky. The lake is calm, and there are silhouettes of trees in the background. The text 'A - Relatório de Gestão' is centered in the middle section.

A - Relatório de Gestão



A - Relatório de Gestão

1. Introdução

A atividade da Águas do Oeste abrange a conceção, construção, exploração, reparação, renovação e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, implicando um conjunto diversificado e complexo de atividades e a necessária articulação entre todos os serviços da empresa,

Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS)

A Águas do Oeste encontra-se certificada com base nos referenciais normativos que regulam a gestão da qualidade do serviço (NP EN ISO 9001), a gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) e a gestão da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001 e NP 4397), tendo implementado um sistema de gestão de responsabilidade empresarial com base nestas três vertentes.

Destaca-se, no ano de 2014, a auditoria de acompanhamento referente ao 3.º ciclo de certificação com a manutenção dos certificados de conformidade dos referenciais normativos acima mencionados.

Numa ótica global de gestão do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde, prevalece a identificação de aspetos e avaliação de impactos ambientais e a identificação de perigos e avaliação de riscos de segurança e saúde no trabalho, envolvendo a análise dos diplomas legais aplicáveis e relevantes à atividade da empresa, bem como a verificação da respetiva conformidade face ao seu cumprimento.

Com o intuito de corresponder positivamente às linhas orientadoras indicadas na sua Política da Qualidade Ambiente e Segurança e Saúde, a Águas do Oeste manteve, em 2014, o acompanhamento do desempenho do sistema de gestão através dos procedimentos intrínsecos à melhoria contínua, efetuando auditorias internas e a fornecedores, auscultando os clientes quanto ao seu grau de satisfação, acompanhando o tratamento dado às reclamações, às situações de não conformidade e às ações de melhoria, efetuando reuniões gerais com os diversos serviços integrados na estrutura organizacional da empresa e avaliando os resultados dos indicadores/objetivos. No que respeita ao processamento dos dados necessários para o acompanhamento, cálculo e reporte dos Indicadores de Desempenho da AdO, a reportar à ERSAR e à UNA-PD (AdP), todo o processo foi acompanhado numa lógica de indicadores referentes ao processo de monitorização do Planeamento Estratégico, incorporado e, portanto, acompanhados rotineiramente no âmbito do Sistema de Gestão, tendo sido ainda compilados os dados referentes aos Indicadores de Sustentabilidade, de reporte à AdP.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs. 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes. Três grandes fatores explicam este arrefecimento: **(i)** os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; **(ii)** as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e **(iii)** a diminuição dos preços de algumas *commodities*, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

União Europeia

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0,7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0,6%. Apesar deste crescimento reduzido esteve a incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no setor das famílias. Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6%. A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0,2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0,4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0,9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1,1 pontos percentuais para um crescimento que se projeta em torno de 0,9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam acima do previsto. Vários fatores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2,2 p.p. para o total. Deste modo, a atual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2,5%, que contrasta com +3,5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem combustíveis), registam um comportamento assinalável, com um crescimento até novembro de 4,7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China. Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, refletindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0,3%.

Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6.42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflete o bom desempenho da receita fiscal, +6,2% face ao ano anterior, enquanto a despesa registou um crescimento de apenas 0,8% no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

3. Enquadramento do Setor

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas existentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.
- As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:
- a apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, em outubro de 2014;
- a assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- a conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2010 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 – Plano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A..

Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

1. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
2. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
3. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
4. Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos municípios até ao final de 2014.

A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;
- Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;

- **Regulação Económica** - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço dos estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor; da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas.
- **Reorganização do setor de titularidade Estatal** - materializada na reestruturação territorial e corporativa do grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais quer na componente de articulação com os diferentes *stakeholders*.

Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos *ex-ante* e *ex-post*.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. Regulação

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos desenvolvidos pelo Grupo AdP são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas estão assentes nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos setores onde atuam as empresas que integram o Grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do setor quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora.

Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do setor, destacam-se a privatização do setor dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS, S.A..

A atuação da Águas do Oeste, S.A., concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas está sujeita ao disposto no Decretos-Leis n.º 319/94, de 24 de dezembro e n.º 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

A Águas do Oeste, S.A., concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, durante o ano de 2014 prestou todas as informações solicitadas para a realização dos estudos e soluções necessários para a concretização das disposições contantes do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assenta, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a Águas do Oeste, S.A. tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas.

Regulação Económica sujeita à atuação da ERSAR

Nos termos do disposto no contrato de concessão em vigor, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2014, iniciado em 30 de setembro de 2013, estendeu-se até 19 de março de 2014, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Águas do Oeste, S.A., as tarifas foram aprovadas pelo Concedente.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite um mais adequado balanceamento entre os proveitos e os encargos de prestação dos serviços.

Em setembro de 2014 iniciou-se o ciclo orçamental para 2015, não tendo nem a proposta de orçamento nem a proposta tarifária sido aprovadas até 31 de dezembro de 2014.

As propostas de orçamento e tarifas para 2014 e para 2015 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro como dispõem os novos estatutos da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente na maioria das entidades gestoras de sistemas multimunicipais e parcerias Estado-Autarquias, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade ou eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP para 2014 serão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação será detalhada no Relatório e Contas consolidado de 2014 do Grupo AdP.

A Entidade Reguladora apresentou, durante o ano de 2010, uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e *superavit*) ou desvios de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão, exigem que não se adie por mais tempo o expresso reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

A concretização das soluções preconizadas no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitirá, no âmbito das agregações de sistemas multimunicipais, a definição de regras de registo e recuperação dos desvios tarifários.

Regulação da Qualidade de Serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da Qualidade da Água para Consumo Humano

Nos termos da legislação, a Águas do Oeste, S.A. está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela Águas do Oeste, S.A..

A Águas do Oeste, S.A. nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, deve elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

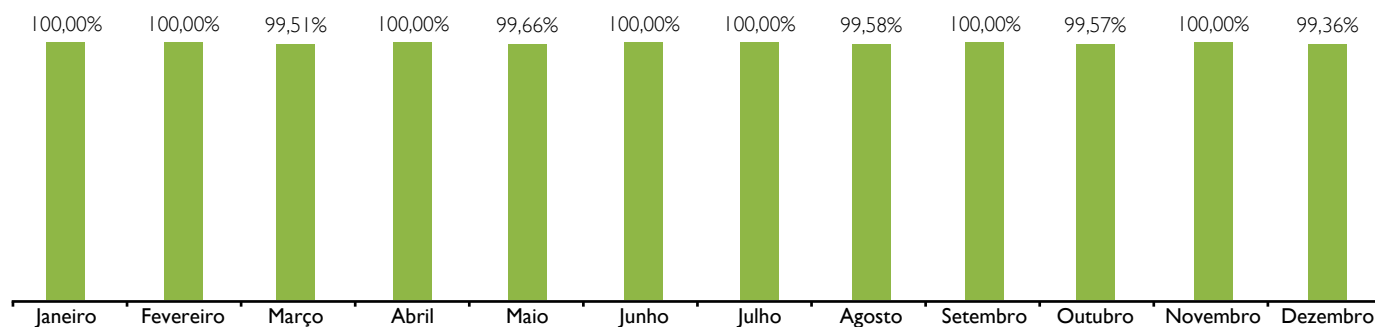
O PCQA de 2014 da Águas do Oeste, S.A. foi submetido, em 16 de setembro de 2013, e aprovado, em 15 de outubro de 2013, pela ERSAR.

No cumprimento da legislação vigente, a Águas do Oeste, S.A. implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

Em 2014, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 4.175 análises, sendo que foram detetadas cinco situações de incumprimentos aos valores paramétricos, que na contra análise se revelaram conformes.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Taxa de Qualidade da Água - PCQA 2014



Pela segunda vez, em 2014, a Entidade Reguladora atribuiu selos de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”, a várias entidades, entre as quais foi distinguida a Águas do Oeste, S.A..

Regulação das Relações Comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março de 2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação Ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas do Grupo AdP estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

5. Análise Económica e Financeira

Necessidade de sustentação da Empresa

Para além do financiamento do Banco Europeu de Investimento, associado à construção das infraestruturas, o atraso no recebimento de subsídios do Fundo de Coesão e no pagamento de alguns dos clientes, levou a empresa a recorrer a capital alheio.

Em termos financeiros, a empresa dispunha, no final de 2014, dos seguintes créditos negociados:

- (i) Linhas de crédito no valor de 19.000.000,00 euros, sem afetação específica;
- (ii) Contrato de Suprimentos com a AdP SGPS, S.A. sob a forma de apoio de tesouraria, no valor de 15.000.000,00 euros, relativo ao empréstimo a contrair junto do Banco Europeu de Investimento, no âmbito do Grupo Águas de Portugal (designado por BEI III);
- (iii) Utilização do sexto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 37.674.160,00 euros;
- (iv) Utilização do sexto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 23.546.350,00 euros;
- (v) Utilização do sexto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 9.418.540,00 euros;
- (vi) Utilização do sexto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 9.418.540,00 euros;
- (vii) Utilização do quarto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI II no valor 11.460.000,00 euros;
- (viii) Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor de 20.000.000,00 euros;
- (ix) Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor de 10.000.000,00 euros.

A empresa encerrou o exercício de 2014 com uma utilização de 8 milhões de euros do contrato de suprimentos com a AdP SGPS, S.A., e sem quaisquer utilizações das linhas de crédito disponíveis.

Indicadores Económicos

A Empresa concluiu o exercício de 2014 com um resultado líquido negativo de 391.502,23 euros.

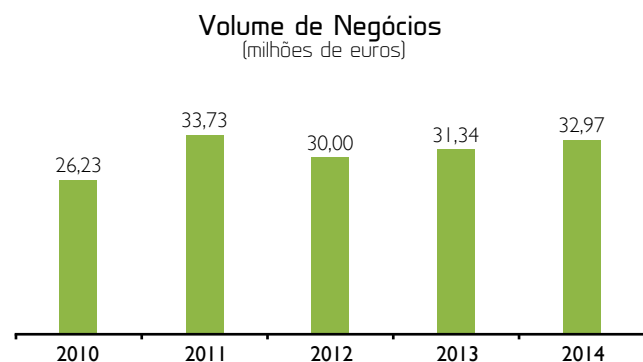
Nos proveitos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Vendas	23 318 972,02	19 054 990,35	18 120 335,82	18 990 175,36
Prestações de serviços	10 415 686,46	10 948 895,54	13 224 053,92	13 979 094,69
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	482 178,97	232 573,41	119 661,76	38 257,16
Rendimentos Financeiros	1 800 074,69	2 191 763,22	2 062 992,28	2 128 018,73
Subsídios ao investimento	4 699 533,54	3 657 425,95	3 783 486,39	4 573 719,38
Total de Proveitos	40 716 445,68	36 085 648,47	37 310 530,17	39 709 265,32

Vendas e Prestações de Serviços

Houve um aumento nos proveitos, de cerca de 6,4%, face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento do volume de negócios, cerca de 5,2% e ao aumento dos subsídios ao investimento, cerca de 20,9%.



Abastecimento de água

A Águas do Oeste encontra-se a fornecer água para consumo público aos 15 municípios previstos no contrato de concessão, desde janeiro de 2011. Destes, apenas Óbidos, Rio Maior e Alcobaça continuaram, em 2014, a não autorizar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega (PE) previstos. Relativamente a Óbidos e Rio Maior, apesar de a Águas do Oeste ter a exclusividade do fornecimento de água “em alta”, estes municípios ainda se encontram a explorar captações municipais próprias para abastecimento público, estando a adquirir um volume inferior às necessidades reais nos PE que se encontram em exploração.

A atividade de abastecimento de água foi inferior à do ano anterior, tal como já havia acontecido em 2013 relativamente a 2012, tendo sido fornecidos menos cerca de 762,5 mil metros cúbicos, nos designados “municípios utilizadores em exclusivo”.

A Águas do Oeste faturou cerca de 25,2 milhões de metros cúbicos de água, dos quais, cerca de 23,7 milhões de metros cúbicos tiveram origem na EPAL e 1,5 milhões de metros cúbicos, em captações próprias. Isto significa que 94,1% da água faturada e efetivamente fornecida pela Águas do Oeste teve origem na EPAL e 5,9% em captações próprias.

Em 2014, a AdO procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os valores mínimos garantidos considerados nos contratos de fornecimento e os valores consumidos e faturados. Dado que, em 2014, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos “municípios clientes” e dos “utilizadores em exclusivo” em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador, ou seja, no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, como é o caso dos municípios de Óbidos e de Rio Maior, ou no caso em que o “município cliente” não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobaça. Neste sentido foi reconhecido o valor de 2.071.531,00 euros, tendo por base a tarifa do Contrato de Concessão atualizada anualmente à taxa de inflação.

Saneamento de Águas Residuais

Na atividade de saneamento, apesar de ainda não estarem a ser exploradas todas as infraestruturas previstas, a Águas do Oeste encontra-se a servir os 14 municípios previstos no Contrato de Concessão. A empresa encontra-se a explorar 74 ETAR e 165 Estações Elevatórias, para além de cerca de 602 km de emissários.

A atividade de saneamento foi superior à do ano anterior, em cerca de um milhão de metros cúbicos. O aumento do volume de efluente recolhido e tratado, e faturado, está associado a maiores aflúncias ao Sistema Multimunicipal, resultante de novas infraestruturas e decorrente de uma maior pluviosidade ocorrida face a 2013, bem como ao facto de se ter dado início à faturação com base na medição de caudal real, na sequência da aprovação, pelo Concedente, dos respetivos planos de medição de caudal.

Aguarda-se a aprovação, pelo Concedente, dos planos de medição de caudal relativamente aos municípios de Alenquer e de Óbidos.

Outros Rendimentos e ganhos operacionais

A rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais reflete, essencialmente, o reconhecimento de proveitos com indemnizações de seguro de multiriscos, venda de energia fotovoltaica e rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos.

A variação negativa face ao ano anterior resulta, em menores rendimentos com indemnizações de seguro de multiriscos, no montante de 94.273,71 euros, a menores rendimentos com a venda de cadernos de encargos, no valor de 6.000,00 euros, em contrapartida de maiores rendimentos com a faturação a empreiteiros e prestadores de serviços de custos indevidamente suportados pela empresa e indemnizações, no valor de 18.965,45 euros, e a maiores rendimentos com a venda de energia no montante de 1.114,85 euros.

Rendimentos Financeiros

O ligeiro aumento dos Rendimentos Financeiros deve-se a maiores proveitos com juros de mora faturados aos municípios e maiores juros relativos a investimentos financeiros.

Subsídios ao Investimento

Os Subsídios ao Investimento refletem o reconhecimento dos subsídios do Fundo de Coesão pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios. O aumento verificado é explicado por um maior volume de atividade, originando uma taxa de depleção superior, tal como sucedeu para as amortizações.

Nos custos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(11 216 857,14)	(10 635 403,16)	(10 991 699,10)	(11 101 031,54)
Fornecimentos e serviços externos	(9 318 065,34)	(8 919 302,77)	(9 111 129,41)	(8 335 944,98)
Gastos com o pessoal	(2 776 651,67)	(2 499 638,19)	(3 052 004,39)	(2 791 891,45)
Outros Gastos operacionais	(338 368,51)	(383 947,74)	(492 454,44)	(341 759,29)
Amortizações do exercício	(11 864 710,53)	(10 479 731,55)	(10 898 856,58)	(12 178 553,07)
Gastos e perdas financeiras	(5 088 193,58)	(6 437 864,95)	(5 849 535,21)	(5 612 093,24)
Total de Custos	(40 602 846,77)	(39 355 888,36)	(40 395 679,13)	(40 361 273,57)

Custo das Mercadorias Vendidas

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas está associado, na quase totalidade, à compra de água à EPAL. Apesar de se ter verificado um decréscimo do volume de água adquirido, no montante de 653.732 metros cúbicos, face a 2013, a EPAL procedeu à facturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato e os volumes efetivamente fornecidos, acrescidos do valor associado ao volume suplementar decorrente de água não consumida em períodos anteriores a 2010. A variação negativa é explicada pelo fato do volume mínimo relativo a 2014 ser superior ao volume mínimo do ano anterior, acrescido do aumento da tarifa aplicada.

A Empresa, à semelhança do procedimento seguido no ano anterior, reconheceu os valores de 2014 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à EPAL, bem como o “valor suplementar” a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo, no total, o valor de 2.089.984,51 euros.

Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação pode ser analisada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2014	2013	Varição
Subcontratos	111 719,17	39 449,46	72 269,71
Trab. Esp-Assistência Técnica	79 321,84	68 333,32	10 988,52
Trab. Esp-Auditoria/ Consultoria	15 083,10	21 489,03	(6 405,93)
Trab. Esp-Estudos	24 027,75	16 581,24	7 446,51
Trab. Esp-Análises	100 941,15	85 519,05	15 422,10
Trab. Esp- Tratamento de Resíduos	791 014,89	1 005 753,97	(214 739,08)
Trab. Esp-Monitorização	9 591,70	18 660,05	(9 068,35)
Trab. Esp-Tratamento de Efluentes	202 595,69	214 027,78	(11 432,09)
Trab. Esp- Fee's de Gestão	494 539,05	471 985,41	22 553,64
Publicidade e Propaganda	4 080,52	3 425,42	655,10
Vigilância e Segurança	27 738,77	24 896,43	2 842,34
Honorários	11 140,54	6 722,57	4 417,97
Cons. e Rep. - Edifícios e outras construções	184 840,85	271 203,50	(86 362,65)
Cons. e Rep. - Equipam. básico	1 467 921,60	1 504 106,72	(36 185,12)

Cons. e Rep. - Equipam transporte	11 129,18	14 834,05	(3 704,87)
Cons. e Rep. - Ferramentas e utensílios	1 813,69	2 078,37	(264,68)
Cons. e Rep. - Equip. administrativo	710,68	1 841,58	(1 130,90)
Cons. e Rep. - Outras	599,97	130,91	469,06
Trab. Esp.-Outros	49 724,16	64 476,15	(14 751,99)
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	43 211,96	34 509,56	8 702,40
Livros e Documentação Técnica	464,13	2 040,48	(1 576,35)
Material de Escritório	24 338,85	14 916,39	9 422,46
Artigos para Oferta	501,55	699,48	(197,93)
Electricidade	3 470 471,24	3 755 241,42	(284 770,18)
Combustíveis	173 741,94	186 339,48	(12 597,54)
Água	131 119,92	127 147,30	3 972,62
Outros Fluídos	6 574,75	5 149,82	1 424,93
Deslocações e Estadas	25 832,84	23 610,70	2 222,14
Rendas e Alugueres	298 105,28	296 262,58	1 842,70
Comunicação	106 892,13	128 817,81	(21 925,68)
Seguro Viaturas	26 891,96	28 963,61	(2 071,65)
Seguro Acidentes Pessoais	56,13	0,00	56,13
Seguros Responsabilidade Civil	14 478,11	15 184,15	(706,04)
Seguro Multirisco	294 044,29	297 951,24	(3 906,95)
Contencioso e Notariado	17 711,22	24 018,88	(6 307,66)
Despesas de Representação	455,21	2 535,27	(2 080,06)
Limpeza Higiene e Conforto	58 222,19	92 468,79	(34 246,60)
Reprodução Documentos	1 230,91	2 438,62	(1 207,71)
Material Laboratório	34 159,73	37 585,75	(3 426,02)
Jornais e Revistas	413,71	536,55	(122,84)
Jardinagem	17 861,13	69 966,41	(52 105,28)
Outros	216 476,45	186 247,47	30 228,98
Correções de Exercícios anteriores	(112 933,05)	(6 904,28)	(106 028,77)
TPPE - Ativos em curso	(102 911,87)	(50 113,08)	(52 798,79)
Total	8 335 945,01	9 111 129,41	191 826,64

As rubricas que apresentam variações mais relevantes são as seguintes:

Subcontratos

A variação negativa na rubrica de subcontratos, no valor de 72.269,71 euros, deve-se ao facto de terem ocorrido saídas de colaboradores na área da operação de saneamento, obrigando ao recurso à subcontratação de trabalho temporário, tendo em conta a restrição na contratação de novos colaboradores.

Trabalhos Especializados

Nestas rubricas, a variação positiva, face a 2013, é justificada essencialmente por menores gastos, de cerca de 226 mil euros, com tratamento de resíduos e tratamento de efluentes na atividade de Saneamento.

No que se refere à rubrica Tratamento de Resíduos, embora se tenha constatado um aumento da produção de lamas e areias em cerca de 6% e 14%, respetivamente, face ao ano de 2013, tal não contribuiu para um aumento de gastos. Efetivamente, entre 2013 e 2014, veio a constatar-se uma diminuição de gastos na ordem dos 21,4%, que resultou não só do início da nova prestação de serviços com custos unitários de escoamento de resíduos inferiores ao anterior contrato, como também à gestão do contrato propriamente dita, no que concerne ao trabalho de análise das possibilidades de escoamento de lamas ao mais baixo custo.

No que se refere à atividade Tratamento de Efluentes, embora se tenha constatado um aumento da atividade, face a 2013, constata-se uma diminuição, em cerca de 5%, dos custos associados. Esta diminuição resulta do trabalho de articulação conjunta entre o Departamento de Águas Residuais e o prestador de serviços, realizado de forma continuada, na perspetiva de otimização contínua, quer na duração dos trabalhos realizados, quer no ajuste de procedimentos inerentes à realização desta tipologia de trabalhos.

Contrariamente, verificou-se um aumento dos gastos com análises (monitorização e análises), de aproximadamente 6 mil euros. A variação negativa resulta, fundamentalmente, de, na atividade de saneamento, se ter aumentado a frequência de análise da água residual bruta afluente ao sistema "em alta", e do aumento da caracterização analítica efetuada às descargas de águas residuais com características não urbanas provenientes das redes municipais. Também se verificou um aumento, de cerca de 8 mil euros, na rubrica de estudos e consultadoria, devido à realização de trabalhos de inspeção a infraestruturas de abastecimento de água

Face ao ano anterior, os encargos com *fee's* de gestão foram superiores, em virtude de um maior volume de negócios face a 2013.

Conservação e Reparação

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

A diminuição no valor, relativamente ao ano anterior, está relacionada com menos ocorrências extraordinárias, menores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas estações elevatórias e ETAR da empresa, assim como a uma maior racionalização e contenção na aquisição de materiais.

Material de Escritório

A variação negativa deve-se, maioritariamente ao facto de, em 2014, ter sido registado como gastos as licenças de renovação de *software*.

Energia

No caso do abastecimento, verificou-se uma redução dos custos de energia devido, quer a um menor volume de água fornecido comparativamente ao ano anterior, quer à otimização da gestão do consumo da energia, em função dos diferentes períodos tarifários, quer ao ganho de eficiência no consumo de energia, obtido na sequência das intervenções de beneficiação realizadas em algumas instalações do abastecimento.

No saneamento, embora em 2014 se tenha constatado o aumento do volume de água residual tratada, em cerca de 11%, tal não conduziu a um inerente aumento dos custos de energia. Efetivamente, ocorreu uma diminuição deste valor, em cerca de 5%, tendo a atividade de tratamento contribuído para uma diminuição dos custos de energia em cerca de 9%. Já a atividade de transporte, aumentou ligeiramente os seus custos, em cerca de 1,5%, o que ainda assim resultou de uma diminuição dos custos energéticos comparativamente ao ano anterior, pois o volume de água residual transportada aumentou, face a 2013, em 11%.

Combustíveis

Na rubrica de combustíveis, observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto de terem ocorrido menos situações de falha de energia e de furtos, do que no anterior, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

À semelhança do já realizado em 2013, a Empresa continuou a procurar a otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida.

Limpeza, Higiene e Conforto

A variação positiva desta rubrica é explicada, na sua maioria, pelo facto da prestação de serviços de limpeza de interiores ter sido adjudicada por um valor inferior à prestação de serviços do ano anterior, aliado ao facto de se ter verificado um atraso no início da prestação de serviços em 2014, que apenas começou em fevereiro, e dos valores faturados terem sido inferiores aos valores contratados, tendo em conta os serviços efetivamente realizados.

Jardinagem

Nesta rubrica verifica-se uma variação positiva, justificada pelo atraso do início da prestação de serviços de manutenção de espaços verdes em 2014, havendo para além disso um valor faturado inferior ao previsto, devido a falhas na prestação de serviços.

Correções relativas a exercícios anteriores

Nesta rubrica verifica-se uma variação positiva de 106.028,77 euros, justificada, na sua maioria, pelo facto de terem sido faturados, em março do presente ano, custos com conservação e reparação a empreiteiros e prestadores de serviços, incorridos em 2013, e que tinham sido indevidamente faturados à AdO, pelo que se procedeu à anulação do custo por contrapartida do proveito gerado em 2014. No mês de agosto foi contabilizada uma nota de crédito referente ao excesso de tráfego de dados faturados no mês de dezembro de 2013, no montante de 5.078,08 euros. No mês de dezembro efetuou-se uma regularização aos custos de energia de anos anteriores no valor de 92.863,84 euros.

Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o pessoal é de salientar o aumento registado em maio e junho, com a aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio de 2014, onde o Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade dos cortes salariais, passando a pagar-se as remunerações na íntegra. Este aumento foi compensado, por um lado, pela saída, definitiva ou temporária, de trabalhadores da empresa, que face às restrições na contratação de pessoal, foram supridas recorrendo a empresas de trabalho temporário, e por outro, pela aplicação das medidas de contenção de despesa, impostas ao Setor Empresarial do Estado ao abrigo da Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento do Estado de 2014) e da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro de 2014.

A empresa procedeu ainda à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010, de 30 de junho, no que respeita às remunerações dos órgãos sociais.

Face ao ano anterior, é de referir ainda uma maior capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas, derivado, por um lado, de um maior volume de investimento e, por outro, do ajuste na forma de cálculo dos valores a capitalizar.

Depois da análise dos custos e dos proveitos, os resultados decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Resultados Operacionais	3 401 717,80	975 861,84	701 393,97	2 832 066,26
Resultados Financeiros	(3 288 118,89)	(4 246 101,73)	(3 786 542,93)	(3 484 074,51)
Resultados antes de Impostos	113 598,91	(3 270 239,89)	(3 085 148,96)	(652 008,25)
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	(13 235,39)	(36 785,88)	(38 679,53)	(127 629,82)
Impostos Diferidos	295 437,15	138 357,42	108 997,53	388 135,84
Resultado Líquido do Exercício	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)	(391 502,23)

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, para uma análise mais completa:

Rácios	2011	2012	2013	2014
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,68%	-15,34%	-17,09%	-2,27%
Rentabilidade Económica	0,13%	-1,07%	-1,06%	-0,14%
Rentabilidade das Vendas	1,17%	-10,56%	-9,62%	-1,19%

Indicadores Financeiros

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o ativo da Empresa:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Ativos Não Correntes				
Ativos intangíveis	233 777 150,99	227 526 015,06	218 368 748,34	207 716 882,84
Investimentos financeiros	6 502 943,34	7 734 117,94	8 701 623,53	9 666 478,42
Impostos Diferidos ativos	4 309 139,54	4 564 432,15	3 934 078,93	4 000 534,97
Clientes e outros ativos não correntes	2 043 214,01	5 619 907,00	2 394 815,47	944 660,45
Ativos Correntes				
Inventários	49 320,29	22 992,71	26 249,12	19 211,37
Clientes	33 383 231,27	33 759 775,63	32 762 348,82	35 823 236,93
Estado e outros entes públicos	298 429,46	155 636,27	269 974,31	41 635,36
Imposto sobre o rendimento do exercício	184 004,92	347 086,06	320 764,49	282 281,48
Outros ativos correntes	22 174 302,81	15 618 608,79	15 773 267,23	9 556 314,59
Caixa e seus equivalentes	1 314 949,64	1 739 936,01	1 579 144,19	3 286 500,54
Total Ativo	304 036 686,27	297 088 507,62	284 131 014,43	271 337 736,95

Ativos Intangíveis

No que diz respeito à evolução do Ativo Intangível, refere-se o investimento realizado em 2014, de 861.781,08 euros.

Investimentos Financeiros

O aumento verificado de 2013 para 2014, decorre do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Impostos Diferidos Ativos

O valor de 4.000.534,97 euros refere-se à constituição de impostos diferidos ativos, pelo facto de as amortizações do exercício contabilísticas compreenderem as amortizações do investimento futuro, que não são aceites fiscalmente.

Clientes

Em clientes, no montante de 35.823.236,93 euros, estão reconhecidos 3.146.402,49 euros sobre a forma de Acordos de Pagamento e 15.125.604,66 euros, sobre processos de injunção, incluindo 8.108.080,10 euros correspondente a valores associados à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados referentes ao abastecimento de água de 2010 e 2011.

No valor referente à dívida corrente de municípios, está também reconhecido o montante de 2.100.700,45 euros, referente ao diferencial entre o faturado em abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2012.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, nos valores de 1.916.035,90 euros e 2.071.531,00 euros referentes ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2013 e 2014 respetivamente, de acordo com o DL 195/2009, de 20 de agosto, assim como 629.874,00 euros referentes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, quando tal não é possível, e de forma a acautelar a prescrição, procedido à abertura de processos de injunção.

Em dezembro, os montantes em dívida cobertos por Acordos de Pagamento eram:

Unidade: euros

Clientes	Montante
Alcobaça	873 503,30
Arruda dos Vinhos	51 429,00
Cadaval	189 517,64
Bombarral	787 317,94
Lourinhã	331 433,92
SM Nazaré	115 520,58
Rio Maior	797 680,11
	3 146 402,49

Os clientes sobre os quais existiam processos de injunção abertos eram os seguintes:

Unidade: euros

Clientes	Montante
Alcobaça	3 860 122,86
Águas de Alenquer	3 787 424,05
Águas de Azambuja	1 330 612,33
Caldas da Rainha	527 483,68
Lourinhã	618 298,87
Óbidos	663 478,45
Nazaré	3 230 100,51
Rio Maior	476 885,26
Torres Vedras	631 198,65
	15 125 604,66

As dívidas, incluindo não vencidas, de clientes não cobertas por injunções e acordos, em 31 de dezembro de 2014, eram:

Unidade: euros

Clientes	Total
Alcobaça	2 132 424,24
Águas de Alenquer	2 365 056,24
Arruda dos Vinhos	475 480,95
Azambuja	80 549,55
Águas de Azambuja	1 155 555,91
Bombarral	639 216,13
Cadaval	278 495,54
Caldas da Rainha	184 222,27
Lourinhã	462 655,32
Be Water (Mafra)	245 997,17
Óbidos	502 618,54
SMAS da Nazaré	206 279,04
Nazaré	1 374 938,73
Peniche	177 678,83
Rio Maior	449 189,05

Sobral de Monte Agraço	1 591 457,10
Torres Vedras	1 389 677,57
Valorsul	43 864,21
Min. Justiça	120 546,94
Roca	921,24
Casa Stos Lima	1 553,78
Pernord Ricard	64,17
Somague	6,17
Águas de Santarém	(0,29)
	13 878 448,40

Estado e Outros Entes Públicos

Em Estado e Outros Entes Públicos está reconhecido o valor de 41.635,36 euros, que respeita a contribuições para a segurança social que resulta da diferença entre o valor a pagamento de contribuições relativas a dezembro (-50.413,60 euros) e o pagamento integral voluntário do processo relativo à distribuição de prémios de desempenho de 2009 (92.049,02 euros).

Imposto sobre o Rendimento do Exercício

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de 291.889,02 euros relativo ao pagamento especial por conta, 118.370,27 euros de retenção de imposto sobre juros e Imposto estimado, no valor de 127.977,81 euros.

Outros Ativos Correntes

A variação nesta rubrica, face a 2013, justifica-se por um menor valor contabilizado como dívida respeitante ao reconhecimento dos montantes ainda por receber do Fundo de Coesão. Em 2014 a Águas do Oeste recebeu do Fundo Coesão cerca de 7,2 milhões de euros.

De acordo com o Investimento elegível realizado até 31 de dezembro de 2011, encontra-se ainda por receber o valor de 4.961.904,49 euros, relativo ao saldo final da candidatura de Águas Residuais – 2ª Fase.

Em Outros Ativos Correntes, encontra-se ainda registado:

- Acréscimos de Proveitos, estão reconhecidos: 3.374.560,29 euros respeitantes a juros de mora a faturar; 329.444,62 euros referentes a indemnizações a receber de seguro e 245.133,65 euros referentes a juros a receber de investimentos financeiros.
- Gastos a reconhecer, 155.782,52 euros referentes a seguros, 12.986,21 euros respeitantes a encargos bancários, 27.905,38 euros relativos a material de aplicação geral (*stock*) e 1.901,44 euros referente a gastos diversos.

A situação líquida da Águas do Oeste é a que resulta dos capitais próprios, conforme quadro que se segue:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Capital	29 733 969,60	30 000 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00
Reservas e outros ajustamentos	77 730,88	97 520,91	97 520,91	97 520,91
Resultados Transitados	(6 650 558,35)	(6 274 547,71)	(9 443 216,06)	(12 458 047,02)
Resultado Líquido do exercício	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)	(391 502,23)
Total dos Capitais Próprios	23 556 942,80	20 654 304,85	17 639 473,89	17 247 971,66

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o Passivo da Empresa:

Unidade: euros

	2011	2012	2013	2014
Passivos Não Correntes				
Provisões	-	-	-	-
Empréstimos	114 949 923,88	122 734 310,93	120 824 062,29	118 206 013,65
Fornecedores e outros passivos não correntes	12 300 929,92	11 734 350,17	11 140 994,45	10 079 602,47
Impostos Diferidos Passivos	2 882 708,15	2 999 643,34	2 260 292,59	1 938 612,79
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	9 568 303,36	8 832 779,26	9 742 847,69	10 407 754,18
Subsídios ao Investimento	103 958 720,04	96 166 018,54	92 356 235,27	87 782 515,89
Passivos Correntes				
Empréstimos	27 027 791,79	22 503 404,80	17 748 010,00	10 672 564,12
Fornecedores	5 010 514,08	7 257 598,62	7 584 761,95	10 063 903,33
Outros passivos correntes	4 398 053,84	3 907 292,98	4 478 101,60	4 616 786,35
Estado e outros entes públicos	382 798,41	298 804,13	356 234,70	322 012,51
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-
Total Passivo	280 479 743,47	276 434 202,77	266 491 540,54	254 089 765,29

Passivos Não Correntes

Empréstimos

Esta rubrica representa o empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento, designado por BEI III, no montante de 108.032.946 euros, e por BEI II, no montante de 11.460.000,00 euros, deduzido do montante de 643.466,35 euros respeitantes a custos a diferir com a montagem do Empréstimo BEI III, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª utilização e BEI II 4ª utilização.

Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado, em 19 de dezembro de 2003, no valor de 9.019.705,75 euros, bem como 58.872,71 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

Impostos Diferidos Passivos

O valor de 1.938.612,79 euros, refere-se à constituição de impostos diferidos passivos referente ao subsídio reconhecido respeitante a investimento futuro e ao impacto de transição das amortizações, pelas razões já expostas anteriormente.

Acréscimos de custos investimento contratual

O valor de 10.407.754,18 euros diz respeito ao custo com amortizações do investimento contratual esperado.

Subsídios ao investimento

O valor registado diz respeito a Proveitos Diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

Passivos Correntes

Empréstimos

O valor registado diz respeito à utilização das linhas de crédito existentes e a empréstimos da AdP, SGPS, no valor de 8 milhões de euros, assim como ao valor do empréstimo do BEI, cuja amortização ocorrerá em 2015, no valor de 2.668.110,00 euros.

A 31 de dezembro de 2014, vigoravam duas linhas de crédito no BES, no valor total de 15 milhões de euros, totalmente disponíveis, e uma linha no BPI, no valor de 4 milhões de euros, também totalmente disponível.

Fornecedores

Nesta rubrica estão reconhecidos 8.510.691,60 euros, referentes a fornecedores conta corrente e 1.553.211,73 euros, referentes a fornecedores de Imobilizado.

Outros Passivos Correntes

Em outros passivos correntes, é de salientar o valor registado como acréscimos de gastos, referentes ao reconhecimento do valor a pagar à EPAL, respeitante ao valor mínimo garantido de 2014, face ao volume de água adquirida, acrescido do “volume suplementar”, no montante de 2.089.984,51 euros.

Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, o montante de 322.012,51 euros respeita a 51.367,94 euros de retenções de IRS efetuadas pela empresa, ao montante de 44.951,30 euros relativo a IVA a pagar e aos valores de 1.394,44 euros e 224.298,83 euros relativos a contribuições a pagar à Caixa Geral de Aposentações e à Taxa de Recursos Hídricos respetivamente.

Investimento

No ano de 2014 foi realizado um investimento de 861.781,08 euros.

O investimento em empreitadas foi de cerca de 357 mil euros.

O planeamento previsto considerava um valor de investimento centrado no último trimestre do ano de 2014, dado que um conjunto de empreitadas deveria ter tido o seu início no final do ano de 2014, o que se verificará apenas nos primeiros meses de 2015.

Durante o ano de 2014 foi evidente o esforço realizado no lançamento de procedimentos de contratação submetidos na plataforma de compras, num total de mais de duas dezenas, a par de diversas pequenas intervenções.

Manteve-se significativa a afetação de recursos associados ao aumento exponencial do número de vistorias para efeitos de libertação de cauções, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, e acompanhamento de avarias no âmbito de garantias, a que acresce o fato de um alargado número de empreitadas atingir os cinco anos de garantias.

É ainda de relevar a afetação de recursos a intervenções associadas à redução de gastos energéticos e que se manterão durante o ano de 2015.

Projetos, Estudos e Sistemas de Informação

Durante o ano foram efetuados estudos e elaborados internamente alguns projetos de execução para diversas intervenções de construção, remodelação ou melhoria de funcionamento de diversas instalações.

Foram igualmente desenvolvidos internamente os programas preliminares e programa de procedimento para a contratação de prestação de serviços de elaboração de projetos de execução.

Neste âmbito destacam-se os trabalhos abaixo referenciados, cujos procedimentos de contratação tiveram por base os estudos e projeto desenvolvidos.

Atividade de Abastecimento de Água

Intervenções em fase de projeto de execução:

- Intervenções na EE de Sr.^a da Luz e Serra da Vila, Arruda Zona Alta, visando a racionalização de consumos energéticos (Alcobaça, Torres Vedras e Arruda dos Vinhos respetivamente) Descarregador de emergência dos Reservatórios de Via-Vai e Turquel (Alcobaça).

Empreitadas/investimentos em curso:

- Aquisição e Montagem de ESP's/ EPC's/ EEC's/ Medidas de engenharia - Instalações da Águas do Oeste – Abastecimento (Concessão);
- Guardas metálicas junto à E.N. 114 (Bocas-Rio Maior) e ETAR de São Martinho do Porto (Alcobaça).

Empreitadas/ Investimentos concluídos:

- Reabilitação captação RA2 (Azambuja)

Atividade de Saneamento de Águas Residuais

Intervenções em fase de projeto de execução:

- Otimização energética da fase sólida da ETAR de Atouguia da Baleia (Peniche);
- Intercetor de Casais de Boiças (Azambuja);
- Sistema de Saneamento de Paço (III Fase) (Lourinhã);
- Construção da EE de Ribaldeira (Torres Vedras);
- Sistema de Saneamento de Vila Nova de S. Pedro II Fase (Azambuja);
- Estação Elevatória de Pedra do Ouro II (Alcobaça);
- Remodelação da ETAR de Silveira - Desinfecção final (Torres Vedras);
- Remodelação ETAR de Fervença - Desinfecção final (Alcobaça);
- Remodelação ETAR de Espiçandeira (parque de lamas) (Alenquer);
- Alteração circuito de descarga de lamas – ETAR Rio Maior (Rio Maior);
- Rede de água de processo ETAR de Miragaia (Lourinhã);
- Remodelação da ETAR de Maceira (Torres Vedras);
- Projeto de execução do reservatório de Montijo (Sobral de Monte Agraço);
- Remodelação EE de Santa Cruz III (Torres Vedras);
- Sistema de Medição de Caudal (3ª Fase) - PM Dois Portos (Via Galega) (Sobral M. Agraço);
- Remodelação ETAR Aldeia Gavinha - II Fase (Alenquer).

Empreitadas/ Investimentos em concurso:

- Empreitada de Conceção/ Construção para instalação de tamisadores na EE I de St Cruz e EE Fonte da Pipa (Torres Vedras);
- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR compacta de Arrifana (Azambuja);
- Empreitada de Execução do Intercetor Gravítico de Estorninho e Conduta Elevatória de Espinheira (Azambuja);
- Empreitada de Execução do Sistema Elevatório e Emissário de Pedra do Ouro (Alcobaça).

Empreitadas/ Investimentos em curso:

- Reabilitação do intercetor junto à Sarge - Runa (Torres Vedras);
- Sistema de Saneamento de Dois Portos – Troço “Farmácia” (CV 1001.21-1001.31) (Torres Vedras);
- Construção do Emissário de A-do-Barriga (II Fase) (Arruda dos Vinhos);
- Serralharia civil ETAR de Runa, Dois Portos, Gosundeira, Maxial, Turcifal, Cadafais, Porto da Luz e A-dos-Negros (Concessão);
- Conduta Elevatória de Tagarro I (Azambuja);
- Aquisição e Montagem de ESP's/ EPC's/ EEC's/ Medidas de engenharia - Instalações da Águas do Oeste – Saneamento (Concessão);
- Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Silveira (Sistema Elevatório de Porto Novo) (Torres Vedras);
- Execução de trabalhos de vedação e espaços exteriores em instalações da Águas do Oeste (Concessão);
- Empreitada de Conceção/ Construção das ETAR de Margem Norte e Santiago dos Velhos (Óbidos e Arruda dos Vinhos);
- Empreitada de Execução da Travessia A8-Vale Covo - Sistema de Saneamento do Real (Bombarral) / Sistema de Saneamento de Dois Portos (Troço Carreiras) (Torres Vedras).

Empreitadas/ Investimentos concluídos:

- Remodelação da EE de Nazaré – Porto de Abrigo (Nazaré);
- Intercetor da Póvoa (Cadaval);
- Intercetor Ribeira das Cardosas (Arruda dos Vinhos);
- Sistema de medição de caudal (ETAR Vila N. S. Pedro) (Azambuja).

De modo transversal à atividade do saneamento e abastecimento destaca-se, também, o trabalho desenvolvido em matéria de inventário e de avaliação funcional, dando resposta às obrigações previstas no contrato de concessão, que se manterá durante os anos seguintes.

No ano de 2014 foi concluído o relatório de avaliação funcional para efeitos do n.º 3 e 6 da Base X das bases do contrato de concessão anexas ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

Foi ainda desenvolvido trabalho no âmbito do processo de inventário, para que venha a ter um forte desenvolvimento no ano de 2015.

Estudos e atividades acessórias

No que respeita a estudos e atividades acessórias executados e desenvolvidos durante 2014, destacam-se os seguintes:

- Elaboração e envio do Relatório final do Projeto BEI-III;
- Preparação e envio de esclarecimentos ao POVTV/ Comissão Europeia no âmbito do fecho do Projeto 2004/PE/008 - 3ª Fase do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento do Oeste;
- Preparação e envio de informação no âmbito de eventual participação da empresa no Projeto de financiamento BEIV;
- Preparação e envio de elementos cadastrais e descritivos do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Região Oeste, no âmbito do Plano de Emergência do Município de Torres Vedras, da responsabilidade deste Município;
- Preparação e envio de parecer relativo ao estudo de impacto ambiental do Aviário Manuel Ramos Inês (concelho de Rio Maior);
- Preparação e envio de parecer sobre o Plano de Urbanização de Salir do Porto (concelho de Caldas da Rainha);
- Avaliação e elaboração de resposta ao pedido de novas ligações ao Sistema Intercetor em “alta” da Águas do Oeste – Gosundeira e Pontes de Monfalim, formulado pela Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço;
- Atualização dos Modelos Técnicos relacionados com o processo de agregação das empresas de Lisboa e Vale do Tejo com base no histórico conhecido, e previsões futuras assumidas no âmbito da elaboração do Orçamento e Projeto Tarifário para 2015;
- Avaliação e elaboração de resposta ao pedido de novas ligações ao Sistema Intercetor em “alta” da Águas do Oeste – Subsistema da Charneca / rio Real, formulado pela Câmara Municipal do Cadaval (Peral, Martim Joanes e Vermelha);
- Avaliação e elaboração de resposta ao pedido de novas ligações ao Sistema Intercetor em “alta” da Águas do Oeste – Gosundeira e Pontes de Monfalim, formulado pela Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço;
- Análise da viabilidade de fornecimento de água, por gravidade, do reservatório de Cercal / Alcoentre ao reservatório de Quebradas e reservatório de Alcoentre, através das condutas associadas à central elevatória de Casais da Areias (Município da Azambuja) – criação de modelo de simulação hidráulica simplificado;
- Análise e proposta de adesão da AdO ao procedimento centralizado para “*Cedência de Utilização Parcial de Bens Imóveis, Afetos a Sistemas Multimunicipais de Águas e Saneamento, para Produção de Energia Elétrica por Intermédio de Unidades Fotovoltaicas de Miniprodução e Venda de Energia à RESP - Rede Elétrica de Serviço Público*” – AdP Energias;
- Realização de estudo sobre avaliação e caracterização das aflúências ao sistema de saneamento do Turcifal/ Freiria, em parceria com os SMAS de Torres Vedras;
- Avaliação das aflúências ao sistema de saneamento de São Martinho do Porto/ Alfeizerão – análise do peso dos caudais de infiltração e pluviais no sistema intercetor a montante da ETAR, em articulação direta com os SMAS de Alcobaça;
- Colaboração com o Município de Rio Maior para preparação de candidatura ao POVTV – Ciclo Urbano da Água (projetos diversos de saneamento e abastecimento de água em “baixa”);
- Verificação, revisão e criação de Ordens Internas (Exploração e Manutenção), e das localizações das várias infraestruturas da concessão, em função do decidido na reunião do grupo de trabalho de Gestão de Ativos da AdO – análise do impacto das alterações a realizar na produção de reportes das áreas financeira e de operação (verificação do histórico existente em termos de custos e valores de imobilizado);
- Avaliação do impacto das aflúências indevidas no volume de faturação da prestação de serviços de saneamento de águas residuais da Águas do Oeste aos municípios da concessão (colaboração direta com o DOP/ DEAR) – eventual criação de nova metodologia de faturação aos municípios.

Sistemas de Informação

Na área de Sistemas de Informação, que abrange a Informática e o Sistema de Informação Geográfica da empresa, tiveram lugar, em 2014, as seguintes atividades principais:

- Revisão dos campos associados a várias entidades em SIG com o objetivo de facilitar e simplificar o acesso à informação relevante das infraestruturas do sistema multimunicipal;
- Realização de levantamentos topográficos diversos – Santa Cruz / Silveira, Zambujeira, Miragaia, EE final de Caldas da Rainha, e também de apoio ao acompanhamento de intervenções de entidades terceiras;
- Elaboração de manual para georreferenciação de pedidos de trabalho na ferramenta AQUAMAN;
- Elaboração de manual para acesso às caixas de correio eletrónico da empresa via interface Web;
- Término do processo de revisão de fundo do sistema informático da AdO – aquisição de dois novos servidores físicos, virtualização dos existentes, migração do servidor *WebSIG* para a rede informática da ETAR da Charneca e instalação / configuração de equipamentos ativos de segurança de rede / controlo de acessos VPN e otimização do sistema de *backup* da

- informação partilhada em rede;
- Análise e revisão de fundo da codificação atribuída às infraestruturas de abastecimento de água da AdO – articulação AQUAMAN/ SIG;
 - Revisão das Especificações Técnicas para Elaboração de Telas Finais;
 - Análise da viabilidade de aumento de largura de banda do circuito de internet que serve as instalações da ETAR da Charneca, com o objetivo de melhorar de forma significativa os tempos de acesso ao serviço *WebSIG*, georreferenciação em AQUAMAN e acesso por parte dos utilizadores externos aos ficheiros partilhados em rede;
 - Instalação do novo servidor do Convento de S. Miguel, e posterior migração dos antigos servidores físicos SRVADO, SIG e SRVMAX para máquinas virtuais criadas no novo equipamento;
 - Análise de soluções alternativas para acesso à Internet nos *sites* do armazém da ZI das Gaeiras, Alenquer IV e ETAR de Santa Cruz. Implementação de ligações diretas via VPN ao acesso Internet da ETAR da Charneca para Alenquer IV e armazém da ZI das Gaeiras;
 - Escolha e implementação de novo sistema de segurança de acesso à Internet na ETAR de Santa Cruz, permitindo igualmente a uniformização das configurações do acesso à Internet nos vários *sites* da empresa – anulação do uso de *webproxies*;
 - Participação no 2º Fórum de partilha de experiências de divulgação de boas práticas em Sistemas de Informação organizado pela AQUASIS, e subordinado ao tema “*Eficiência e Qualidade dos Serviços – Como Acrescentar Valor com os Sistemas de Informação*”;
 - Análise e fornecimento de informação cadastral no âmbito das intervenções em curso junto ao rio Sizandro – reabilitação da zona do Choupal, Polis da cidade de Torres Vedras;
 - Preparação e envio de informação cadastral da AdO para a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, no âmbito do processo de elaboração de Planos Municipais de Emergência da Proteção Civil;
 - Centralização da informação proveniente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera sobre dados de precipitação diária mensal de sete estações udométricas representativas da região Oeste – disponibilização dos dados em *WebSIG*;
 - Verificação e carregamento das telas finais recebidas da fiscalização de empreitadas diversas de sistemas de saneamento de águas residuais – ETAR e sistemas interceptores;
 - Acompanhamento do processo de implementação do novo contrato de comunicações de voz móvel, voz fixa e de dados;
 - Finalização do processo de análise das soluções a adotar futuramente para equipamentos multifuncionais a prever para o Convento de S. Miguel e edifício administrativo da ETAR da Charneca;
 - Preparação, em conjunto com o DEMA, de processo de consulta para prestação de serviços de Assessoria Técnica e Fiscalização – Procedimento para Implementação do Sistema de Comunicações Multisserviços da Águas do Oeste.

Obras

A execução do plano de investimentos continuou a ser condicionada pelas restrições no acesso a financiamento e limites ao endividamento e, nestas condições, foi conferida prioridade a investimentos considerados inadiáveis. Conforme consta do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 apresentado pelo Governo da República, e vertido no plano de investimentos, “Os programas de investimento das empresas do SEE, mesmo que anteriormente aprovados, estão a ser objeto de revisão. Só serão concretizados os investimentos que resultem de compromissos já assumidos, e cuja interrupção implique para o Estado custos significativos relativamente aos da sua conclusão, e aqueles que se revelem indispensáveis à segurança de pessoas e bens, quando a mesma não possa ser assegurada com uma diminuição razoável dos padrões de qualidade ou quantidade do serviço prestado.”

Neste quadro, o investimento realizado em 2014 focalizou-se no estritamente necessário à resolução de problemas ambientais significativos ou de intervenções necessárias para melhorar o funcionamento de instalações já existentes, para garantir o cumprimento de licenças e requisitos legais e para garantir a segurança dos trabalhadores.

No contexto acima referido, salientam-se as seguintes intervenções:

Atividade de Saneamento de Águas Residuais

- Aumento da eficiência energética na gestão de energia dos sistemas de desodorização das ETAR de Atouguia da Baleia, de Zambujeira, de Rio Maior, de Torres Vedras e de São Martinho do Porto;
- Remodelação da EE de Nazaré – Porto de Abrigo (Nazaré);
- Intercetor da Póvoa (Cadaval);
- Intercetor Ribeira das Cardosas (Arruda dos Vinhos);
- Sistema de medição de caudal (ETAR V.N.S Pedro) (Azambuja);
- Aumento da eficiência energética em sistemas de arejamento (ETAR São Martinho do Porto e ETAR de Gaeiras) (Alcobaça e Óbidos);
- Remodelação ETAR Alcobertas (Rio Maior);
- Reabilitação EE Ordasqueira/ Matacães (Torres Vedras);
- Reabilitação de sondas de oxigénio dissolvido (Concessão);
- Intervenções de melhoria das condições de higiene, saúde e segurança em diversas infraestruturas (Concessão).

Atividade de Abastecimento de Água

- Reabilitação captação RA2 (Azambuja).

Arranques

No ano de 2014 foi mantido o esforço no arranque de infraestruturas, já evidenciado em anos anteriores. A concretização destes arranques contribuiu para a consolidação da empresa.

Foi efetuado o arranque de algumas infraestruturas, sendo de salientar:

Saneamento de Águas Residuais

- EE Casais da Serpigeira (Torres Vedras)
- EE Casal do Rego (Torres Vedras)
- EE Casais de Baixo (Azambuja)
- EE de Matacães (Torres Vedras)
- EE de Ordasqueira (Torres Vedras)
- EE Ribeira de Cardosas (Arruda dos Vinhos)

No ano de 2014 manteve-se uma significativa atividade da empresa na realização de vistorias para efeitos de receção definitiva de empreitadas ou redução de cauções prestadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, e subsequente acompanhamento de trabalhos inseridos no âmbito de garantias.

No decurso do ano de 2014 foram encerrados os trabalhos que viabilizaram as receções definitivas nas seguintes intervenções:

- Conduta Adutora de Vila Nova da Rainha;
- Ponto de entrega EE Pinhal;
- Conceção/ Construção do Reservatório de Silheira;
- Conceção/ Construção das ETAR de Benedita e Pataias;
- Conceção/ Construção das ETAR de Rio Maior (Lote A), Atouguia da Baleia (Lote B) e Zambujeira (Lote C);
- Subsistema de Água II – Lote A – Troço Figueiredo/ Casal do Rei.

No ano de 2014 foi assegurado o desenvolvimento de diversas intervenções no âmbito da garantia.

Encontram-se em agendamento, em curso, ou em fase de conclusão, a correção de faltas identificadas nas seguintes empreitadas:

Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Conceção/ Construção da ETAR de Torres Vedras e Emissário do Paul;
- Execução do Intercetor do Real - Troço Intermédio;
- Conceção/ Construção da ETAR de S. Martinho do Porto;
- Conceção/ Construção da ETAR Charneca;
- Conceção/ Construção das ETAR de Maxial, Turcifal, Runa, Dois Portos, Gosundeira, Cadafais, Alcoentre;
- Conceção/ Construção das ETAR de Azambujeira-dos-Carros, Painho, Figueiros, A-dos-Negros, Bairro, Vila Verde dos Francos e Palaios;
- Conceção/ Construção da ETAR de Vale Paredes.

Atividade Abastecimento de Água

- Conceção e Construção do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Vila de Azambuja/Vila Nova da Rainha (Lote A) e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Quinta da Vassala (Lote B);
- Execução do Subsistema de Abastecimento de Água II - Zona Norte Parte I - Troço Alcanhões - Casais de Maria Delfina;
- Execução do Subsistema de Abastecimento de Água II - Zona Norte Parte I - Troço Casais de Maria Delfina- Silheira;
- Execução de Subsistemas de Abastecimento de Água Lote B - Parte V - Troço Casal de Rei - Caldas da Rainha;
- Reposição de Pavimentos Lote A - Sistemas de Abastecimento (2004/PT/16/C/PE/006), Lote B - Sistemas de Saneamento (2004/PT/16/C/PE/008) e Lote C - Sistemas de Saneamento (2000/PT/16/C/PE/001);
- Interligação dos Subsistemas de Abastecimento de Alenquer/ Mafra e Arruda/ Sobral;
- Subsistema de Água II – Zona Norte Parte IV – Troço Senhora da Luz / Alcobaça – Parte VI – Troço Alcobaça / Pederneira.

Subsistem algumas empreitadas, associadas a adjudicatários com processos de insolvência, cujo processo de receção definitiva apresentará alguma dificuldade acrescida:

Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Execução de Pavimentação Estrada Real (EEI – Charneca);
- Construção do Sistema de Saneamento de Turcifal/ Freiria;
- Construção do Sistema de Saneamento de Runa;
- Ampliação do Sistema de Saneamento de Aldeia Gavinha;
- Construção da Conduta Elevatória de Porto de Barcas;
- Execução do Intercetor Real - Troço Inicial;
- Construção do Intercetor do Cadaval;
- Construção do Emissário de Alfeizerão;
- Construção de Emissários Gravíticos de Casal de Torneiro e Casal da Seixosa;
- Execução do Intercetor do Real - Troço Final;
- Construção do Sistema de Saneamento de Runa;
- Execução dos Intercetores do Bogota e Sto. António;
- Reabilitação das ETAR de Óbidos e Carregal.

Atividade Abastecimento de Água

- Execução do Sistema de Abastecimento de Água I - Zona Centro - Lote B - Troço Delgada/ Gaeiras;
- Remodelação da EE de Alenquer IV – EE e Reservatório de Serra da Vila.

Disponibilização de Terrenos e Licenciamentos de Obras

Num contexto adverso de ausência atempada de Declaração de Utilidade Pública (DUP), a atividade de aquisição e oneração de parcelas, por via de negociação revela-se essencial à atividade da empresa.

Apesar de em 2014 o número de negociações conduzidas e acordos obtidos ter sido pouco significativo, este processo continuou a ter relevância na concretização dos objetivos da empresa – refira-se que o número total de parcelas oneradas e adquiridas ascende a cerca de 3.700 parcelas.

Candidaturas ao Fundo de Coesão

São os seguintes os valores das candidaturas ao Fundo de Coesão, com as alterações já aprovadas no que diz respeito ao investimento total elegível:

Candidatura	Investimento Elegível na Decisão em vigor (€)	Despesa Apresentada no Gestor Setorial até 31-dez-2012 (€)	Percentagem de Realização do Projeto (%)	Financiamento a Fundo Perdido (%)
FC 2000/PT/16/C/PE/001 (1º Grupo de Projetos de Saneamento)	30 266 469	30 266 469	100,00%	85%
FC 2004/PT/16/C/PE/006 (2º Grupo de Projetos de Saneamento)	71 842 856	64 562 719	89,87%	70%
FC 2004/PT/16/C/PE/008	67 377 282	64 689 974	96,01%	55%

Durante o ano de 2014 é de destacar a transferência, pelo IFDR, dos montantes de 1.286.318 euros e 5.933.481,77 euros, referente às candidaturas FC2000/001 (saneamento) e FC2004/008 (abastecimento) respetivamente.

Aguarda-se a receção da totalidade do saldo final da candidatura FC2004/006 (saneamento), no montante estimado de cerca de 4,97 milhões de euros.

6. Atividade Operacional

Operação - Abastecimento de Água

Na operação do abastecimento de água, em 2014, destaca-se:

- A atribuição do selo de “Qualidade exemplar da água para consumo humano”, que pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, asseguraram uma qualidade exemplar da água para consumo humano a todos os seus clientes;
- Uma diminuição global do volume de água fornecido aos municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal, relativamente ao ano anterior, em cerca de 2,5 %, com uma diminuição global do volume fornecido aos municípios com abastecimento exclusivo, relativamente ao ano anterior, em cerca de 4,1%. Nos três últimos anos, a redução do volume fornecido foi de cerca de 7%;
- Um aumento global do volume fornecido aos municípios com abastecimento parcial, relativamente ao ano anterior, em cerca de 1,6%;
- A manutenção da exploração de captações municipais por parte de Óbidos e Rio Maior, municípios que contratualizaram com a Águas do Oeste o fornecimento da totalidade das necessidades de água “em alta”;
- O cumprimento dos volumes mínimos por todos os municípios com abastecimento parcial, exceto Alcobaça;
- A análise dos pareceres dos municípios à proposta de Regulamento de Exploração de Abastecimento de Água, e preparação da versão final do documento a submeter à apreciação do Conselho de Administração, para posterior envio ao Concedente, para aprovação.

Desde 2011 que a Águas do Oeste fornece água aos 15 municípios previstos no contrato de concessão não se registando o arranque, no decorrer de 2014, de novos pontos de entrega (PE) a qualquer dos municípios. Nos municípios de Alcobaça, Óbidos e Rio Maior, continuam a existir PE cujas obras se encontram concluídas pela Águas do Oeste, mas para os quais não existe autorização daqueles para iniciar o fornecimento de água. Os municípios de Óbidos e Rio Maior mantêm a exploração de captações municipais para o abastecimento público de água, contrariando o que se encontra previsto no contrato de concessão e nos respetivos contratos de fornecimento, em que a Águas do Oeste tem a responsabilidade pelo fornecimento da totalidade das necessidades de água “em alta”. No ano de 2014 registou-se uma redução dos consumos dos municípios de Óbidos e Rio Maior face a 2013, na ordem dos 10%, resultando no final do ano um consumo global inferior ao volume associado ao valor mínimo garantido constante dos respetivos contratos de fornecimento.

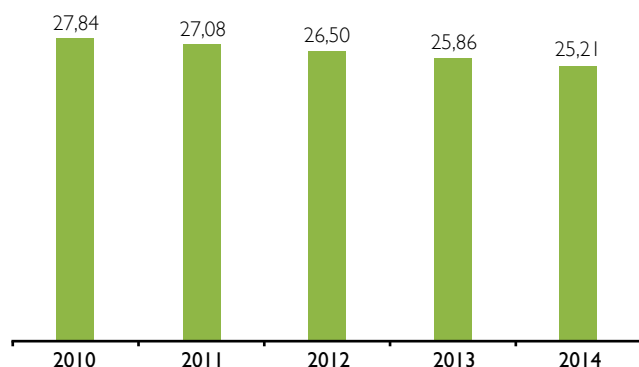
Para além das situações atrás referidas, em 2014 continuou-se a verificar uma redução nos volumes fornecidos à generalidade dos “utilizadores em exclusivo”. A redução observada traduz uma alteração dos hábitos de consumo de água das pessoas e das instituições, e está igualmente associada à redução da atividade económica, sendo um reflexo da crise que o País atravessa. A redução das necessidades de água em “alta” poderá resultar, também, da redução do volume associado a perdas na rede em “baixa” em alguns municípios e do uso de captações próprias por parte de utilizadores individuais, particularmente em zonas rurais.

No caso dos “municípios clientes” (Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré e Peniche), que, contratualmente, podem satisfazer parte das necessidades de água em “alta” com o recurso à utilização de captações próprias, apenas Alcobaça não consumiu os volumes mínimos contratualizados.

Em termos globais, registou-se um decréscimo dos caudais faturados, comparativamente ao ano transato, passando dos 26,5 milhões de metros cúbicos para os 25,2 milhões de metros cúbicos, o que representa uma redução de 2,5%. Da totalidade do volume fornecido em 2014, 17,7 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “utilizadores em exclusivo” e os restantes 7,5 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “municípios clientes”.

Volume de Água Faturada

(milhões de metros cúbicos)



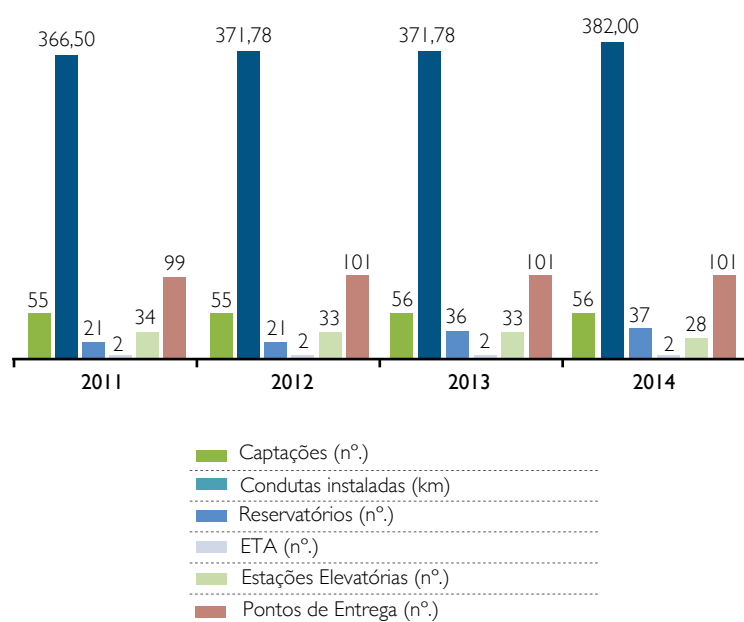
A Águas do Oeste, para além da principal origem de água, a EPAL, manteve em exploração algumas captações próprias transferidas pelos municípios que, em algumas situações, constituem uma redundância à água fornecida pela EPAL, contribuindo, por isso, para o aumento da garantia da continuidade do fornecimento aos seus Clientes.

Em 2014 mantiveram-se as alterações na exploração dos subsistemas de captação que fornecem PE que permitem receber água com origem na EPAL, contribuindo para aumentar o volume de água comprado à EPAL, tendo em conta a necessidade de cumprir os valores mínimos contratualizados com aquela empresa e, ao mesmo tempo, ir ao encontro das expectativas dos municípios que transferiram as captações municipais para a Águas do Oeste. Considera-se que este objetivo foi conseguido, uma vez que, em 2014, a percentagem de água comprada à EPAL no total do volume de água fornecido manteve-se acima dos 94%. A água fornecida com origem em captações próprias correspondeu a 5,9% do volume total de água fornecido, na grande maioria em sistemas sem ligação física aos sistemas da EPAL, sendo os restantes 94,1% comprados à EPAL.

A continuação do trabalho de melhoria da organização dos meios alocados à operação dos sistemas de abastecimento de água, tendo em conta o facto da maioria das infraestruturas se encontrarem integradas no Sistema de Telegestão e a existência de um melhor conhecimento e domínio daquelas, traduziu-se numa redução das distâncias percorridas pelas viaturas afetas às equipas do terreno, com a conseqüente diminuição do consumo de combustível e do tempo de afetação de recursos humanos associado a deslocações entre infraestruturas, a crescer aos já conseguidos no ano anterior.

O conjunto das infraestruturas de abastecimento em exploração compreende 56 captações, duas ETA, 17 postos de cloragem ou recloragem, 37 reservatórios (embora não se tenha iniciado a exploração de qualquer novo reservatório, ocorreu uma alteração do número deste tipo de infraestruturas tendo em conta a mudança dos pressupostos utilizados na sua contabilização, acertados com a ERSAR, tendo-se passado a incluir as cubas de aspiração das EE, com dimensão significativa), 28 EE, 101 pontos de entrega e cerca de 382 km de condutas adutoras. As outras alterações decorreram de ajustes na contabilização das infraestruturas.

Infraestruturas de Abastecimento de Água



Em 2014 registaram-se alguns furtos e tentativas de furto em instalações de abastecimento, ainda que com menor frequência do que os registados em 2013, nomeadamente, de transformadores de postos de transformação. Algumas situações puderam ser detetadas na altura em que estavam a ocorrer os furtos, pelo facto daquelas se encontrarem integradas na Telegestão, o que permitiu que as conseqüências e danos não fossem maiores. Todas as situações têm sido comunicadas às autoridades, sendo que sempre que os custos são superiores ao valor da franquia, tem sido solicitado o ressarcimento dos custos à seguradora.

Operação - Saneamento de Águas Residuais

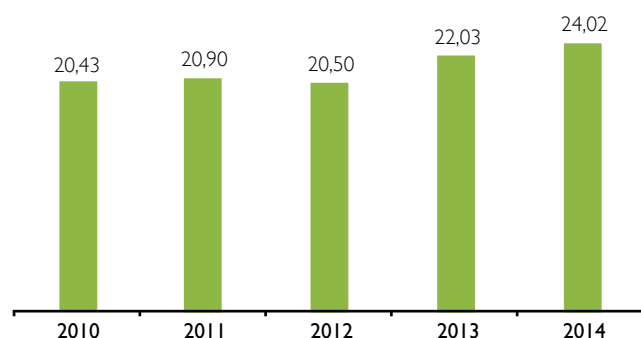
Durante o ano de 2014 a Águas do Oeste explorou infraestruturas que permitiram o tratamento de águas residuais provenientes de catorze municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de faturação associado a cerca de 24,02 milhões de metros cúbicos de água residual.

Com o aumento do número de infraestruturas em exploração e do número de pontos de recolha, verificou-se um aumento do caudal faturado relativamente a 2013. Para este acréscimo contribuiu, também, o aumento do caudal afluente às estações de

tratamento, decorrente da pluviosidade verificada, e a faturação com base em caudais medidos nas ETAR, em mais municípios, na sequência da aprovação pelo concedente dos respetivos planos de medição de caudal.

Volume de Águas Residuais Faturadas

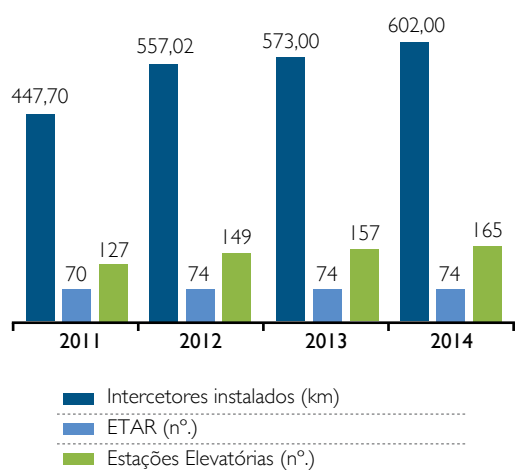
(milhões de metros cúbicos)



No final de 2014 encontravam-se em operação 74 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 165 Estações Elevatórias (EE) e cerca de 602 Km de emissários.

O gráfico evidencia a evolução do número de km de condutas instaladas, EE e ETAR em operação, de 2011 a 2014.

Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais



Em 2014, a AdO iniciou a operação de cerca de 29 km de emissários e das seguintes infraestruturas de elevação na atividade de transporte:

Município	Sistema	Designação	Data de início de operação (mês)	Data de início de operação (ano)
Torres Vedras	Runa	EE Matacães	Julho	2014
Torres Vedras	Runa	EE Ordasqueira	Julho	2014
Torres Vedras	Maceira	EE Casal do Rego	Fevereiro	2014
Torres Vedras	Maceira	EE Casais Serpigeira	Fevereiro	2014
Azambuja	Azambuja	EE Casais Baixo	Fevereiro	2014
Arruda dos Vinhos	Arruda dos Vinhos	EE Ribeira das Cardosas	Outubro	2014

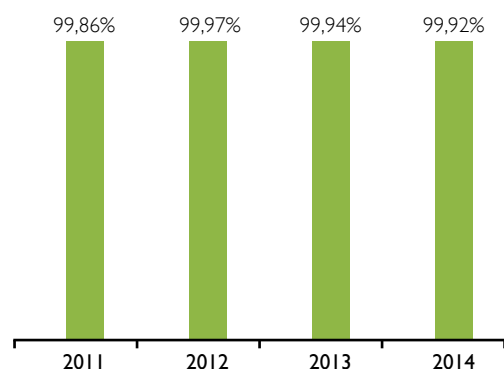
Foi assegurado o controlo de qualidade, a nível interno, pelo laboratório da Águas do Oeste, situado na ETAR de Santa Cruz/Silveira e, para efeitos de avaliação da conformidade legal, por uma entidade externa, certificada para o efeito.

O laboratório interno desta empresa assegurou a realização das análises previstas nos PCA (Plano de Controlo Analítico), tendo para o efeito procedido à realização de 28.907 determinações analíticas.

No que se refere à avaliação da conformidade legal, e, tal como referido anteriormente, é garantida por uma entidade idónea, devidamente certificada para o efeito. Neste âmbito, foram realizadas 5.532 análises.

Em 2014 manteve-se o elevado grau de cumprimento da avaliação de conformidade ao estabelecido no contrato de concessão: 98,94%.

Avaliação da Conformidade Legal - PCQA



Relativamente aos resíduos produzidos nas atividades de transporte e tratamento de águas residuais, verificaram-se produções de cerca de 865 toneladas de areias, 494 metros cúbicos de gradados (menos cerca de 20% relativamente a 2013) e 23.115 toneladas de lamas (mais cerca de 6% relativamente a 2013). Este aumento da quantidade de lamas geradas resultou, na grande maioria, de descargas anómalas nas redes municipais e do aumento dos caudais afluentes às instalações de tratamento. Estes resíduos foram encaminhados para destino final adequado. No que se refere às lamas, foram encaminhadas para valorização agrícola ou compostagem, de acordo com as suas características e tipologia das situações.

Salienta-se a redução do número de horas extraordinárias, relativamente a 2013, ano em que já tinham sido efetuadas importantes otimizações, em cerca de 5%.

Outras atividades

Manutenção e Telegestão

Durante o ano de 2014, a manutenção das infraestruturas da empresa foi assegurada em regime de *outsourcing*, com o acompanhamento e controlo da prestação de serviços efetuado internamente, pelo Departamento de Manutenção.

A gestão dos trabalhos de manutenção foi efetuada com recurso ao sistema informático central do Grupo AdP - "AQUAMAN/Maximo". Durante o ano de 2014 foram registadas no sistema cerca de cinco mil solicitações, excluindo manutenção preventiva.

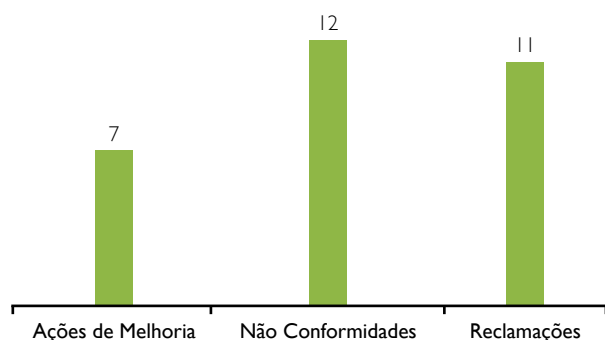
No âmbito da prestação de serviços de manutenção estão incluídas todas as atividades de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção de Base Condicionada e Manutenção Corretiva dos equipamentos, das instalações elétricas e hidráulicas, da instrumentação, da automação e telegestão assim como dos órgãos mecânicos instalados na generalidade das infraestruturas cuja operação é assegurada pela Águas do Oeste. Fora do âmbito desta prestação, foram, entre outras, executadas as intervenções de reparação de roturas em condutas, assim como a desobstrução de coletores e limpeza de estações elevatórias de águas residuais, as quais se encontram no âmbito de outra prestação de serviços. No que se refere a intervenções em coletores, a intervenção mais relevante ocorreu no início do verão e consistiu na reparação do emissário submarino da Foz do Arelho, após a deteção de fuga de água residual tratada no troço submerso e enterrado, a algumas dezenas de metros da praia. A metodologia de reparação consistiu basicamente na aplicação de abraçadeiras em aço inoxidável, após dragagem da areia para colocação da tubagem à vista.

De acordo com o previsto em orçamento, procedeu-se à aquisição e instalação de diversos equipamentos, maioritariamente em situações em que a reparação dos equipamentos existentes não era economicamente viável, tendo-se optado pelos equipamentos com custos de ciclo de vida mais baixos, incluído os custos de energia. Entre estes, de referir a substituição de um dos grupos eletrobomba da EE Fontelas que conduziu a uma redução no consumo de energia da ordem dos 20%.

Para além da participação e elaboração dos relatórios relativos aos processos de receção provisória ou definitiva das novas infraestruturas, foi efetuado o acompanhamento das avarias que se consideram ao abrigo das garantias das obras.

No que se refere ao plano de melhoria, foram acompanhadas pelo DEMA as ações constantes no gráfico seguinte:

Plano de Melhoria DEMA - 2014



No decorrer de 2014 foram registadas sete ocorrências com origem em fatores externos, decorrentes de condições climatéricas adversas, de ações de vandalismo e de furtos a instalações, as quais afetaram, nalguns casos significativamente, mais de 60 instalações da empresa. Nestes casos, procedeu-se à contabilização dos custos, ao acompanhamento dos processos de peritagem das ocorrências participadas à seguradora e à execução dos respetivos trabalhos de reparação. A maioria dos furtos e ações de vandalismo incidiu no roubo de cobre das instalações elétricas, nomeadamente dos Postos de Transformação e quadros elétricos.

No âmbito da gestão dos EMM (Equipamentos de Medição e Monitorização) foram executados os planos de calibração e ensaio previstos, onde se incluem os medidores de caudal de faturação da empresa (que correspondem a 147 unidades). Ainda no que se refere à instrumentação, foram efetuadas intervenções de melhoria em medidores de caudal, sistemas de medição de oxigénio dissolvido, potencial *redox*, etc., por forma a aumentar a longevidade destes, mas também a facilitar a sua operação. Foram efetuadas algumas picagens nas tubagens de compressão de grupos eletrobomba, para possibilitar a medição da pressão e avaliar o rendimento destes grupos.

No âmbito das ações de modernização das instalações que a Águas do Oeste tem vindo a desenvolver com vista a aumentar os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, que se reflita numa melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, apesar das restrições orçamentais, foi possível efetuar a adição de algumas infraestruturas identificadas como relevantes e complementares às já anteriormente integradas no Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal do Abastecimento, nomeadamente as válvulas de controlo da adução aos reservatórios da Marmeleira e de Sobral de Monte Agraço. Esta última permitiu um melhor controlo na gestão do funcionamento dos grupos elevatórios em períodos de ponta, nos sistemas Arruda-Sobral e Alenquer Torres Mafra.

Foi efetuado o acompanhamento do “Contrato de Prestação de Serviços de Fornecimento de Equipamento e de Serviços de Suporte à Rede de Comunicações Multisserviços”, no qual estão suportados os Sistemas de Telegestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento e Saneamento do Oeste. Este serviço garante, entre outros, a disponibilidade no Centro de Comando da ETAR da Charneca de canais de comunicações com a performance e estabilidade adequadas, assim como a implementação de comunicações redundantes para o caso de falha do canal principal, nas estações elevatórias de água. Para além de permitir o controlo e/ou monitorização dos equipamentos e instalações, este sistema integra a deteção de intrusão nestas infraestruturas, assim como a gestão de acessos às mesmas, incluindo a abertura automática das portas mediante a utilização do cartão dos seus colaboradores, ou centralmente a partir do centro de comando.

Com exceção de algumas infraestruturas mais recentemente transferidas dos Municípios para a AdO, no caso do abastecimento de água, encontram-se integradas no sistema de telegestão a generalidade das instalações. Para além das funcionalidades referidas no parágrafo anterior, a automação implementada permite a racionalização dos custos de energia elétrica, mediante a parametrização de diferentes *set points* de acordo com os preços da energia elétrica nos diferentes períodos tarifários, o que potenciou poupanças significativas na fatura de energia elétrica, que se estimam da ordem das três centenas de milhares de euros em 2014, comparativamente com o regime de funcionamento dessas instalações em 2008. No que se refere ao saneamento, embora só algumas infraestruturas estejam integradas na telegestão (25%), de referir o facto de o sistema estar dotado de uma funcionalidade que tem permitido efetuar a gestão das aflúncias pluviais, em modo automático ou manual.

Com o objetivo de racionalização dos custos e consumos de energia elétrica, procedeu-se à aquisição e instalação de algumas unidades de baterias de condensadores, tendo-se mantido o acompanhamento e procedido ao ajustamento da parametrização das unidades existentes, sempre que se constatou essa necessidade. Com base nas análises energéticas efetuadas a algumas instalações, quer de abastecimento de água, quer de saneamento de águas residuais, foram propostas várias medidas para a racionalização dos consumos de energia. Em 2014, no âmbito de um projeto centralizado na AdP Energias, foram efetuadas por entidades externas,

diagnósticos energéticos a diversas instalações da empresa, das quais se aguardam os relatórios finais.

Após em 2013 terem sido concluídas as auditorias energéticas às duas instalações consumidoras intensivas de energia (estação elevatória de água de Alenquer e estação elevatória de água de Alcanhões), e identificadas as medidas de racionalização para estas instalações, em 2014 a AdO beneficiou da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) nestas instalações, após a celebração dos respetivos ARCE (Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia).

Com vista a garantir a manutenção das infraestruturas, em fevereiro de 2014 teve início uma prestação e serviços de manutenção elétrica e mecânica pelo período de um ano, renovável por mais dois períodos de um ano.

Em junho de 2014 teve início uma prestação de serviços para limpeza de estações elevatórias e desobstrução de coletores, pelo período de um ano, renovável por mais dois períodos de um ano.

Monitorização

Monitorização da qualidade da água para consumo humano - controlo legal

Atendendo ao Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR, a AdO realizou todas as colheitas planeadas e avaliou, diariamente, os resultados comunicados pelo laboratório subcontratado.

Os dados provenientes do laboratório e recolhidos em campo foram introduzidos em ficheiros específicos para o efeito, com a correspondente verificação de cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pela legislação em vigor e cumprimento geral do PCQA, nomeadamente em termos de número de análises realizadas.

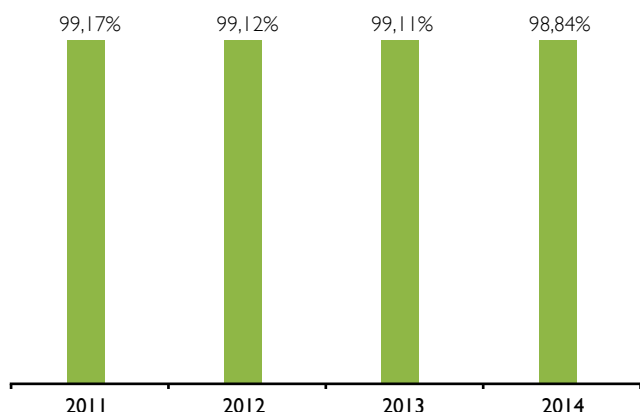
Trimestralmente, foram preparados e enviados a todas as entidades gestoras "em baixa" e à ARS-LVT, os resultados analíticos obtidos no âmbito deste plano, os quais são também disponibilizados na área reservada disponível no *site* da AdO.

As situações de desvio aos valores paramétricos foram devidamente acompanhadas, com a comunicação às entidades respetivas.

Na Águas do Oeste o padrão natural da qualidade da água fornecida insere-se numa gama excelente, com taxas rigorosamente calculadas e que têm vindo a refletir uma absoluta segurança na qualidade do produto fornecido.

Em 2014 obteve-se uma taxa de 99,92% dos parâmetros de qualidade da água, mantendo-se a tendência, já verificada em anos anteriores, de elevadas taxas de qualidade da água. O gráfico seguinte demonstra os valores alcançados nos últimos anos, consequência de um trabalho profícuo de controlo do produto fornecido a todos os clientes da Águas do Oeste.

Avaliação de Conformidade



Devido à ausência do colaborador do DSRE com a responsabilidade de gestão do PCQA, por gozo de licença parental, a partir do 2º semestre do ano de 2014, a gestão do PCQA ficou cometida à equipa do Laboratório da DOP, em estreita articulação com o Departamento de Abastecimento de Água, que assegurou os contatos com as entidades externas, no âmbito deste plano.

Monitorização da qualidade da água das ribeiras, lagoas e do mar

O Programa de Monitorização dos meios recetores englobou a realização de campanhas de amostragem em 26 ETAR e três emissários submarinos, num total de 61 pontos de amostragem.

No caso das campanhas em rios ou ribeiras, foram realizadas duas recolhas por ponto de descarga da ETAR (a montante e jusante). Esta metodologia foi aplicada em todas as ETAR, com a exceção da ETAR de São Martinho do Porto cuja amostragem foi efetuada apenas num ponto.

No que se refere à monitorização dos emissários submarinos, no caso de São Martinho do Porto, para além da ETAR, também são realizadas campanhas de amostragem em mais seis pontos, localizados na baía de S. Martinho e junto ao Emissário Submarino.

No que se refere à monitorização dos emissários da Foz do Arelho e Nazaré, foi efetuada a monitorização em dois pontos destes emissários.

Manteve-se a estratégia de atuação nesta área, de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da AdO.

Está a decorrer o Plano de Monitorização de Meios Recetores relativo ao Ano Hidrológico 2014-2015, o qual foi previamente aprovado pela ARH. Foi dado cumprimento ao estabelecido no plano de monitorização aprovado pela ARH para o ano hidrológico 2013-2014.

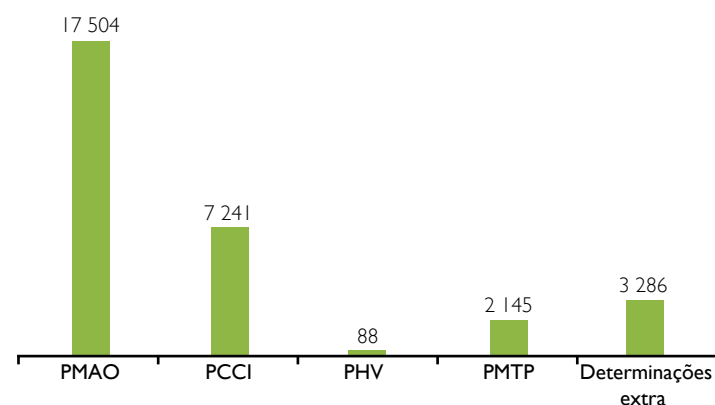
Monitorização da qualidade da água - Controlo operacional

Em 2014, embora tenha saído da empresa um dos técnicos com certificação para a colheita de amostras, a Águas do Oeste, por forma a manter os níveis de qualidade na monitorização da água para consumo humano, optou em manter o número de técnicos de colheita afeto ao Laboratório da DOP. Neste contexto, em 2015, encontra-se prevista a certificação do novo técnico de colheita de amostras

O DEAG manteve a responsabilidade na execução dos planos de monitorização internos, efetuando avaliações periódicas ao conteúdo constante nos diversos planos de monitorização operacional.

No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas 30.264 determinações analíticas, as quais se distribuíram pelos seguintes planos de controlo analítico operacional, a saber: Plano de Monitorização da Água na Origem (PMAO) – 17.504, Plano de Controlo de Corrosão e Incrustação (PCCI) – 7.241, Plano de Monitorização do Troço Principal de Abastecimento de Água Alcanhões - Óbidos/ Sistema Norte (PMTP) – 2.145, Plano de Vigilância de água entregue (indiretamente) a clínicas de Hemodiálise (PHV) - 88 e 3.286 determinações extra.

Nº de determinações analíticas por plano de monitorização



Desenvolvimento das atividades associadas a Saúde e Segurança no Trabalho

À semelhança do ano anterior, o trabalho desenvolvido no âmbito da segurança e saúde na Águas do Oeste durante o ano de 2014 assentou na parceria entre os serviços de segurança e os serviços de medicina no trabalho, sendo mantida uma cultura de formação (interna e externa), informação e sensibilização, acompanhada por práticas e procedimentos documentados e com a atribuição de equipamentos de proteção coletiva e individual.

A continuidade da elaboração/atualização de diversos estudos para avaliação das condições de trabalho constituiu também uma aposta do sistema de gestão.

Em 2014, foi dada continuidade à identificação de perigos e avaliação de riscos de diversas infraestruturas da Águas do Oeste, com a consequente definição de medidas de controlo para minimização dos riscos avaliados, cujos resultados foram posteriormente analisados e debatidos com os diversos serviços.

Comunicação e Educação Ambiental

A manutenção de uma estratégia de comunicação junto da comunidade onde se insere, através das diversas ações de educação e sensibilização ambiental realizadas direcionadas não só para os seus *stakeholders*, como também para a população em geral, continua a ser uma aposta da Águas do Oeste. Apesar das limitações que esta área da empresa tem tido nos últimos cinco anos, decorrentes das orientações para o Setor Empresarial do Estado, a Águas do Oeste continua a implementar anualmente o seu Plano de Educação Ambiental (PEA), associando-se, sempre que possível, a iniciativas municipais. Um projeto que continua a ter uma grande receptividade e procura por parte dos diversos públicos-alvo intervenientes, tendo no decorrer de 2014 contado com cerca de cinco mil participantes, num total de 84 ações de sensibilização realizadas.

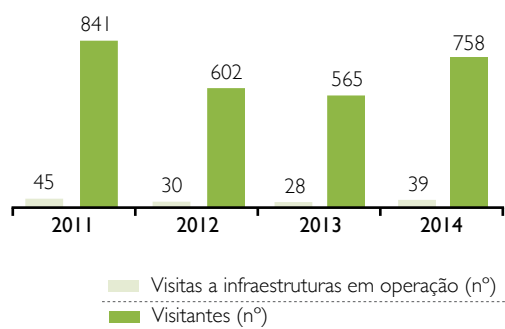
Neste âmbito a Águas do Oeste continuou a privilegiar os meios e os recursos existentes, assim como os suportes de comunicação isentos de custo, sempre que possível em formato digital, ou disponível em *stock*, bem como o desenvolvimento, a adaptação e a participação em atividades de menor valor, dando continuidade às ações realizadas em anos anteriores.

Das atividades realizadas no decorrer de 2014, nas áreas da comunicação institucional e empresarial, destacam-se aquelas cujo objetivo se centra na promoção e divulgação da imagem da empresa, nomeadamente: **(i)** a publicitação de notas e comunicados de imprensa diversos, envio de respostas a pedidos de informação por parte dos órgãos de comunicação social da região e acompanhamento do impacto que as notícias veiculadas nos *media* têm na atividade da empresa, tendo no ano de 2014 sido monitorizadas cerca de duas centenas de notícias, podendo considerar-se um índice de favorabilidade positivo de 3,11; **(ii)** a publicação de conteúdos de natureza informativa no *site* da empresa; **(iii)** a conceção de suportes de comunicação destinados à divulgação da atividade da empresa junto da população local, assim como de sinalética diversa; **(iv)** a produção e conceção do boletim informativo "Notícias Internas", divulgado com uma periodicidade trimestral por *e-mail* junto de todos os colaboradores da Águas do Oeste.

No que se refere às atividades de Educação e Sensibilização Ambiental realizadas no decorrer de 2014, a aposta contínua no desenvolvimento de parcerias com os municípios, clientes e outros *stakeholders* são exemplos de sucesso, sendo de realçar as comemorações conjuntas dos principais dias temáticos, iniciativas que contaram com o envolvimento direto de cerca de dois milhares e meio de crianças e jovens da região.

Contudo, uma das principais apostas da Águas do Oeste no âmbito da sensibilização ambiental são as visitas de estudo realizadas às suas ETAR, assim como a realização de visitas técnicas, que contaram com a participação de diversas instituições, universidades e escolas de formação regionais, para além da organização de "Dias Abertos às ETAR", direcionados para a população em geral, de onde se destacam três visitas realizadas no âmbito do Programa Nacional "Ciência Viva no Verão"), para além de outros, organizados em parceria com os municípios. No total, no decorrer do ano de 2014, foram realizadas 39 visitas a diversas ETAR da Águas do Oeste, com a participação de mais de 750 visitantes, sendo de realçar que, desde a implementação do seu PEA, as ETAR da Águas do Oeste receberam quase 12 mil visitantes. O gráfico seguinte mostra os resultados dos últimos quatro anos.

Evolução anual do número de visitas /visitantes às ETAR

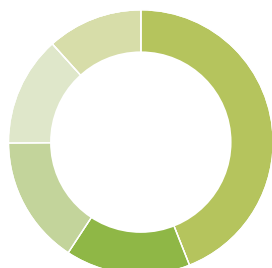


Também a implementação do Projeto Rios na área de concessão da empresa, através do acompanhamento das diversas equipas existentes, nas cerca de três dezenas de saídas de campo realizadas no ano de 2014 envolvendo um total aproximado de 500 alunos de diversos estabelecimentos de ensino da região, quer com o apoio direto da Águas do Oeste, quer através da Associação PATO e do Centro de Educação Ambiental (CEA) de Torres Vedras, ambos parceiros neste projeto, permitiram um forte contributo na implementação nacional do projeto, sensibilizando todos os envolvidos não só para a importância da preservação dos recursos hídricos, como para o importante contributo que a Águas do Oeste tem na melhoria da qualidade da água dos rios e ribeiras do Oeste, através do adequado tratamento que dá às águas residuais urbanas nas suas ETAR. Ainda integrado nos objetivos deste projeto, a Águas do Oeste organizou outras iniciativas envolvendo mais de duas centenas de participantes, destacando-se, em abril, o 2º Curso de Monitores do Protejo Rios e, em outubro, no Dia Nacional da Água, o 3º Encontro Regional do Projeto Rios, ambas as iniciativas com a colaboração do CEA de Torres Vedras, da Associação PATO e dos municípios envolvidos.

As parcerias com diversas Eco-Escolas (Programa nacional com a coordenação da Associação Bandeira Azul da Europa - ABAE) da região, com participação direta nos Conselhos Eco-Escolas e colaboração com palestras, seminários e outras atividades sobre o Ciclo Urbano da Água e o Uso Eficiente da Água, têm sido outra das apostas da Águas do Oeste em matéria de sensibilização ambiental. Para além das iniciativas atrás resumidas destacam-se ainda a dinamização de ações de sensibilização em diversas praias da região Oeste, na sua maioria integradas no âmbito do programa “Bandeira Azul 2014”, da ABAE, realizadas em parceria com os municípios, e que envolveram quase sete centenas de participantes.

Ações de Sensibilização:

total de participantes envolvidos; nº de ações



Comemoração de Dias temáticos: Eventos Municipais, AdO e Est. Ensino	2188;7
Visitas a ETAR / Dias Abertos	758;39
Projeto Rios - Saídas de Campo	778;7
Ações de Sensibilização nas Praias	668;16
Ações / Sessões de Divulgação/ Esclarecimento/ Seminários/ Workshops	580;15

A aposta nas campanhas de educação e sensibilização ambiental têm tido ao longo dos anos um objetivo comum: educar para a sustentabilidade, através da consciencialização das populações para a importância ao nível da preservação dos recursos hídricos e do uso eficiente da água, ao mesmo tempo que dão a conhecer o papel relevante que a Águas do Oeste tem na gestão do ciclo urbano da água, com vista à garantia da qualidade da água fornecida e ao adequado tratamento das águas residuais, pelo que estas continuam a ser um dos pontos fortes da empresa junto dos seus *stakeholders* e da população em geral.

7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas do Oeste, S.A., para o ano de 2014, pelos acionistas na Assembleia-Geral de 13 de março de 2014, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte:

Indicadores		Valor Fixado (I)	Valor Atingido
Indicadores Financeiros – Eficiência			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1.	Plano de Redução de Custos (PRC)	(%) ≤ 110%	67,4%
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
2.	Dívida Comercial de devedores municipais (DCDMA)	(%) ≤ 120%	108,1%
3.	Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	(%) ≤ 100%	94,2%
3.	ROCE	(%) ≥ 0,5%	1,9%
4.	Margem EBITDA (ME)	(%) ≥ 75%	123,0%
Indicadores de Serviço – Ambiente			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)			
6.	Qualidade da Água (AQA)	(%) ≥ 95%	100,0%
7.	Qualidade das águas Residuais (AQAR)	(%) ≥ 95%	99,8%
Indicadores de Reporte – Cumprimento de Reporte			
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)			
9.	Cumprimento de Orientações Corporativas (GCOC)	(%) 100%	100%
8.	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias) ≤ 0	I

Notas: Valor Fixado (I) – Valor fixado pela Assembleia Geral de 13 de março de 2014.

Os valores de attingimento indicados encontram-se devidamente auditados, tendo sido obtido o valor 2,4 de attingimento global.

8. Cumprimento das Orientações Legais

8.1. Cumprimento do Estatuto do Gestor Público

Com efeito a 1 de abril de 2012, as remunerações salariais dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste, S.A., em particular aos gestores públicos com funções executivas, foi aplicado o disposto no Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, tendo em conta os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro), e tendo por base as classificações e as remunerações associadas fixadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, 26 de março.

8.2. Cumprimento de Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Oeste deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x			2,03	Ver Capítulo B-Actividade da Empresa, ponto 7 -Objectivos de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		Ver nota 3- Políticas de gestão do risco financeiro das demonstrações financeiras
Limites de Crescimento do Endividamento			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Evolução do PMP a fornecedores	x			+3 dias	Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.3-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.3-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Deveres Especiais de Informação	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 12-Divulgação da informação
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013			x	Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	x			6 531,13	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			4 411,20	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei n.º 83-C/2013			x	-	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	x			65 002,25	

Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013

Artigo 32º do EGP

Utilização de cartões de crédito	x	Não aplicável
Reembolso de despesas de representação pessoal	x	Não aplicável

Contratação Pública

Normas de contratação pública	x	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x	

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

	x	Não aplicável
--	---	---------------

Parque Automóvel

	x	Não aplicável
--	---	---------------

Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 60º e 61º da Lei 83-C/2013

Redução de gastos operacionais	x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução de gastos com comunicações e deslocações	x	Não aplicável	

Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes

Nº de efetivos	x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Nº de cargos dirigentes	x	Não aplicável	

Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)

	x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
--	---	---------------	---

Limites ao endividamento (DL 133/2013)

	x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
--	---	---------------	---

Princípio da Igualdade de Género	x	Não aplicável
----------------------------------	---	---------------

A Águas do Oeste por intermédio da AdP SGPS, S.A. aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Compras, contratação pública e medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de

sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada. Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com benefícios apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

Cumprimento do Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 60º e 61º da Lei 83-C/2013

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do Grupo.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a *holding* criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, em nome das empresas do Grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho nº2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

% de *cash* depositado no IGCP

Por tipo de aplicação	Total	IGCP	Outros
Médio e longo prazo	35.26%	80.53%	4.67%
Curto prazo	64.74%	19.47%	95.33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores (RCM n° 34/2008, de 22 fevereiro, Despacho n° 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Var. 4ºT 2014 / 4ºT 2013
	2013	2013	2013	2013	2014	2014	2014	2014	
PMP a Fornecedores (dias)	75	63	51	41	42	44	43	44	107,32%

Mapa da posição a 31/12/2014 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio:

Unidade: euros

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Conservação e reparação	-	-	-	-	741,12
Empreitadas de obras públicas	-	-	-	-	258 253,56
Outros bens e serviços	-	-	150,68	5 229,72	87,80
Outros investimentos	-	-	-	-	1 331,00

A empresa procede ao pagamento das faturas aos seus fornecedores dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos contratos e nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio. As exceções referem-se a situações em que as faturas não estão ainda em condições de serem pagas.

Os valores apresentados como estando em atraso a mais de 360 dias, resultam, fundamentalmente, de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, de que são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nalgumas situações, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

9. Perspetivas para o Futuro

Em 2015 a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade no sentido de cumprir o estabelecido no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, assim como nas orientações aprovadas pelos acionistas.

O anunciado processo de agregação de sistemas multimunicipais, em que se prevê que o Sistema Multimunicipal do Oeste venha a ser integrado num futuro Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, vai ter uma significativa relevância na afetação dos recursos humanos da empresa, em particular das chefias e técnicos superiores, continuando a empresa a prestar todo o apoio ao desenvolvimento do processo que lhe venha a ser solicitado pela AdP e municípios acionistas.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado, designadamente ao nível do financiamento e da capacidade para realizar o investimento previsto na concessão, bem como as restrições relativas ao pessoal e aos fornecimentos e serviços externos, não deixarão de continuar a condicionar a atividade da empresa em 2015. Continuará a ser feito um grande esforço no sentido de essas condicionantes não afetarem a qualidade do serviço prestado, nunca pondo em causa a garantia da qualidade da água fornecida.

O desenvolvimento do processo de gestão integrada dos sistemas “em alta” e “em baixa” estará dependente da posição dos municípios, assegurando a AdO o empenho e o envolvimento que vier a ser solicitado pelos acionistas.

A gestão económica e financeira da AdO continuará a ter um cuidado redobrado, no sentido de garantir o cumprimento dos compromissos da concessão e de diminuir os encargos financeiros da empresa. Para tal, continuarão a ser desenvolvidos esforços no sentido de celebrar acordos de pagamento com as entidades gestoras da “baixa” que tenham dívidas vencidas, garantindo o pagamento desses montantes em atraso e, também, o pagamento das faturas futuramente emitidas pela empresa relativas ao serviço que regularmente for prestado, nos prazos estabelecidos nos contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes.

Prevê-se que em 2015 o MAOTE se pronuncie sobre a proposta de renegociação do contrato de aquisição de água à EPAL, que se encontra para aprovação do Concedente, no sentido de o ajustar às perspetivas de consumo de água nos municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal do Oeste, garantindo também a sustentabilidade económica e financeira da Concessão, com tarifas socialmente aceitáveis.

No âmbito da atividade prevista para 2015, destaca-se ainda:

- a continuação dos esforços para que seja permitido à Águas do Oeste iniciar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega, e nas condições previstas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento, incluindo o cumprimento do regime de exclusividade no abastecimento de água previsto nos referidos contratos;
- a melhoria contínua do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e do serviço prestado, otimizando os recursos disponíveis, numa perspetiva de aumento da eficiência e do controlo e redução de custos, com destaque para a continuação do trabalho na gestão da energia (transferência dos consumos de energia das horas de ponta para as horas de menor custo, redução de potência consumida, racionalização dos tempos de funcionamento e otimização do rendimento de alguns equipamentos);
- a manutenção do cumprimento integral do Plano de Controlo de Qualidade da Água e dos restantes planos de monitorização associados ao abastecimento de água, dos Programas de Auto-Controlo estabelecidos nas Licenças de Utilização de Recursos Hídricos e demais exigências de controlo de qualidade, estabelecidas na legislação em vigor, no que se refere à monitorização da qualidade das águas residuais descarregadas;
- a manutenção das alterações já introduzidas na exploração de alguns sistemas de abastecimento, com o objetivo de potenciar a utilização da quantidade de água fornecida com origem na EPAL em detrimento da proveniente de captações próprias;
- a aprovação, pelo Concedente, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste;
- a continuação da procura pela melhor gestão das instalações de elevação de água integradas no Sistema de Telegestão, com o objetivo de minimizar a sua utilização em períodos de ponta e maximizando a sua utilização em períodos de vazio e super-vazio;
- o enfoque na identificação e reparação de avarias que estejam a contribuir para o volume de perdas de água nos sistemas de abastecimento;
- a faturação com base nos caudais medidos no sistema de saneamento, em todos os municípios, após a obtenção da respetiva autorização pelo Concedente;
- a continuação do trabalho desenvolvido com as entidades gestoras “em baixa”, na identificação de descargas de águas residuais não urbanas provenientes dos sistemas municipais, com vista à eliminação ou diminuição do seu impacto negativo no funcionamento das instalações de tratamento e no aumento dos custos da empresa;
- a análise e a identificação, com as entidades gestoras “em baixa”, de intervenções a realizar, no sentido do controlo das afluências indevidas ao sistema de saneamento, em períodos de elevada pluviosidade;
- o desenvolvimento de parcerias com institutos e universidade focadas na obtenção de ganhos de eficiência e, designadamente, na área da eficiência energética;
- a continuação da realização de diversas intervenções nos sistemas de arejamento, de desodorização e de desinfecção das ETAR, e nas estações elevatórias, de reduzida expressão financeira e com significativo impacto na redução de custos energéticos, decorrente de análises iniciadas durante os anos anteriores;
- o desenvolvimento de diversas empreitadas de recolha e tratamento de águas residuais, sendo de salientar as ETAR de Margem Norte (Óbidos), de Santiago dos Velhos (Arruda dos Vinhos) e Arrifana (Azambuja) e a execução de alguns troços fundamentais para a consolidação de alguns sistemas com relevo para o Sistema Intercetor de Pedra do Ouro (Alcobaça), Condução elevatória de Espinheira (Azambuja), Sistema Elevatório de Porto Novo (Torres Vedras), entre outros troços de menor dimensão;
- a continuação dos processos de vistoria, para efeitos de receção definitiva de empreitadas, e posterior acompanhamento na execução de correções ao abrigo da garantia;
- a continuação dos processos conducentes a um adequado inventário e gestão do património afeto à concessão, com destaque para a avaliação funcional das infraestruturas;
- a realização de alguns investimentos de substituição de equipamento, com o objetivo de melhorar a qualidade e a fiabilidade do serviço prestado pela AdO;
- a continuação do processo de integração de instalações no sistema de telegestão, de acordo com a sua prioridade e com o previsto em orçamento e a otimização das suas funcionalidades, numa perspetiva de melhoria da qualidade do serviço, aumento da eficiência dos processos e de controlo e redução de custos;
- o lançamento de concurso e a entrada em vigor de uma nova prestação de serviços de suporte à rede de comunicações multisserviços, no qual estarão suportados os Sistemas de Telegestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento e Saneamento do Oeste.
- a continuação dos trabalhos de racionalização dos custos e dos consumos de energia, mediante a implementação das medidas já identificadas, de transferência de consumos de energia das horas de ponta para as horas de menor custo, assim como uma redução dos consumos, associada à racionalização dos tempos de funcionamento de alguns equipamentos e/ou otimização de rendimento de outros. Paralelamente, serão desenvolvidos esforços no sentido de identificar novas medidas de racionalização e aprofundados os estudos com vista a avaliar a viabilidade económica de implementação de algumas medidas.
- a manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado (NP EN ISO 9001), ao desempenho ambiental (NP EN ISO 14001) e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001/ NP 4397), com o alargamento do número de infraestruturas abrangidas;

- a integração, no sistema de gestão da responsabilidade empresarial, do sistema de gestão de energia de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 50001, tendo como principais objetivos a redução de consumos e a identificação e priorização da utilização energética, tendo em vista a melhoria do desempenho energético;
- a continuação da implementação de mecanismos que visem garantir a sustentabilidade económica da empresa e o seu adequado controlo financeiro;
- a melhoria contínua dos processos de gestão do risco empresarial;
- a continuação da aplicação da matriz de indicadores de desempenho;
- a conclusão dos procedimentos de contratação, com destaque para as prestações de serviços associadas à manutenção de infraestruturas, à recolha, transporte e encaminhamento a destino final das lamas e areias produzidas, à manutenção de espaços verdes, à limpeza e higienização de Infraestruturas e ao aluguer de viatura para transporte de efluentes e lamas, limpezas industriais e desobstruções nas infraestruturas de tratamento de águas residuais;
- a continuação do trabalho já desenvolvido para a obtenção das licenças de descarga de águas residuais ainda não emitidas ou em fase de renovação, das licenças de captação de água subterrânea pendentes, e dos licenciamentos / autorizações para ocupação de áreas REN, RAN e DPH ainda pendentes, junto das entidades competentes;
- o acompanhamento do processo de fecho do relatório final da candidatura de saneamento do projeto financiado pelo Fundo de Coesão, junto das entidades competentes (POVT e IFDR);
- o acompanhamento do processo de encerramento do Projeto financiado pelo BEI-III;
- a harmonização da estrutura organizativa e designação dos subsistemas e infraestruturas do Sistema Multimunicipal, com destaque para as Ordens de Exploração SAP, sistema AQUAMAN e SIG;
- a criação de uma Intranet, com vista à disponibilização de informação de interesse relevante para os colaboradores da Empresa;
- a continuação do carregamento das telas finais dos sistemas intercetores e ETAR no SIG da AdO, com vista a disponibilizar aos utilizadores da ferramenta *WebSIG* informação cadastral mais pormenorizada sobre as infraestruturas da Empresa;
- o início do processo de levantamento cadastral das principais infraestruturas transferidas dos municípios para a Empresa;
- a continuação do programa de educação ambiental, envolvendo a participação de alunos e professores de diversos estabelecimentos de ensino e da população, condicionado às disponibilidades financeiras previstas no orçamento da Empresa.

10. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Em 2015 a Águas do Oeste emitiu a faturação referente ao diferencial entre o faturado em abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes aos anos de 2013 e 2014.

Foi enviada ao Concedente uma proposta de aplicação de nova metodologia de faturação do Serviço de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais da região Oeste, após solicitação efetuada pelos municípios.

11. Sucursais da Sociedade

A sociedade não tem qualquer sucursal.

12. Considerações Finais

A Águas do Oeste agradece a colaboração prestada pelo Concedente, através do titular da pasta do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.

A Águas do Oeste agradece, ainda, toda a colaboração prestada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em particular ao seu Conselho Diretivo.

Aos municípios acionistas, à Águas de Portugal e à Comunidade Intermunicipal do Oeste agradecemos a disponibilidade e o apoio manifestado na persecução da Missão e dos objetivos da Empresa.

Os agradecimentos são extensivos à Mesa da Assembleia-Geral, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor.

Um agradecimento especial para todos os colaboradores da Empresa que, num quadro particularmente difícil, que se tem prolongado no tempo, contribuíram para os resultados obtidos.

Consciente da importância do seu papel, a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade pelos mais elevados níveis de desempenho, procurando contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região em que se insere, contando com o envolvimento de todos os Colaboradores e o apoio de Acionistas, Clientes, Regulador, Fornecedores e Comunidade Envolvente.

13. Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2014 conduzem a um Resultado Líquido negativo de 391.502,23 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados..... 391.502,23 euros.

14. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Oeste, S.A. era, em 31 de dezembro de 2014, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

Acionista	Nº Ações (Classe A)			Capital Subscrito			% Capital Detido		
	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	510 000	2 550 000	3 060 000	2 550 000	12 750 000	15 300 000	51,00%	51,00%	51,00%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	1 000	0	1 000	5 000	0	5 000	0,10%	0,00%	0,02%
Município de Alcobaça	141 769	166 269	308 038	708 845	831 345	1 540 190	14,18%	3,33%	5,13%
Município de Alenquer	1 000	339 534	340 534	5 000	1 697 670	1 702 670	0,10%	6,79%	5,68%
Município de Arruda dos Vinhos	1 000	86 933	87 933	5 000	434 665	439 665	0,10%	1,74%	1,47%
Município de Azambuja	1 000	355 977	356 977	5 000	1 779 885	1 784 885	0,10%	7,12%	5,95%
Município do Bombarral	36 970	55 470	92 440	184 850	277 350	462 200	3,70%	1,11%	1,54%
Município do Cadaval	42 192	50 854	93 046	210 960	254 270	465 230	4,22%	1,02%	1,55%
Município das Caldas da Rainha	210 268	0	210 268	1 051 340	0	1 051 340	21,03%	0,00%	3,50%
Município da Lourinhã	4 876	236 507	241 383	24 380	1 182 535	1 206 915	0,49%	4,73%	4,02%
Município da Nazaré	1 000	92 701	93 701	5 000	463 505	468 505	0,10%	1,85%	1,56%
Município de Óbidos	44 925	55 361	100 286	224 625	276 805	501 430	4,49%	1,11%	1,67%
Município de Peniche	1 000	131 137	132 137	5 000	655 685	660 685	0,10%	2,62%	2,20%
Município de Rio Maior	1 000	156 964	157 964	5 000	784 820	789 820	0,10%	3,14%	2,63%
Município de Sobral de Monte Agraço	1 000	63 982	64 982	5 000	319 910	324 910	0,10%	1,28%	1,08%
Município de Torres Vedras	1 000	658 311	659 311	5 000	3 291 555	3 296 555	0,10%	13,17%	10,99%
	1 000 000	5 000 000	6 000 000	5 000 000	25 000 000	30 000 000	100%	100%	100%

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.060.000 de ações com o valor nominal de 5,00 euros (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Oeste, S.A..

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2014:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

15. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A.

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação do administrador com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho do mesmo, durante o exercício de 2014.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

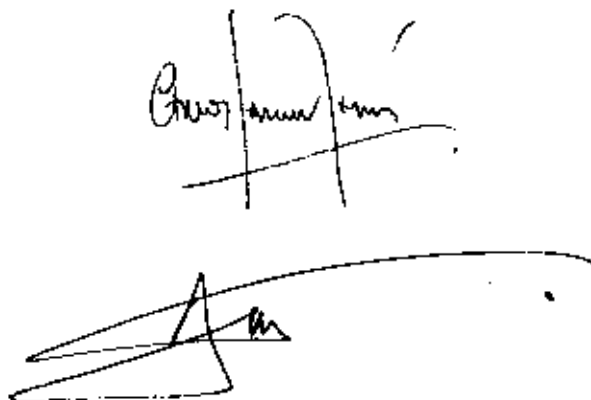
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

Parecer

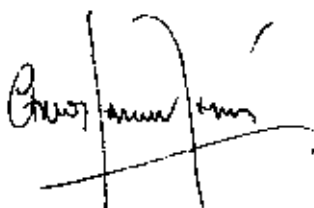
Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do administrador executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Gaeiras, 4 de março de 2014

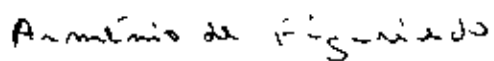
Os Administradores Não Executivos

Two handwritten signatures in black ink. The top signature is more complex and stylized, while the bottom one is simpler and more direct.

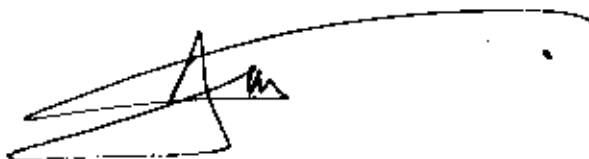
O Conselho de Administração:

Handwritten signature of Carlos Manuel Martins in black ink.

Carlos Manuel Martins, Presidente

Handwritten signature of Arménio de Figueiredo in black ink.

Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado

Handwritten signature of António José Ferreira Sousa Correia Santos in black ink, featuring a large, sweeping horizontal stroke.

António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Vogal



B - Contas do Exercício de 2014





B - Contas do Exercício de 2014

1. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2014.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstrações da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração e Anexo dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório do Auditor Externo.

Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

Ativo	Notas	31.12.2014 IFRS	31.12.2013 IFRS
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	207 716 882,84	218 368 748,34
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros	7	9 666 478,42	8 701 623,53
Impostos diferidos Ativos	8	4 000 534,97	3 934 078,93
Clientes e outros Ativos não correntes	10	944 660,45	2 394 815,47
Total dos Ativos não correntes		222 328 556,68	233 399 266,27
Ativos Correntes			
Inventários	9	19 211,37	26 249,12
Clientes	10	35 823 236,93	32 762 348,82
Estado e outros entes públicos	11	41 635,36	269 974,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	282 281,48	320 764,49
Outros Ativos correntes	12	9 556 314,59	15 773 267,23
Caixa e seus equivalentes	13	3 286 500,54	1 579 144,19
Total dos Ativos correntes		49 009 180,27	50 731 748,16
Total do Ativo		271 337 736,95	284 131 014,43
Capital Próprio dos Acionistas majoritários			
Capital Social	14	30 000 000,00	30 000 000,00
Reservas e outros ajustamentos	14	97 520,91	97 520,91
Resultados transitados	14	(12 458 047,02)	(9 443 216,06)
Resultado líquido do exercício		(391 502,23)	(3 014 830,96)
Total dos Capitais Próprios		17 247 971,66	17 639 473,89
Passivos Não Correntes			
Provisões		-	-
Empréstimos	15	118 206 013,65	120 824 062,29
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	10 079 602,47	11 140 994,45
Impostos Diferidos Passivos	8	1 938 612,79	2 260 292,59
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	17	10 407 754,18	9 742 847,69
Subsídios ao Investimento	18	87 782 515,89	92 356 235,27
Total dos Passivos não Correntes		228 414 498,98	236 324 432,29
Passivos Correntes			
Empréstimos	15	10 672 564,12	17 748 010,00
Fornecedores	19	10 063 903,33	7 584 761,95
Outros passivos correntes	20	4 616 786,35	4 478 101,60
Estado e outros entes públicos	11	322 012,51	356 234,70
Imposto sobre o rendimento do exercício	21		
Total dos Passivos Correntes		25 675 266,31	30 167 108,25
Total do Passivo		254 089 765,29	266 491 540,54
Total do Passivo e do Capital Próprio		271 337 736,95	284 131 014,43

Demonstração dos resultados

Unidade: euros

		31.12.2014	31.12.2013
	Notas	IFRS	IFRS
Vendas	22	18 990 175,36	18 120 335,82
Prestação de Serviços	22	13 979 094,69	13 224 053,92
Volume de negócios		32 969 270,05	31 344 389,74
Custo das vendas	23	(11 101 031,54)	(10 991 699,10)
Margem bruta		21 868 238,51	20 352 690,64
Fornecimentos e serviços externos	24	(8 335 944,98)	(9 111 129,41)
Gastos com o Pessoal	25	(2 791 891,45)	(3 052 004,39)
Amortizações, Depreciações e Reversões	26	(12 178 553,07)	(10 898 856,58)
Provisões, Ajustamentos e Reversões		-	-
Subsídios ao Investimento	18	4 573 719,38	3 783 486,39
Outros gastos e perdas operacionais	27	(341 759,29)	(492 454,44)
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	38 257,16	119 661,76
Resultados operacionais		2 832 066,26	701 393,97
Gastos financeiros	29	(5 612 093,24)	(5 849 535,21)
Rendimentos financeiros	30	2 128 018,73	2 062 992,28
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
Resultados financeiros		(3 484 074,51)	(3 786 542,93)
Resultados antes de impostos		(652 008,25)	(3 085 148,96)
Imposto do exercício	21	(127 629,82)	(38 679,53)
Imposto diferido	8 e 21	388 135,84	108 997,53
Resultado Líquido do Exercício		(391 502,23)	(3 014 830,96)
Rendimento Integral		(391 502,23)	(3 014 830,96)
Resultado por Ação (básico e diluído)	14	(0,07)	(0,50)
Rendimento Integral por Ação (básico e diluído)	14	(0,07)	(0,50)

Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2012	IFRS	30 000 000,00	97 520,91	(6 274 547,71)	(3 168 668,35)	20 654 304,85
Aplicação do Res. Líquido do Exercício				(3 168 668,35)	3 168 668,35	
Realização de Capital Social						
Dividendos pagos						
Resultado Líquido do Exercício					(3 014 830,96)	
Saldo a 31 de dezembro de 2013	IFRS	30 000 000,00	97 520,91	(9 443 216,06)	(3 014 830,96)	17 639 473,89
Aplicação do Res. Líquido do Exercício				(3 014 830,96)	3 014 830,96	(0,00)
Realização de Capital Social						-
Dividendos pagos						-
Resultado Líquido do Exercício					(391 502,23)	(391 502,23)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	IFRS	30 000 000,00	97 520,91	(12 458 047,02)	(391 502,23)	17 247 971,66

Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade: euro

	31.12.2014	31.12.2013
Fluxos de Caixa das Atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	34 585 843,72	38 524 829,08
Pagamentos a Fornecedores	(20 405 076,40)	(22 460 390,43)
Pagamentos ao pessoal	(1 548 724,11)	(1 658 986,79)
Pagamento de IRC	(63 489,00)	(180 942,77)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(1 185 531,49)	(1 354 080,05)
	11 383 022,72	12 870 429,04
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	3 371 167,82	-
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Recebimentos de Ativos Fixos Intangíveis	-	-
Recebimentos de Subsídios de Investimento	7 219 800,00	1 286 318,14
Recebimentos de juros e proveitos similares	355 110,00	464 924,40
Pagamentos de Investimentos Financeiros	(4 336 021,82)	(967 505,59)
Pagamentos de Direitos de Utilização	(1 157 792,00)	(2 106 095,60)
Pagamentos de Ativos Fixos Intangíveis	(136 314,49)	(46 093,39)
	5 315 949,51	(1 368 452,04)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	6 360 654,12	4 920 695,00
Recebimentos de realizações de capital	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	(16 350 915,00)	(11 636 399,80)
Pagamentos de juros e gastos similares	(5 001 355,00)	(4 947 064,02)
Pagamentos de dividendos	-	-
	(14 991 615,88)	(11 662 768,82)
Varição de Caixa e seus Equivalentes	1 707 356,35	(160 791,82)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 579 144,19	1 739 936,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 286 500,54	1 579 144,19
	1 707 356,35	(160 791,82)

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	1 200,00	1 200,00
Depósitos à ordem	3 285 300,54	1 577 944,19
Depósitos a prazo	-	-
	3 286 500,54	1 579 144,19
Descobertos Bancários	-	-
	3 286 500,54	1 579 144,19

Notas às demonstrações financeiras

1. Atividade económica da Águas do Oeste, S.A.

1.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 30.000.000 euros, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, tendo a sua sede social no Convento de São Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras. A Águas do Oeste, tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste.

1.2 Atividade

A estrutura acionista da Águas do Oeste é composta pela empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 24 de janeiro de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, pelo prazo de 30 anos. Contudo, no aditamento ao Contrato de Concessão entre o Estado Português a Águas do Oeste, S.A., celebrado em 19 de dezembro de 2003, foi estabelecida a prorrogação do prazo de concessão até ao final do ano de 2035.

1.3 Acionistas

São acionistas da Águas do Oeste, S.A., a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital Social), a Comunidade Intermunicipal do Oeste (0,02%), o município de Alcobaça (5,13%), município de Alenquer (5,68%), município de Arruda dos Vinhos (1,47%), município de Azambuja (5,95%), município de Bombarral (1,54%), município de Cadaval (1,55%), município de Caldas da Rainha (3,50%), município de Lourinhã (4,02%), município de Nazaré (1,56%), município de Óbidos (1,67%), município de Peniche (2,20%), município de Rio Maior (2,63%), município de Sobral de Monte Agraço (1,08%), e o município de Torres Vedras A (10,99%).

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de março de 2015.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014.

- Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro):

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. Um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente: **(a)** poder sobre a investida; **(b)** exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e **(c)** a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores.

A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28. A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais. O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem: **(a)** a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e **(b)** os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar: **(a)** os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e **(b)** informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade. Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

- Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril):

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

- Emenda IAS 39 Instrumentos financeiros derivados:

A emenda cobre as novações: que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes; que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação. Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção. A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários. Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

- Emenda à IAS 32 – Instrumentos financeiros derivados (divulgações):
A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros. O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.
- Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro):
A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro):
As principais alterações envolvem: **(i)** a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; **(ii)** introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o *goodwill*) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; **(iii)** introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; **(iv)** remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo *goodwill*) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro):
O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.
- Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011):
Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
- Alterações à IAS 28 Investimentos em associadas e *joint ventures*:
Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures*: à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015.

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)
Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: **a)** saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e **b)** coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.
- IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados:
Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor:

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Novas normas, interpretações e alterações, ainda não endossadas pela União Europeia, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014);
- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de setembro de 2014);
- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da excepção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014);
- IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em 6 de maio de 2014);
- IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de agosto 2014);
- IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de janeiro de 2014);
- IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014);
- IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014);
- IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de junho de 2014);
- IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014).

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014):

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

IAS 19 – Benefícios de Empregados

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Oeste de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2014 a Águas do Oeste não dispunha de transações em moedas diferentes do euro.

2.3 Atividade regulada

2.3.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A., enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - Decreto-Lei 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 151/2002, de 23 de maio, e Decreto-Lei 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Oeste com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar gastos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Oeste é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de gastos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um gasto anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu gasto (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Oeste, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada - IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Oeste presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Concessões, prazos e indexantes

Água e Saneamento/ Resíduos	Concessão/ Parceria	Remuneração acionista			
		Prazo	Período	Taxa	Incidência
Água e Saneamento	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Oeste assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Oeste como concessionária de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económica e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (OPT 2015)	Número de anos da concessão (OPT 2015)	Taxa média de amortização do ano de 2014
298 665 598,00	35	317 460 085,91	35	4,78%

2.4.4 Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Oeste na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Oeste, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.5 Ativos intangíveis

2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.2.

2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de gasto líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de dez anos.

2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Oeste são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Oeste classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** empréstimos e contas a receber; **(ii)** investimentos detidos até à maturidade; **(iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **(iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo gasto amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Oeste não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de seis meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Oeste tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao gasto amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.6.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao gasto de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem empréstimos obtidos e fornecedores e outras contas a pagar:

2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.6.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao gasto amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Oeste possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao gasto amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Oeste, no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao gasto amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do gasto de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o gasto médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objetivos que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de três meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Oeste são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo aos contratos de concessão que são reportados anualmente no orçamento ao regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Oeste. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda

por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Oeste cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Oeste divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um efluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de efluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a Águas do Oeste, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 - Rédito, as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.15.2 Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

2.16 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Oeste estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivativos, outros instrumentos não estruturados e o

investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Oeste está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto, apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos diminuiu (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas do Oeste e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Oeste continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Oeste ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Unidade: euros

Ativos financeiros bancários	31.12.2014
Depósitos à ordem	3 285 300,54
Fundo de reconstrução do capital	9 666 478,42
	12 951 778,96

Em depósitos à ordem, está cativo o montante de 617.961,70 euros a favor de terceiros, que resulta de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, de que são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

Unidade: euros

Rating	31.12.2014
Ba1 (Moody's)	9 691 448,93
Baa3 (Moody's)	4 690,21
B2 (Moody's)	3 255 639,82
	12 951 778,96

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2015

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Oeste pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Oeste efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta

prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Águas do Oeste atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Oeste procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Oeste por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	2 668 110,00	17 651 020,00	101 198 460,00
Fornecedores e outros passivos	10 063 903,33	2 285 702,59	7 793 899,88

A Empresa, não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Oeste, entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Oeste, advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Oeste, ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Oeste, ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da Águas do Oeste.

Unidade: euros

		31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	Real	4 336 638,00	4 328 619,40
Juros suportados	tx média +1%	4 513 909,34	4 687 044,55
Juros suportados	tx média -1%	4 159 351,46	3 980 024,99

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Oeste em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital.

O intuito da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Oeste, é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do gasto médio de capital.

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos não correntes	118 206 013,65	120 824 062,29
Empréstimos correntes	10 672 564,12	17 748 010,00
Disponibilidades	(3 286 500,54)	(1 579 144,19)
Dívida	125 592 077,23	136 992 928,10
Subsídios ao Investimento	87 782 515,89	92 356 235,27
Total do capital próprio	17 247 971,66	17 639 473,89
Capital	230 622 564,78	246 988 637,26
Dívida/ Total do capital	0,54	0,55

O modelo de financiamento da Empresa assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

No último ano verificou-se uma diminuição das utilizações das linhas de financiamento de curto prazo contratadas.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos setores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacte nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Oeste, analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Oeste, é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Oeste, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o gasto de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Oeste. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Oeste, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Oeste não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Oeste.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2014
Ativos intangíveis	-	-	-	207 716 882,84	207 716 882,84
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	9 666 478,42	-	9 666 478,42	-	9 666 478,42
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 000 534,97	4 000 534,97
Clientes e outros ativos não correntes	944 660,45	-	944 660,45	-	944 660,45
Inventários	-	-	-	19 211,37	19 211,37
Clientes	35 823 236,93	-	35 823 236,93	-	35 823 236,93
Estado e outros entes públicos	41 635,36	-	41 635,36	-	41 635,36
Imposto sobre o rendimento do exercício	282 281,48	-	282 281,48	-	282 281,48
Fundo de Coesão a receber	4 961 904,49	-	4 961 904,49	-	4 961 904,49
Outros ativos correntes	4 594 410,10	-	4 594 410,10	-	4 594 410,10
Caixa e seus equivalentes	3 286 500,54	-	3 286 500,54	-	3 286 500,54
Total do ativo	59 601 107,77	-	59 601 107,77	211 736 629,18	271 337 736,95
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	118 206 013,65	118 206 013,65	-	118 206 013,65
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	10 079 602,47	10 079 602,47	-	10 079 602,47
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	1 938 612,79	1 938 612,79
Amortizações de Investimento Futuro	-	-	-	10 407 754,18	10 407 754,18
Subsídios ao investimento	-	-	-	87 782 515,89	87 782 515,89
Empréstimos correntes	-	10 672 564,12	10 672 564,12	-	10 672 564,12
Fornecedores	-	10 063 903,33	10 063 903,33	-	10 063 903,33
Outros passivos correntes	-	-	-	4 616 786,35	4 616 786,35
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	322 012,51	322 012,51	-	322 012,51
Total do passivo	-	149 344 096,08	149 344 096,08	104 745 669,21	254 089 765,29

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2013
Ativos intangíveis	-	-	-	218 368 748,34	218 368 748,34
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	8 701 623,53	-	8 701 623,53	-	8 701 623,53
Impostos diferidos ativos	-	-	-	3 934 078,93	3 934 078,93
Clientes e outros ativos não correntes	2 394 815,47	-	2 394 815,47	-	2 394 815,47
Inventários	-	-	-	26 249,12	26 249,12
Clientes	32 762 348,82	-	32 762 348,82	-	32 762 348,82
Estado e outros entes públicos	269 974,31	-	269 974,31	-	269 974,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	320 764,49	-	-	320 764,49	320 764,49
Fundo de Coesão a receber	12 181 704,41	-	12 181 704,41	-	12 181 704,41
Outros ativos correntes	3 591 562,82	-	3 591 562,82	-	3 591 562,82
Caixa e seus equivalentes	1 579 144,19	-	1 579 144,19	-	1 579 144,19
Total do ativo	61 801 938,04	-	61 481 173,55	222 649 840,88	284 131 014,43
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	120 824 062,29	120 824 062,29	-	120 824 062,29
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	11 140 994,45	11 140 994,45	-	11 140 994,45
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	2 260 292,59	2 260 292,59
Amortizações de Investimento Futuro	-	-	-	9 742 847,69	9 742 847,69
Subsídios ao investimento	-	-	-	92 356 235,27	92 356 235,27
Empréstimos correntes	-	17 748 010,00	17 748 010,00	-	17 748 010,00
Fornecedores	-	7 584 761,95	7 584 761,95	-	7 584 761,95
Outros passivos correntes	-	-	-	4 478 101,60	4 478 101,60
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	356 234,70	356 234,70	-	356 234,70
Total do passivo	-	157 654 063,39	157 654 063,39	108 837 477,15	266 491 540,54

6. Ativos intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Despesas de Desenvolvimento	243 844,24	256 702,49
Propriedade industrial e outros direitos	29 149,32	30 610,65
Outros Ativos Intangíveis	3 802 417,31	4 005 171,61
Direitos de Utilização de Infraestruturas	199 345 415,82	206 306 786,04
Ativos intangíveis em curso	4 296 056,15	7 769 477,55
	207 716 882,84	218 368 748,34

6.1 Movimentos do período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2013	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2014
Despesas de Desenvolvimento	328 540,00					328 540,00
Propriedade industrial e outros direitos	39 250,09					39 250,09
Outros Ativos Intangíveis	4 869 553,01					4 869 553,01
Direitos de Utilização de Infraestruturas	267 119 906,23	120 082,91			4 215 119,57	271 455 108,71
Ativos intangíveis em curso	7 769 477,55	741 698,17			(4 215 119,57)	4 296 056,15
	280 126 726,88	861 781,08	-	-	-	280 988 507,96
Amortizações Acumuladas	31.12.2013	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2014
Despesas de Desenvolvimento	(71 837,51)	(12 858,25)				(84 695,76)
Propriedade industrial e outros direitos	(8 639,44)	(1 461,33)				(10 100,77)
Outros Ativos Intangíveis	(864 381,40)	(202 754,30)				(1 067 135,70)
Direitos de Utilização de Infraestruturas	(60 813 120,19)	(10 315 701,66)			(980 871,04)	(72 109 692,89)
	(61 757 978,54)	(10 532 775,54)	-	-	(980 871,04)	(73 271 625,12)
Valor líquido	218 368 748,34				(1 961 742,08)	207 716 882,84

O montante de 980.871,04 euros, registado em transferências para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeita ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2014, e que havia sido reconhecido em anos anteriores como acréscimo de gastos de investimento contratual.

No que respeita aos intangíveis em curso, salientam-se os de maior valor:

- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço II Fase, no valor de 1.831.818,68 euros;
- Empreitada das Pavimentações IV Fase, no valor de 92.378,41 euros;
- Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Margem Norte, no valor de 42.032,86 euros;
- Empreitada de Reabilitação da Captação RA2, no valor de 36.070,70 euros;
- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR de Santiago dos Velhos, no valor de 35.249,91 euros;
- Empreitada de Elevação de tampas de caixas de visita - Sistemas de Abastecimento, no valor de 32.445,30 euros;
- Empreitada Ramal de Média Tensão Arrifana, no valor de 30.321,75 euros.

6.2 DUI - movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo inicial)	206 306 786,04	212 516 515,31
Adições	120 082,91	108 355,16
Transferências e Abates	3 234 248,53	2 801 442,73
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	(10 315 701,66)	(9 119 527,16)
Reversões de Amortizações		
Perdas por Imparidade	-	-
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo final)	199 345 415,82	206 306 786,04

7. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de Reconstituição do Capital Social	9 666 478,42	8 701 623,53
	9 666 478,42	8 701 623,53

De acordo com a cláusula 18ª do Contrato de Concessão, a Águas do Oeste está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a empresa poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2014, 964.854,89 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 30.000.000,00 euros.

8. Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos

Unidade: euros

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	23%		21%	21%	21%
Taxa de Derrama	0,00%		0,40%	0,40%	0,40%
Ativos por Impostos Diferidos					-
Outros					-
Amortizações não aceites/ investimento contratual não realizado	13 469 991,03		1 645 777,38	(137 915,95)	14 977 852,46
Diferença Amortização/ subsídios – investimentos realizados	2 577 174,15		634 526,00	(504 919,97)	2 706 780,18
Custo amortizado					-
Desvio tarifário					-
Ajustamentos Transição - Subsídios	1 057 525,35			(48 069,33)	1 009 456,02
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	17 104 690,53	-	2 280 303,38	(690 905,25)	18 694 088,66
IRC	3 934 078,82	(273 675,05)	478 863,71	(145 090,10)	3 994 177,38
Derrama	-	-	9 121,21	(2 763,62)	6 357,59
Imposto diferido ativo reconhecido	3 934 078,82	-273 675,05	487 984,92	(147 853,72)	4 000 534,97

A Águas do Oeste procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Unidade: euros

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	23%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	0,00%		0,40%	0,40%	0,40%
Passivos por impostos diferidos					-
Outros					-
Ajustamentos Transição-Amortizações/ subsídios-investimento contratual não realizado	6 477 905,44		14 932,98	(236 537,51)	6 256 300,91
Diferença Amortização fiscal/contabilística/ subsídio investimento contratual realizado	3 349 453,62		139 742,79	(686 559,03)	2 802 637,38
Desvio tarifário					-
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	9 827 359,06	0,00	154 675,77	(923 096,54)	9 058 938,29
IRC	2 260 292,58	-157 237,75	32 481,91	-193 850,27	1 941 686,47
Derrama			618,70	-3 692,39	-3 073,68
Imposto diferido passivo reconhecido	2 260 292,58	-157 237,75	33 100,61	(197 542,66)	1 938 612,79

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91. A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Águas do Oeste o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Águas do Oeste aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos cinco exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os cinco exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro

tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2035), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Assim, o valor apresentado pela Águas do Oeste respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Unidade: euros

Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)	31.12.2014
2014	
2015	1 467 745,00
2016	
2017	1 363 773,00
2018	1 353 586,00
2019	
2020	
	4 185 104,00

9. Inventários

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Mercadorias		
Matérias-primas	19 211,37	26 249,12
Produtos acabados		
	19 211,37	26 249,12

10. Clientes

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (dois anos) as empresas do Grupo têm vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

Em 2014 a Águas do Oeste recebeu da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o montante de 618.448,00 euros, ao abrigo das deduções às transferências por dívidas do município da Nazaré.

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios - não corrente	944 660,45	2 394 815,47
Clientes municípios - corrente	31 038 838,88	28 114 007,01
Clientes outros	166 956,22	132 687,38
Devedores p/ Acréscimos de rendimentos	4 617 441,83	4 515 654,43
	36 767 897,38	35 157 164,29

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 2.100.700,45 euros, correspondente a valores associados à faturação, em 2014, do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2012.

No final de janeiro de 2014, dado o risco de prescrição da dívida, a empresa procedeu à abertura de processo de injunção aos municípios que não haviam pago o diferencial entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2011.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, no valor de 1.916.035,90 euros e de 2.071.531,00 euros, referentes ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2013 e 2014, respetivamente, de acordo com o Decreto-Lei 195/2009 de 20 de agosto, assim como 629.874,93 euros referente a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

10.1 Clientes - municípios

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios	12 965 754,24	13 042 318,35
Clientes municípios TRH	191 198,57	181 981,09
Clientes municípios Acordos - não corrente	944 660,45	2 394 815,47
Clientes municípios Acordos- corrente	2 201 742,04	1 680 325,12
Clientes municípios injunções	15 125 604,66	12 739 435,46
Clientes municípios juros de mora	554 539,37	469 946,99
	31 983 499,33	30 508 822,48

10.2 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios não correntes	944 660,45	2 394 815,47
Clientes municípios correntes	31 038 838,88	28 114 007,01
	31 983 499,33	30 508 822,48

Estão classificados como dívidas de municípios não correntes, os montantes respeitantes aos acordos de pagamento celebrados com os municípios de Cadaval, Bombarral, Lourinhã e com os Serviços Municipalizados de Alcobça e de Nazaré, cujo pagamento se estende para além de 2015.

Em 22 de dezembro de 2014 foi celebrado com o município de Rio Maior um novo acordo, no montante de 797.680,11 euros, com um prazo de pagamento de quatro meses, ocorrendo o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2015.

10.3 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n - 2	Vencido até n - 1	Vencido até n	Total Vencido	Não vencido	Total
Alcobaça	-	2 326 913,42	1 635 366,83	3 962 280,25	2 903 770,15	6 866 050,40
Alenquer	3 739 868,90	-	1 833 137,89	5 573 006,79	579 473,50	6 152 480,29
Arruda dos Vinhos	-	-	229 713,30	229 713,30	297 196,65	526 909,95
Azambuja	54 532,38	26 017,17	-	80 549,55	-	80 549,55
Azambuja (AdA)	801 972,52	(69 750,61)	1 428 282,23	2 160 504,14	325 664,10	2 486 168,24
Bombarral	11 833,11	(11 833,11)	405 684,49	405 684,49	1 020 849,58	1 426 534,07
Cadaval	-	-	36 414,46	36 414,46	431 598,72	468 013,18
Caldas da Rainha	513 571,18	(54 484,00)	68 396,50	527 483,68	184 222,27	711 705,95
Lourinhã	387 082,36	(62 243,43)	293 418,42	618 257,35	794 130,76	1 412 388,11
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	245 997,17	245 997,17
Óbidos	347 080,74	(24 749,51)	394 494,19	716 825,42	449 271,57	1 166 096,99
Nazaré	3 115 869,43	1 135 902,91	346 213,34	4 597 985,68	328 853,18	4 926 838,86
Peniche	-	-	-	-	177 678,83	177 678,83
Rio Maior	378 493,35	(41 814,99)	156 418,53	493 096,89	1 230 657,53	1 723 754,42
Sobral de Monte Agraço	38 159,07	454 943,90	916 722,20	1 409 825,17	181 631,93	1 591 457,10
Torres Vedras	454 806,26	(156 906,59)	333 298,98	631 198,65	1 389 677,57	2 020 876,22
	9 843 269,30	3 521 995,16	8 077 561,36	21 442 825,82	10 540 673,51	31 983 499,33

11. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
IVA a receber	0,32	232 270,77
Outros	41 635,04	37 703,54
EOEP activos	41 635,36	269 974,31
IVA a pagar	(44 951,30)	(71 118,52)
Retenções - IRS	(51 367,94)	(64 739,55)
Retenções - Segurança Social	-	-
TRH	(224 298,83)	(219 132,70)
Outros	(1 394,44)	(1 243,93)
EOEP passivos	(322 012,51)	(356 234,70)
	(280 377,15)	(86 260,39)

12. Outros ativos correntes

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de Coesão a receber	4 961 904,49	12 181 704,41
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	6 130,75	21 297,97
Outros devedores	440 565,24	494 640,89
Devedores por acréscimos de Rendimentos	3 949 138,56	2 876 366,28
Diferimento de encargos	198 575,55	199 257,68
	9 556 314,59	15 773 267,23

No que respeita ao valor a receber junto do Fundo de Coesão, este resulta de investimento realizado totalmente concluído da candidatura FC2004/006 (saneamento) e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2015.

13. Caixa e bancos

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	1 200,00	1 200,00
Depósitos à Ordem	3 285 300,54	1 577 944,19
Depósitos a Prazo	-	-
	3 286 500,54	1 579 144,19

14. Capital

Unidade: euros

		Capital Subscrito 31.12.2014	Capital Realizado 31.12.2014	Capital Subscrito 31.12.2013	Capital Realizado 31.12.2013
Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	15 300 000,00	15 300 000,00	15 300 000,00	15 300 000,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Município de Alcobaça	5,13%	1 540 190,00	1 540 190,00	1 540 190,00	1 540 190,00
Município de Alenquer	5,68%	1 702 670,00	1 702 670,00	1 702 670,00	1 702 670,00
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	439 665,00	439 665,00	439 665,00	439 665,00
Município de Azambuja	5,95%	1 784 885,00	1 784 885,00	1 784 885,00	1 784 885,00
Município de Bombarral	1,54%	462 200,00	462 200,00	462 200,00	462 200,00
Município de Cadaval	1,55%	465 230,00	465 230,00	465 230,00	465 230,00
Município de Caldas da Rainha	3,50%	1 051 340,00	1 051 340,00	1 051 340,00	1 051 340,00
Município de Lourinhã	4,02%	1 206 915,00	1 206 915,00	1 206 915,00	1 206 915,00
Município de Nazaré	1,56%	468 505,00	468 505,00	468 505,00	468 505,00
Município de Óbidos	1,67%	501 430,00	501 430,00	501 430,00	501 430,00
Município de Peniche	2,20%	660 685,00	660 685,00	660 685,00	660 685,00
Município de Rio Maior	2,63%	789 820,00	789 820,00	789 820,00	789 820,00
Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%	324 910,00	324 910,00	324 910,00	324 910,00
Município de Torres Vedras	10,99%	3 296 555,00	3 296 555,00	3 296 555,00	3 296 555,00
	100,00%	30 000 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00

14.1 Resultado por ação

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado líquido	(391 502,23)	(3 014 830,96)
Número médio de ações (5,00 eur/ cada)	6 000 000,00	6 000 000,00
	(0,07)	(0,50)

14.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2013	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2014
Reservas e outros ajustamentos	97 520,91	-			97 520,91
Resultados transitados	(9 443 216,06)	(3 014 830,96)			(12 458 047,02)
Resultado líquido do exercício	(3 014 830,96)	3 014 830,96		(391 502,23)	(391 502,23)
	(12 360 526,11)	-	-	(391 502,23)	(12 752 028,34)

15. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos Bancários BEI	1 18 206 013,65	120 824 062,29
Empréstimos Bancários - banca comercial	-	-
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-
Não correntes	1 18 206 013,65	120 824 062,29
Empréstimos Bancários BEI	2 668 110,00	1 960 310,00
Empréstimos Bancários - banca comercial		7 787 700,00
Descobertos Bancários	4 454,12	-
Empréstimos - Empresa-mãe	8 000 000,00	8 000 000,00
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Correntes	10 672 564,12	17 748 010,00
Total de empréstimos	128 878 577,77	138 572 072,29

15.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	10 672 564,12	17 748 010,00
De 1 a 2 anos	3 227 450,00	2 668 110,00
De 2 a 3 anos	3 941 640,00	3 227 450,00
De 3 a 4 anos	5 131 530,00	3 941 640,00
De 4 a 5 anos	5 350 400,00	5 131 530,00
Superior a 5 anos	100 554 993,65	105 855 332,29
	128 878 577,77	138 572 072,29

15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

Taxa de Juro variável	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	8 004 454,12	16 256 560,00
De 1 a 2 anos	-	524 400,00
De 2 a 3 anos	-	656 300,00
Superior a 3 anos	-	19 569 527,90
	8 004 454,12	37 006 787,90
Taxa de Juro fixa	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	2 668 110,00	1 491 450,00
De 1 a 2 anos	3 227 450,00	2 143 710,00
De 2 a 3 anos	3 941 640,00	2 571 150,00
Superior a 3 anos	111 036 923,65	95 358 974,39
	120 874 123,65	101 565 284,39
	128 878 577,77	138 572 072,29

15.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Expira num ano	18 995 545,88	11 212 300,00
Expira para lá de 1 ano	-	-

A 31 de dezembro de 2014, as linhas de crédito contratadas e não utilizadas, encontram-se aprovadas junto do Novo Banco e do BPI.

15.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2014	Valor contabilístico 31.12.2013	Justo valor 31.12.2014	Justo valor 31.12.2013
Empréstimos Bancários BEI	118 849 480,00	121 517 590,00	82 855 879,35	65 618 608,40
Não correntes	118 849 480,00	121 517 590,00	82 855 879,35	65 618 608,40

As taxas de juro utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Ano de 2013: 6,32%

- Ano de 2014: 3,84%

16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores de investimento	9 078 578,46	10 084 357,99
Dívida ao Município de Torres Vedras Infraestruturas arrendadas	1 001 024,01	1 056 636,46
Outras contas a pagar		
Outros fornecedores		
	10 079 602,47	11 140 994,45

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço, pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 9.019.705,75 euros, bem como 58.872,71 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos de custos de investimento contratual	10 407 754,18	9 742 847,69
	10 407 754,18	9 742 847,69

O movimento ocorrido no ano foi o seguinte:

Unidade: euros

Acréscimos de custos de investimento contratual	
Saldo a 31 de dezembro de 2013	9 742 847,69
Aumento	1 645 777,53
Transferências	(980 871,04)
Saldo a 31 de dezembro de 2014	10 407 754,18

O montante de 980.871,04 euros, corresponde ao valor transferido para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeitante ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2014.

18. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de Coesão	87 782 515,89	92 356 235,27
Integração de Património	-	-
Outros Subsídios	-	-
	87 782 515,89	92 356 235,27

O valor registado diz respeito a proveitos diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

18.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2013	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2014
Fundo de Coesão	92 356 235,28	(4 573 719,38)			87 782 515,90
Integração de Património	-				-
Outros Subsídios	-				-
	92 356 235,28	(4 573 719,38)	-	-	87 782 515,90

19. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores de investimentos	1 553 211,73	1 108 715,86
Fornecedores gerais	984 163,02	816 232,75
Fornecedores empresas do Grupo	6 791 134,03	4 898 009,14
Fornecedores faturas em receção e conferência	735 394,55	761 804,20
	10 063 903,33	7 584 761,95

20. Outros Passivos correntes

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos com férias e subsídio de férias	336 322,83	331 629,11
Empresas do Grupo	3 450 844,55	3 206 456,02
Outros acréscimos e diferimentos	816 858,45	938 201,68
Outros credores	12 760,52	1 814,79
	4 616 786,35	4 478 101,60

21. Imposto sobre o rendimento

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Estimativa de imposto a receber	410 259,29	344 631,35
Estimativa de imposto a pagar	(127 977,81)	(23 866,86)
	282 281,48	320 764,49

21.1 Imposto do exercício

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto corrente	127 977,81	23 866,86
Insuficiência de Estimativa de Impostos		14 812,67
Excesso de Estimativa para impostos	(347,99)	
Imposto diferido	(388 135,84)	(108 997,53)
	(260 506,02)	(70 318,00)

21.2 Reconciliação entre base contabilística e base fiscal

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	(652 008,25)	(3 085 148,96)
Variações patrimoniais positivas	915 791,21	915 791,21
Variações patrimoniais negativas	(552 989,80)	(552 989,80)
Diferenças permanentes	22 661,59	104 866,46
Diferenças temporárias	1 995 017,04	1 224 389,41
Matéria coletável (Lucro Tributável)	1 728 471,79	(1 393 091,68)

21.3 Detalhe do apuramento de Imposto do Exercício

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	(652 008,25)	(3 085 148,96)
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	23,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	3,00%	2,50%
Imposto sobre o rendimento	-	-
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Total	-	-
Lucro Tributável	1 728 471,79	(1 393 091,68)
Imposto sobre o rendimento	119 264,54	-
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	6 854,15	-
Total	126 118,69	-
Tributações autónomas	1 859,11	23 518,86
Insuficiência de Estimativa de Impostos		14 812,67
Excesso de Estimativa de Impostos	(347,99)	
Imposto total	127 629,80	38 331,53
Taxa média	n.a.	n.a.

21.4 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	(652 008,25)	(3 085 148,96)
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	23,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	0,00%	0,00%
Imposto sobre o rendimento	(149 961,90)	(771 287,24)

Encargos não dedutíveis	7 417,38	18 613,29
Rendimentos não tributáveis	(524,98)	(1 298,63)
Variação impostos diferidos (inclui efeito dif.Taxa)	(404 085,71)	332 483,24
Prejuízos fiscais	278 283,93	312 491,80
Tributação autónoma	1 859,11	23 866,86
Derrama Estadual	6 854,15	
Insuficiência de estimativa	(347,99)	14 812,67
Imposto total	(260 506,02)	(70 318,00)
Taxa efetiva	39,95%	2,28%

21.5 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais tenha sido reconhecido algum imposto diferido.

21.6 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas do Oeste está vinculada.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo a empresa aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A empresa é de opinião que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, não se justifica que a Concessionária tenha de pagar impostos nos próximos cinco exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os cinco exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas do Oeste.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas do Oeste, nos seus registos contabilísticos dos exercícios de 2010 e 2011, bem como nos Modelo 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde no seu art.º 255, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei nº 159/2009, ou seja cinco anos.

A empresa, irá efetuar os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22, já entregues, não havendo lugar a pagamento de mais imposto, em virtude de existirem prejuízos fiscais de anos anteriores.

22. Vendas e prestação de serviços

22.1 Vendas

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Vendas de água	18 978 126,08	19 100 186,45
Outras vendas		
Correção de exercícios anteriores	12 049,28	(979 850,63)
	18 990 175,36	18 120 335,82

A venda de água, em 2014 foi inferior à do ano anterior, tendo sido fornecidos menos 762 mil metros cúbicos, nos designados "municípios utilizadores em exclusivo".

Relativamente a 2014, a Águas do Oeste procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os valores mínimos garantidos considerados nos contratos de fornecimento e os valores consumidos e faturados. Dado que, em 2014, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos "municípios clientes" e dos "utilizadores em exclusivo" em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador; ou seja, no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, como é o caso do município de Óbidos e Rio Maior; ou no caso em que o "município cliente" não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobaça. Neste sentido, foi reconhecido o valor de 2.071.531,00 euros, tendo por base a tarifa do Contrato de Concessão atualizada anualmente à taxa de inflação.

22.2 Prestação de serviços

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Prestação de serviços a municípios	13 739 776,91	12 998 218,63
Prestação de serviços a particulares	239 317,78	229 178,70
Correção de exercícios anteriores	-	(3 343,41)
	13 979 094,69	13 224 053,92

A atividade de saneamento, durante o ano de 2014, foi superior à do ano anterior em 1.085.566 metros cúbicos. O aumento do volume de efluente recolhido e tratado, está associado a maiores afluências ao Sistema Multimunicipal, decorrente de mais habitantes ligados, mas, também, de uma maior pluviosidade ocorrida, face a 2013, e ao fato de se ter dado início à faturação com base na medição de caudal real, em mais municípios.

23. Gasto das vendas

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
CMVMC - Mercadorias	10 952 638,01	10 855 109,40
CMVMC - Matérias primas	29 215,58	25 020,19
CMVMC - Matérias subsidiárias	117 611,01	111 149,51

CMVMC - Diversos	1 566,94	420,00
TPPE - Ativos em curso		
	11 101 031,54	10 991 699,10
Varição da produção	-	-
	11 101 031,54	10 991 699,10

Em relação ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, a variação negativa face ao ano anterior é explicada pelo facto de a EPAL ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a EPAL e os volumes efetivamente fornecidos em 2014. Apesar de ter ocorrido uma diminuição dos volumes fornecidos pela EPAL, face a 2013, de 653.732 metros cúbicos, verificou-se um acréscimo do volume mínimo não fornecido que foi faturado, para além do correspondente aumento da tarifa.

A Empresa, à semelhança do procedimento seguido nos anos anteriores, reconheceu os valores de 2014 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à EPAL, bem como o "valor suplementar" a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo, no total, o valor de 2.089.984,51 euros.

24. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2014	31.12.2013
Subcontratos	111 719,17	39 449,46
Trabalhos especializados	1 766 839,30	1 966 826,00
Publicidade e Propaganda	4 080,52	3 425,42
Vigilância e Segurança	27 738,77	24 896,43
Honorários	11 140,54	6 722,57
Conservação e Reparação	1 667 015,97	1 794 195,13
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	43 211,96	34 509,56
Livros e Documentação Técnica	464,13	2 040,48
Material de Escritório	24 338,85	14 916,39
Artigos para Oferta	501,55	699,48
Energia	3 470 471,24	3 755 241,42
Combustíveis	173 741,94	186 339,48
Água	131 119,92	127 147,30
Outros Fluídos	6 574,75	5 149,82
Deslocações e Estadas	25 832,84	23 610,70
Rendas e Alugueres	298 105,28	296 262,58
Comunicação	106 892,13	128 817,81
Seguros	335 470,49	342 099,00
Contencioso e Notariado	17 711,22	24 018,88
Despesas de Representação	455,21	2 535,27
Limpeza Higiene e Conforto	58 222,19	92 468,79
Reprodução Documentos	1 230,91	2 438,62
Material Laboratório	34 159,73	37 585,75
Material de Fotografia	-	-
Jornais e Revistas	413,71	536,55
Jardinagem	17 861,13	69 966,41
Outros FSE's	216 476,45	186 247,47

Unidade: euros

Correções relativas a exercícios anteriores	(112 933,05)	(6 904,28)
	8 438 856,85	9 161 242,49
FSE's capitalizados	(102 911,87)	(50 113,08)
	8 335 944,98	9 111 129,41

Nos fornecimentos e serviços externos, salientam-se os que, face ao ano anterior, apresentam uma maior variação:

- Subcontratos

A variação negativa deve-se ao facto do aumento da atividade determinar a existência de necessidades na área da operação de saneamento, recorrendo-se à subcontratação de trabalho temporário tendo em conta a restrição na contratação de novos colaboradores.

- Trabalhos Especializados

Nestas rubricas, a variação positiva, face a 2013, é justificada essencialmente por menores gastos, de cerca de 226 mil euros, com tratamento de resíduos e tratamento de efluentes na atividade de Saneamento.

No que se refere à rubrica Tratamento de Resíduos, embora se tenha constatado um aumento da produção de lamas e areias em cerca de 6% e 14%, respetivamente, face ao ano de 2013, tal não contribuiu para um aumento de gastos. Efetivamente, entre 2013 e 2014, veio a constatar-se uma diminuição de gastos na ordem dos 21,4%, que resultou não só do início da nova prestação de serviços com custos unitários de escoamento de resíduos inferiores ao anterior contrato, como também à gestão do contrato propriamente dita, no que concerne ao trabalho de análise das possibilidades de escoamento de lamas ao mais baixo custo.

No que se refere à atividade Tratamento de Efluentes, embora se tenha constatado um aumento da atividade, face a 2013, constata-se uma diminuição, em cerca de 5%, dos custos associados. Esta diminuição resulta do trabalho de articulação conjunta entre o Departamento de Águas Residuais e o prestador de serviços, realizado de forma continuada, na perspetiva de otimização contínua, quer na duração dos trabalhos realizados, quer no ajuste de procedimentos inerentes à realização desta tipologia de trabalhos.

Contrariamente, verificou-se um aumento dos gastos com análises (monitorização e análises), de aproximadamente 6 mil euros. A variação negativa resulta, fundamentalmente, de, na atividade de saneamento, se ter aumentado a frequência de análise da água residual bruta afluyente ao sistema "em alta", e do aumento da caracterização analítica efetuada às descargas de águas residuais com características não urbanas provenientes das redes municipais. Também se verificou um aumento, de cerca de 8 mil euros, na rubrica de estudos e consultoria, devido à realização de trabalhos de inspeção a infraestruturas de abastecimento de água.

Face ao ano anterior, os encargos com *fee's* de gestão foram superiores, em virtude de um maior volume de negócios face a 2013.

- Conservação e Reparação

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

A diminuição no valor, relativamente ao ano anterior, está relacionada com menos ocorrências extraordinárias, menores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas estações elevatórias e ETAR da empresa, assim como a uma maior racionalização e contenção na aquisição de materiais.

- Material de Escritório

A variação negativa deve-se maioritariamente ao facto de, em 2014, ter sido registado como gastos as licenças de renovação de *software*.

- Energia

No caso do abastecimento, verificou-se uma redução dos custos de energia devido, quer a um menor volume de água fornecido comparativamente ao ano anterior, quer à otimização da gestão do consumo da energia, em função dos diferentes períodos tarifários, quer ao ganho de eficiência no consumo de energia, obtido na sequência das intervenções de beneficiação realizadas em algumas instalações do abastecimento.

No saneamento, embora em 2014 se tenha constatado o aumento do volume de água residual tratada em cerca de 11%, tal não conduziu a um inerente aumento dos custos de energia. Efetivamente, constatou-se uma diminuição deste valor em cerca de 5%, tendo a atividade de tratamento contribuído para uma diminuição dos custos de energia em cerca de 9%. Já a atividade de transporte, aumentou ligeiramente os seus custos em cerca de 1,5%, o que ainda assim conduziu a um ganho pois o volume de água residual transportada aumentou face a 2013 em 11%.

- Combustíveis

Na rubrica de combustíveis, observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto de terem ocorrido menos situações de falha de energia e de furtos, do que no anterior; quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

À semelhança do já realizado em 2013, a Empresa continuou a procurar a otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida.

- Limpeza, Higiene e Conforto

A variação positiva desta rubrica é explicada, na sua maioria, pelo facto da prestação de serviços de limpeza de interiores ter sido adjudicada por um valor inferior à prestação de serviços do ano anterior; aliado ao facto de se ter verificado um atraso no início da prestação de serviços em 2014, que apenas começou em fevereiro, e os valores faturados terem sido inferiores aos valores contratados tendo em conta os serviços efetivamente realizados.

- Jardinagem

Nesta rubrica a variação positiva de cerca 52 mil euros é justificada pelo atraso do início da prestação de serviços de manutenção de espaços verdes em 2014, havendo para além disso um valor faturado inferior ao previsto devido a falhas na prestação de serviços.

- Correções relativas a exercícios anteriores

Nesta rubrica a variação positiva face ao ano anterior, resulta na sua maioria do facto de, em 2014, terem sido faturados a empreiteiros e prestadores de serviços, custos com conservação e reparação incorridos em 2013, e que tinham sido indevidamente faturados à AdO, pelo que se procedeu à anulação do custo por contrapartida do proveito gerado em 2014. Por outro lado, no final do ano de 2014, efetuou-se uma regularização aos gastos de energia de anos anteriores, no montante aproximado de 93 mil euros, e foram creditados cerca de 5 mil euros, referente ao excesso de tráfego de dados indevidamente faturados em 2013.

A Águas do Oeste continuou o esforço de redução e contenção de custos, designadamente os que decorrem das orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procurando que não comprometesse a qualidade do serviço prestado.

25. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Remunerações	2 117 915,11	2 364 813,46
Encargos sociais sobre remunerações	465 870,03	520 834,92
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com o pessoal	307 128,52	231 721,78
Correcções relativas a períodos anteriores	19 653,56	1 552,18
	2 910 567,22	3 118 922,34
Gastos com Pessoal capitalizados	(118 675,77)	(66 917,95)
	2 791 891,45	3 052 004,39

25.1 Quadro de pessoal

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Número médio de colaboradores durante o período		
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	123	125
Número médio de colaboradores a 31 de dezembro		
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	120	123

Nos Gastos com o pessoal é de salientar o facto do aumento registado em maio e junho, com a aplicação do Acórdão n.º 413/2014 de 30 de maio de 2014, onde o Tribunal Constitucional declara a inconstitucionalidade dos cortes salariais, passando a pagar-se as remunerações na íntegra, ter sido compensado por um lado pela saída, definitiva ou temporária, de trabalhadores da empresa, que face às restrições na contratação de pessoal, foram supridas recorrendo a empresas de trabalho temporário, e por outro, pela aplicação das medidas de contenção de despesa, impostas ao Setor Empresarial do Estado ao abrigo da Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento do Estado de 2014) e da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro de 2014.

A empresa procedeu ainda à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais.

A variação positiva face a 2013, também é explicada, em parte, pelo facto do não pagamento do Subsídio de Férias de 2012 ter sido considerado inconstitucional, que resultou no pagamento e o reconhecimento em gastos nas contas da empresa do subsídio de férias de 2013, não especializado no ano anterior, em cumprimento da medida prevista na Lei n.º 39/2013 de 21 de junho. Situação que não voltaria a repetir-se.

Apesar de um aumento no número de infraestruturas em exploração, a empresa diminuiu o seu quadro de pessoal, conforme determinação das orientações para o setor empresarial do estado.

Face ao ano anterior é de referir a variação negativa em Outras Despesas com o Pessoal, sendo a variação justificada por maiores gastos com indemnizações por mútuo acordo (referente a dois colaboradores que saíram da empresa em outubro de 2014), pela contabilização nesta rubrica da remuneração do diretor financeiro, ao abrigo de um contrato de cedência ocasional, que se iniciou em julho de 2013, e por maiores custos com o seguro de saúde.

É de referir ainda, face ao ano anterior, uma maior capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas, derivado, por um lado, de um maior volume de investimento e, por outro, do ajuste na forma de cálculo dos valores a capitalizar.

26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação de propriedade de investimento		
Amortizações de ativos intangíveis	10 532 775,54	9 311 709,68
Acréscimos de custos do investimento contratual	1 645 777,53	1 587 146,90
Reversões de amortizações de ativos intangíveis		
	12 178 553,07	10 898 856,58

27. Outros gastos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos	246 682,68	354 063,49
Perdas em Ativos Intangíveis	-	-
Donativos	2 010,00	4 035,00
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	-
Outros gastos operacionais	93 066,61	134 355,95
	341 759,29	492 454,44

O valor registado em imposto respeita em 203.943,39 euros a taxas da ERSAR, e em 35.754,64 euros a imposto de selo sobre o crédito.

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Rendimentos suplementares	30 132,57	16 052,27
Subsídios à exploração	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	8 124,59	103 609,49
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-
	38 257,16	119 661,76

A variação face ao ano anterior, resulta por um lado em menores rendimentos com indemnizações de seguro de multirriscos, a menores rendimentos com a venda de cadernos de encargos, e por outro a maiores rendimentos com a faturação a empreiteiros e prestadores de serviços de custos indevidamente suportados pela empresa e indemnizações, e a maiores rendimentos com a venda de energia.

29. Gastos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	4 813 687,70	5 220 193,96
Comissões bancárias	49 103,08	53 249,57
Desconto de dívidas	-	-
Outros gastos financeiros	831 086,30	843 808,93
	5 693 877,08	6 117 252,46
Gastos financeiros capitalizados	(81 783,84)	(267 717,25)
	5 612 093,24	5 849 535,21

Registaram-se menores gastos financeiros, face ao ano anterior, sendo justificados por uma menor taxa efetiva de juro, associada a menores necessidades de financiamento bancário de curto prazo e suprimentos. Também face ao ano anterior, os custos com comissões por utilização do crédito diminuiu.

A menor capitalização de juros deve-se, fundamentalmente, ao facto do volume de investimento ser inferior ao do ano anterior, mas também à alteração do procedimento de cálculo dos valores do imobilizado em curso considerados.

30. Rendimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros de atualização de dívida de clientes	-	-
Juros de atualização de dívida a fornecedores de ativos intangíveis	-	-
Juros de mora	1 653 467,84	1 597 795,30
Outros juros	474 550,89	465 182,02
Correções de exercícios anteriores	-	14,96
	2 128 018,73	2 062 992,28

O aumento verificado, face ao ano anterior, em juros de mora faturados aos municípios deve-se ao aumento da dívida destes para com a empresa. A empresa pratica a taxa de juro da dívida comercial, que em 2014 foi para o primeiro semestre de 7,25% e de 7,15% para o segundo semestre, debitando juros de mora a todos os clientes que apresentem atrasos na faturação.

31. Transações com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2014 Rendimentos	31.12.2014 Gastos	31.12.2013 Rendimentos	31.12.2013 Gastos
AdP SGPS	-	(1 794 919,43)	-	(1 895 948,75)
AdP Serviços	-	(247 238,91)	-	(227 089,07)
AdP Internacional	552,70	(68 117,78)		(31 593,00)
Aquasis	-	(18 681,78)	-	(10 550,60)
EPAL	-	(10 981 652,93)	-	(11 179 566,90)
AdP Energias		(30 466,98)		(37 558,48)
Valorsul	187 403,91	-	180 838,76	-
Municípios	32 729 792,01	(81 492,06)	31 105 722,82	(62 781,29)
Oeste Comunidade Intermunicipal		(51 742,68)		(51 235,44)
Paulo José Salvador Ferreira	-	(4 014,54)	-	(4 002,48)

	31.12.2014 Ativos	31.12.2014 Passivos	31.12.2013 Ativos	31.12.2013 Passivos
AdP SGPS	-	(7 514 499,57)	-	(7 480 790,23)
AdP Serviços	-	(63 000,45)	-	(55 561,48)
AdP Internacional	-	(13 194,46)	-	(31 593,00)
Aquasis	-	(6 952,58)	-	(865,92)
EPAL	-	(20 219 393,93)	-	(18 609 456,10)
AdP Energias	-	(1 520,23)	-	(3 087,34)
Valorsul	43 864,21	-	17 150,69	-
Municípios	36 604 631,16	(1 118 677,85)	35 029 946,86	(1 160 645,41)
Oeste Comunidade Intermunicipal	-	-	-	-
Paulo José Salvador Ferreira	-	-	-	-

Os montantes registados em ativo e em rendimentos, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em "alta" – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

Os montantes registados em gastos, dizem respeito a aquisição de água à EPAL para venda, aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos, recursos humanos e de serviços financeiros e de contabilidade. Encontram-se também registados em gastos os valores decorrentes de operações financeiras, nomeadamente os suportados com juros decorrentes do apoio de tesouraria existente disponibilizado pela AdP, SGPS, S.A., assim como os gastos inerentes à montagem e gestão do financiamento obtido junto do BEI.

Os montantes registados em passivo, dizem respeito à integração das infraestruturas na concessão, a pagar aos Municípios e EPAL, conforme o definido nos contratos de concessão, empréstimo contraído junto da AdP-SGPS, S.A., assim como os valores em dívida, à data de 31 de dezembro de 2014, decorrente da aquisição de água, serviços partilhados e operações financeiras.

32. Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 317.460.085,91 euros, dos quais 281.000.664,14 euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Unidade: euros

Designação	Entidade	Preços do contrato	Valores já faturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Manutenção do Software base G/Interaqua (2014/2016)	AQUASIS	21 450,00	7 150,00	14 300,00
Fornecimento de equipamento e de serviços de suporte à Rede de Comunicações de suporte à exploração do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Oeste.	NOS - Comunicações, S.A.	124 432,71	73 116,69	51 316,02
Prestação de serviços de desratização em Infraestruturas da Águas do Oeste, S.A..	Leiripraga	6 087,00	5 514,23	572,77
Prestação de Serviços para a implementação em regime de aluguer de um sistema completo de controlo, gestão e localização de frotas por GPS.	INOSAT - Consultoria Informática, S.A.	27 522,00	21 797,52	5 724,48
Aluguer de viatura para transporte de efluentes e lamas, limpezas industriais, e desobstruções nas infraestruturas de tratamento de Águas Residuais da Águas do Oeste S.A.	Ecovislimpa, Lda.	51 200,00	41 889,33	9 310,67
Prestação de serviços de renovação dos certificados de conformidade da Águas do Oeste, S.A. atendendo aos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397	SGS – Serviços Internacionais de Certificação, Lda	12 773,38	9 248,92	3 524,46
Prestação de Limpezas de Estações Elevatórias e Desobstrução de Coletores	Incentiverde, Lda	152 883,86	79 830,70	73 053,16
Remoção, Transporte e Valorização Agrícola das lamas resultantes da operação das infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste (Lote A).	Terra Fértil – Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.	336 100,50	367 845,19	-31 744,69
Remoção, Transporte e Compostagem das lamas resultantes da operação das infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste (Lote B)	Componatura, Lda.	249 792,60	231 669,16	18 123,44
Remoção, Transporte e Deposição em aterro das areias resultantes da operação das infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água (Lote C).	GINTEGRAL – Gestão Ambiental, S.A.	48 051,11	41 699,31	6 351,80
Prestação de Serviços de Limpeza e Higienização de Infraestruturas da Águas do Oeste, S.A.	EUROMEX – Facility Services, Lda.	53 760,72	35 578,00	18 182,72
Manutenção de Espaços Verdes em Infraestruturas nas Águas do Oeste, S.A.	Estrela do Norte S.A.	38 564,41	3 774,30	14 862,27
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste.	Manvia S.A.	986 356,68	863 062,09	123 294,59
Prestação de Serviços de Medicina do Trabalho	Atlanticare - Serviços de Saúde, S.A.	10 976,00	3 658,68	7 317,32

Prestação de serviços de controlo analítico do sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste - janeiro e fevereiro	Globalab	14 583,05	-	14 583,05
Prestação de serviços de vigilância em Infraestruturas da Águas do Oeste, S.A.	Prosegur	936,00	392,61	543,39
Prestação de serviços de disponibilização via web de uma <i>software</i> de laboratório da Águas do Oeste, S.A.	Pryog	2 424,00	1 212,00	1 212,00
Empreitada de Construção da ETAR de Torres Vedras e do Emissário do Paúl	Consórcio Aquino/Lena/MSF	5 906 633,86	5 906 633,86	87 000,00
Empreitada de Reabilitação das ETAR Independentes da Lagoa de Óbidos+ETAR (Pitar) 1º fase (Lote B)	EFACEC	4 972 572,41	4 418 982,59	55 000,00
Empreitada de Execução da ETAR de São Martinho do Porto	JOCA	3 806 366,87	3 806 366,87	116 000,00
Empreitada de Execução da ETAR da Charneca	JOCA	3 785 586,50	3 785 586,50	35 000,00
Empreitada de Conceção/Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase	Ecotécnica	1 295 520,12	1 127 546,46	167 973,66
		21 904 573,78	20 832 555,01	791 501,11

33. Ativos e passivos contingentes

33.1 Garantias prestadas

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
03/162/05384	BPI	EDP	Relações Comerciais da Entidade Reguladora do Setor Eléctrico- Fornecimento de energia eléctrica às instalações do Carregal	3 959,30 €	11/jun/03	Possível
303 337	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tornada	294 656,46 €	1/ago/03	Possível
303 610	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das expropriações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Tornada	109 776,63 €	13/ago/03	Possível
303 762	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	8 338,67 €	22/ago/03	Possível
308 571	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir, nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respetivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	25 500,00 €	13/jan/04	Possível
309 354	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	438 000,00 €	15/abr/04	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
309 355	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	380 000,00 €	15/abr/04	Possível
309 356	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	200 000,00 €	15/abr/04	Possível
310 415	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	22 321,89 €	27/mai/04	Possível
310 416	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	28 187,37 €	27/mai/04	Possível
310 417	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	3 065,19 €	27/mai/04	Possível
311 361	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de serviços administrativos no sistema de despoluição da bacia hidrográfica de Torres Vedras	233 662,00 €	12/jul/04	Possível
311 696	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de serviços administrativos no sistema de saneamento de Maxial/ Aldeia Grande no concelho de Torres Vedras	119 022,80 €	23/jul/04	Possível
317 510	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Runa	231 690,00 €	11/abr/05	Possível
317 511	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Gosundeira	100 000,00 €	11/abr/05	Possível
319 639	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 114- Travessia da Vala entre o Km 21+000 e o Km 21+600 da Estrada Nacional 114	45 000,00 €	5/jul/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
319 640	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8-4 Travessia da Vala entre o Km 0+050 e o Km 0+180 e entre o Km 1+300 e o km 1+800 da Estrada Nacional 8-4	47 250,00 €	5/jul/05	Possível
319 641	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8- Travessia da Vala entre o Km 75+600 e o Km 75+700 da Estrada Nacional 8	15 000,00 €	5/jul/05	Possível
319 642	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos nos pontos quilométricos: Travessias EN 248 Km 11+830; Km 12+100; Km 14+000; Km 14+400; Km 14+495; Km 0+900 da Estrada Nacional 248 ;Vala EN 115: Km 54+600 a 55+100; EN 248: Km 11+800 a 15+100 e EN 248-2 Km 0+000 a 0+9	166 850,00 €	5/jul/05	Possível
319 815	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 14+450	1 000,00 €	7/jul/05	Possível
319 814	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 23+500	1 000,00 €	13/jul/05	Possível
319 698	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 115 ao Km 2+200	3 000,00 €	7/jul/05	Possível
320 151	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 374 ao Km 4+950 e o Km 6+442; Km 7+480 e o Km 9+800 e travessias perpendiculares aos Kms 7+381; 7+480; 8+340 e 9+800	154 880,00 €	25/jul/05	Possível
320 236	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Gosundeira	58 002,21 €	29/jul/05	Possível
320 237	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	156 110,21 €	29/jul/05	Possível
320 239	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cartaxo	Caucionar o fundo indispensável para pagamento de indemnizações referentes às servidões administrativas sobre os imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Alcoentre	86 190,17 €	29/jul/05	Possível
320 293	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	206 238,43 €	1/ago/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
320 294	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Mafra	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	133,93 €	1/ago/05	Possível
320 295	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	231 516,20 €	1/ago/05	Possível
320 296	BES	Juiz do Tribunal de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	12 303,31 €	1/ago/05	Possível
320 297	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alenquer	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais	47 812,30 €	1/ago/05	Possível
321 182	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento do Concelho de Torres Vedras, Turcifal e Freiria	25 225,00 €	13/set/05	Possível
321 183	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	35 595,92 €	13/set/05	Possível
321 990	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 3+900 ao Km 4+000-D	166 500,00 €	17/out/05	Possível
322 213	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 366 ao Km 4+100; Km8+700-E; EN 1-5 do Km 1+500 ao Km 2+500 e EN 115 do Km 19+550 ao Km 19+750, abertura da vala e travessias da EN 1-5 ao Km 2+600 e EN 366 ao Km 4+650 e Km 8+200	280 000,00 €	26/out/05	Possível
322 214	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 4+000-D Abertura de Vala Longitudinal e Travessia	5 000,00 €	26/out/05	Possível
323 088	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 - Zona Centro-Lote A, na EN 114, Travessia por PH ao Km 17+250	1 650,00 €	5/dez/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
323 185	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B EN 8-2Km 2+000/ Km 2+200(Pralelismo) e Km 2+200 (Travessia)	30 000,00 €	9/dez/05	Possível
323 360	BES	Meitíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações sobre os Imóveis necessários à Construção das Infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento Maxial	62 724,36 €	16/dez/05	Possível
323 592	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Dois Portos.	70 000,00 €	27/dez/05	Possível
323 602	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B - Troço Delgada Gaeiras, Local IP6 Km 18+250 nó com a A8/IC 1 (Travessia sobre a Obra de Arte)	600,00 €	27/dez/05	Possível
323 997	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	45 000,00 €	18/jan/06	Possível
324 274	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Azambuja	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Alcoentre	1 169,00 €	1/fev/06	Possível
324 275	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Silveira	6 500,00 €	1/fev/06	Possível
324 276	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Gosundeira	6 000,00 €	1/fev/06	Possível
324 462	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	262 500,00 €	9/fev/06	Possível
324 492	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Silveira /Delgada	1 14 000,00 €	9/fev/06	Possível
327 784	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	65 469,68 €	3/jul/06	Possível
327 785	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Arruda dos Vinhos	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	16 233,03 €	3/jul/06	Possível
328 474	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abastecimento de Água à Zona Centro - Lote B, licenciamento para instalação de condutas e vala sob viaduto, Local: A8 Km 70+100 Viaduto nº 101	5 700,00 €	10/ago/06	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
329 784	BES	EP-Estradas de Portugal - Direção de Estradas de Leiria	Execução dos trabalhos de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Troços Figueiredo Casal do Rei da Rainha	256 750,00 €	27/out/06	Possível
331 782	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução da Abertura de Vala na EN 374 do Km 5 + 200 ao Km 5 + 340 e Travessias ao Km 3 + 900 e ao Km 5 + 340	7 000,00 €	12/jan/07	Possível
332 157	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a execução dos trabalhos relativos à Empreitada de Abastecimento de Água II - Troço Casais Maria Delfina - Silheira, local EN 114-Km 50,800 ao Km 51,000 + (Paralelismo) e Km 51,00 Atravessamento	21 843,38 €	2/fev/07	Possível
332 749	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 67+235 - A8"	3 675,00 €	6/mar/07	Possível
332 750	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 23+700 e o km 24+300 EN 114 e km 76+800 A8"	45 000,00 €	6/mar/07	Possível
334 661	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução de Trabalhos de Água II Parte IV e VI, na EN 8-6 Km 2 + 390/Km 2+657 e Km 5+213 / Km 5+273 (paralelismo); EN 8-6 Km 12+190 e EN 8 Km 118+243 (Travessia por Perfuração Horizontal)	32 400,00 €	5/jun/07	Possível
337 125	BES	EP-Estradas de Portugal Direção de Leiria	Execução dos trabalhos relativos à empreitada no IP6 Km 1+426 Km 2+125	11 707,50 €	11/out/07	Possível
337 126	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	1 386,90 €	11/out/07	Possível
337 127	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras	52 765,20 €	11/out/07	Possível
337 128	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Vale da Borra	5 004,00 €	11/out/07	Possível
337 129	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Bufarda	730,50 €	11/out/07	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
337 130	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais''	632,50 €	11/out/07	Possível
337 182	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I''	1 222,25 €	11/out/07	Possível
337 183	BES	Juíz do Tribunal de Cladas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I	171,75 €	11/out/07	Possível
337 185	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Palhacana-Palaios	4 713,50 €	11/out/07	Possível
337 189	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Porto da Luz	4 115,38 €	11/out/07	Possível
337 195	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	3 393,68 €	11/out/07	Possível
337 198	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento da Aldeia Gavinha	275,50 €	11/out/07	Possível
337 200	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	4 123,00 €	11/out/07	Possível
337 202	BES	Juíz do Tribunal de Alcobça	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	13 451,00 €	11/out/07	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
337 205	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	13 526,61 �	11/out/07	Possível
337 208	BES	Juíz do Tribunal de Santarém	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	7 428,09 �	11/out/07	Possível
337 209	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	4 007,40 �	11/out/07	Possível
337 210	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I	1 254,64 �	11/out/07	Possível
339 638	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	Sistema de Abastecimento de �gua I - Zona Centro - Lote B, Travessia por perfuração Horizontal - Local A8 Km 67+100	17 550,00 �	7/fev/08	Possível
339 983	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	Execução de trabalhos de �gua I - Zona Centro - Lote B, local: A8 Km 74+000	13 500,00 �	26/fev/08	Possível
340 165	BES	EP-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	Construção do Sistema de Abastecimento de �gua II (Zona Norte) - Troço Senhora da Luz - Alcobaça - EN 8 - 6 Km 11+ 890 Km 12 + 190 (Paralelismo) Alteração do traçado da Conduta Adutora	22 500,00 �	4/mar/08	Possível
340 889	BES	EP-Estradas de Potrugal Direcção de Leiria	Sistema de Abastecimento de �gua II, Parte IV e VI - Travessia da A8 Km 108+650	8 926,50 �	7/abr/08	Possível
341 836	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	98 502,88 �	23/mai/08	Possível
341 834	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	4 144,08 �	23/mai/08	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
341 833	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real	90 899,39 €	23/mai/08	Possível
341 832	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Rio Maior	3 848,33 €	23/mai/08	Possível
341 831	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Vila Nova/Maçussa	28 025,97 €	23/mai/08	Possível
341 837	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Aveiras/Virtudes	6 036,75 €	23/mai/08	Possível
347 740	BES	EP-Estradas de Portugal	Empreitada de EN 115-4 e EN 115-3	31 000,00 €	20/jan/09	Possível
347 888	BES	EP-Estradas de Portugal	“trabalhos na ETAR de Pontes de Monfalim, En 248-2 ao Km 0+163 ao Km 0+240-D, Abertura de Vala Longitudinal e Travessias	5 000,00 €	5/fev/09	Possível
348 455	BES	EP-Estradas de Portugal	Trabalhos da Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Rio Maior; Condução Elevatória de Vale de Óbidos - Travessia por Perfuração Mecânica do IC2 ao Km 69,6300	5 000,00 €	16/fev/09	Possível
349 781	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura de Vala na EN242 Km 5+755 ao Km 36+600 LD (Nazaré)	47 700,00 €	13/abr/09	Possível
353 573	BES	EP-Estradas de Portugal, SA - Delegação Regional de Lisboa	Trabalhos de Abertura de Vala Longitudinal na EN 3 do Km 2 + 590 ao Km 1 + 900-D	20 700,00 €	2/out/09	Possível
354 046	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Nazaré	1 460,00 €	15/out/09	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
354 047	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Maceira	21 937,30 €	15/out/09	Possível
354 052	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos	15 100,00 €	15/out/09	Possível
354 051	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Margem Norte	1 890,00 €	15/out/09	Possível
354 050	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Atouguia da Baleia	13 300,00 €	15/out/09	Possível
354 049	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Santiago dos Velhos	9 500,00 €	15/out/09	Possível
354 048	BES	Juíz do Tribunal da Lourinhã	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Zambujeira	30 050,00 €	40/10	Possível
359 910	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura de Vala Longitudinal e Travessias (sobre berma e/ou valeta) EN 3 do Km 8+510 ao Km 10+175 - D	50 850,00 €	5/jul/10	Possível
359 983	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura de Vala Longitudinal (Berma) e Travessias por Perfuração, EN 115-2 do Km 0+000 ao Km 900D e EN 115 do Km 33+600 ao Km 33+900D	10 800,00 €	5/jul/10	Possível
360 499	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras, integrado no Sistema de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro	77 100,00 €	28/jul/10	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
377 368	BES	EP-Estradas de Portugal	Empreitada do Sistema de Saneamento de Alcoentre - Travessia por Perfuração Mecânica EN1 ao Km 57+650	5 000,00 €	5/jul/12	Possível
377 369	BES	EP-Estradas de Portugal	Empreitada de Ampliação do Real Travessia por Perfuração Mecânica EN 248 aos Km 6 + 100 e 8 + 700	5 000,00 €	5/jul/12	Possível
377 471	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na EN 115, no Interceptor de Palhais do Sistema de Saneamento do Real"	5 000,00 €	9/jul/12	Possível
377 937	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura e Preenchimento de valas a levar efeito na EN 374 do Sistema de Saneamento de Dois Portos	5 000,00 €	3/ago/12	Possível
379 412	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na "EN8 Km 70 + 400, Ampliação do Real	1 000,00 €	2/out/12	Possível
389 127	BES	EP-Estradas de Portugal	Execução de trabalhos de abertura e preenchimento de valas Sistema de Saneamento de Azambuja - EN3 - Km 9+965 ao Km 10+150 E)	5 550,00 €	4/nov/13	Possível

33.2 Processos judiciais

A Águas do Oeste, S.A., com referência à data de 31 de dezembro de 2014, tem dez litígios judiciais:

- Processo n.º 1211/12.1BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: Ação Administrativa Comum, forma ordinária, em que a Autora é a empresa Asibel- Construções, S.A., relativa aos contratos de "Empreitada de Construção do Sistema de Águas Residuais de Maxial / Aldeia Grande" e de "Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento de Alcoentre".

Valor proposto da Ação: O valor da ação é de €1.838.439,20.

Posição da ação em 2015.01.29: A Águas do Oeste, S.A. enviou um requerimento em 2015.01.05, pronunciando-se sobre alguns aspetos do requerimento probatório da Autora.

- Processo n.º 31/13.0TBCLD (Tribunal Judicial de Caldas da Rainha – 3.º Juízo):

Descrição do litígio: A Autora Lidemar – Sociedade de Administração de Imóveis, Lda. intentou uma ação sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requer a condenação da Águas do Oeste, S.A. na remoção de materiais e entulho de um terreno do qual a primeira é proprietária, bem como a condenação no pagamento de uma indemnização pela impossibilidade de efetuar plantações no mesmo terreno.

Valor proposto da Ação: O valor da ação é de 7.500,0 euros.

Posição da ação em 2015.01.29: Encontra-se agendada a audiência final para 2015.02.23.

Não foram criadas provisões para os montantes constantes nos processos, uma vez que se entende que não são devidos ou exigíveis quaisquer valores.

- Processo n.º 1147/13.9BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Nazaré, em 2013.08.31, para cobrança de serviços prestados durante o ano de 2012, respeitantes à recolha, tratamentos e rejeição de efluentes.

Valor proposto da Ação: O valor da ação é de 1.074.120,94 euros.

Posição da ação em 2015.01.29: Sentença favorável notificada em 2014.08.19. Seguir-se-á a fase de execução.

- Processo n.º 82/14.8BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Alcobaca, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €1.535.950,31.

Posição da ação em 2015.01.29: A instância foi suspensa até 2015.06.22.

- Processo n.º 88/14.7BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Óbidos, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €341.757,08.

Posição da ação em 2015.01.29: Requerida suspensão da instância para negociar acordo.

- Processo n.º 167/14.0BELSB (Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra a AdAz – Águas da Azambuja, S.A., em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €601.537,99.

Posição da ação em 2015.01.29: Requerida suspensão da instância para negociar acordo.

- Processo n.º Proc. 84/14.4BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Caldas da Rainha, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €68.518.77,40

Posição da ação em 2015.01.29: Instância suspensa até 2015.06.22.

- Processo n.º 86/14.0BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município da Lourinhã, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €293.984,55.

Posição da ação em 2015.01.29: Instância suspensa até 2015.05.13.

- Processo n.º 91/14.7BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Rio Maior, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €152.025,13.

Posição da ação em 2015.01.29: Requerida suspensão da instância para negociar acordo.

- Processo n.º 90/14.9BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):

Descrição do litígio: A Águas do Oeste intentou esta ação contra o Município de Torres Vedras, em 2014.01.22, para cobrança dos valores mínimos garantidos de 2011 respeitantes ao contrato de fornecimento de água.

Valor da ação: O valor da ação é de €333.894,81.

Posição da ação em 2015.01.29: Requerida suspensão da instância para negociar acordo.

34. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Oeste, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Oeste, S.A., não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º do Decreto-Lei n.º.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

35. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê a remuneração anual dos capitais próprios afetos ao projeto, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a dez anos acrescida de três pontos percentuais, a título de prémio de risco.

Em 2014 a taxa apurada foi de 6,75% e o montante acumulado de remuneração, à data de 31 de dezembro de 2014, ascendia a 31.775.143,06 euros.

Unidade: euros

	31.12.2014	31.12.2013
Capital social realizado	30 000 000,00	30 000 000,00
Reserva legal	97 520,91	97 520,91
Rendimento Acumulado N-I	27 862 820,06	22 936 005,45
Base de incidência	57 960 340,97	53 033 526,36
Taxa de juro	3,75%	6,29%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	6,75%	9,29%
Remuneração acionista do ano	3 912 323,00	4 926 814,61

A evolução dos valores apurados pode ser analisada como se segue:

Unidade: euros

Remuneração em dívida por ano	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	86 014,19	86 014,19
2002	188 086,95	274 101,14
2003	263 104,36	537 205,50
2004	297 992,89	835 198,39
2005	320 047,69	1 155 246,08
2006	921 491,29	2 076 737,37
2007	2 063 115,40	4 139 852,77
2008	2 420 511,12	6 560 363,89
2009	2 537 728,24	9 098 092,13
2010	3 255 880,18	12 353 972,31
2011	5 582 735,06	17 936 707,37
2012	4 999 298,08	22 936 005,45
2013	4 926 814,61	27 862 820,06
2014	3 912 323,00	31 775 143,06

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

36. Informação relevante

No dia 1 de outubro de 2014, o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do setor das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em cinco sistemas de maior dimensão, prevendo-se a extinção do Sistema Multimunicipal do Oeste e a criação de um novo Sistema Multimunicipal. Neste momento, depois de efetuados os estudos correspondentes, prosseguem os trabalhos conducentes aos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades da Águas do Oeste serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às atuais atividades da Águas do Oeste. Espera-se que este processo esteja concluído até ao final do primeiro semestre de 2015.

37. Eventos subsequentes

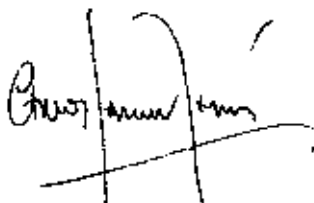
Em 2015 a Águas do Oeste emitiu a faturação referente ao diferencial entre o faturado em abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes aos anos de 2013 e 2014, nos casos em que tal se verificou por incumprimento dos municípios, quer por terem utilizado indevidamente captações próprias quando a AdO tem a exclusividade no fornecimento, casos de Óbidos

e de Rio Maior, quer por terem consumido valores inferiores ao contratualizado no caso de municípios em que a empresa multimunicipal não tem a exclusividade, caso de Alcobaça

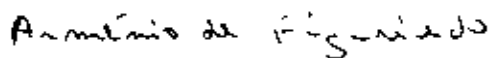
Foi enviada ao Concedente, para apreciação, uma proposta de aplicação de nova metodologia de faturação do Serviço de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais da região Oeste, na sequência de um pedido efetuado pelos municípios utilizadores.

Foi ainda considerado, por indicação da AdP SGPS, que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a dez anos seria de 3,75%.

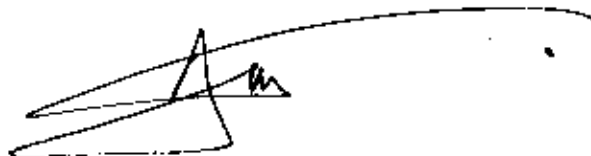
O Conselho de Administração:



Carlos Manuel Martins, *Presidente*

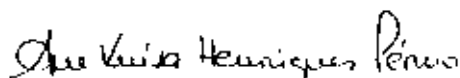


Arménio de Figueiredo, *Administrador-Delegado*



António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente da Câmara Municipal de Peniche, *Vogal*

O Técnico Oficial de Contas



Ana Luísa Henriques Pércio

RELATÓRIO SOBRE OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2014

1. INTRODUÇÃO

Executámos os procedimentos abaixo enumerados com o objetivo de verificar a conformidade dos Objetivos de Gestão do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados no Relatório de Gestão com os requisitos estabelecidos na Assembleia Geral de 13 de março de 2014, e respetivo Contrato de Gestão.

2. RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. a preparação do Relatório de Gestão, com os Objetivos de Gestão para o ano 2014 que evidencie os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno adequado. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no trabalho efetuado.

3. ÂMBITO

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de validar os procedimentos de recolha e o cômputo do valor das variáveis utilizadas na definição das Metas e cálculo dos Objetivos de Gestão tendo incluído, nomeadamente:

- Confirmação da concordância dos indicadores de gestão e dos objetivos estabelecidos e aprovados na Assembleia Geral de 13 de março de 2014;
- Análise da documentação de suporte da informação utilizada no cálculo das metas e nos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos;
- Confirmação dos cálculos efetuados relativamente aos valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos e tendo por base os critérios estabelecidos, a metodologia definida na referida Assembleia Geral e a documentação referida na alínea anterior;
- Não tendo sido definida em Assembleia Geral, a metodologia relativa ao cálculo do valor atingido anual, foi considerado a metodologia aprovada na empresa para o ano anterior, a qual resulta da soma dos resultados atingidos por cada indicador, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Atingido Anual (VAA)} = \sum[(GA_i \times P_i)]$$

VAA= Valor Atingido Anual, resultante da soma dos resultados atingidos para cada indicador, em função da ponderação de cada um deles;

GA= Grau de Atingimento de cada indicador de acordo com a escala de valorização definida e em relação à Meta/Objetivo definida;

P=Ponderador definido para cada indicador.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, não foram identificados quaisquer factos ou situações significativos que nos levem a concluir que os valores atingidos em cada um dos indicadores estabelecidos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, contidos no Relatório de Gestão apresentado pela Águas do Oeste, S.A. não estejam em conformidade com os requisitos definidos para a sua elaboração.

Lisboa, 5 de março de 2015

Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco

Ricardo Moura

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2014 - ÁGUAS DO OESTE, S.A.

INDICADORES	META (1)	MODO DE AVALIAÇÃO (1)	VALOR ATINGIDO	AVALIAÇÃO (2)(3)
1. Plano de Redução de Gastos	Não permitir um aumento do peso dos custos indicados no volume de negócios, na atividade comparável de 2014 com 2013. CMVMC = custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas FSE = fornecimentos e serviços externos GP = gastos com pessoal I = indemnizações.	PRG 2014 > 80,6% - não atingido 66,0% < PRG 2014 < 80,6% - atingido PRG 2014 ≤ 66,0% - superado	67,4%	Atingido
2. Dívida comercial de devedores municipais	Não incremento de stock de dívida vencida municipal.	DCDMA > 120,0% - não atingido 80,0% ≤ DCDMA ≤ 120,0% - atingido DCDMA < 80,0% - superado	108,1%	Atingido
3. Degradação da tesouraria de exploração	Não degradação da tesouraria, atendendo à limitação à evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR a que temos vindo a assistir.	Para empresas com PMR – PMP > 60, em 2013 DTE > 100,0% - não atingido 75,0% < DTE ≤ 100,0% - atingido DTE ≤ 75,0% - superado Para empresas com PMR – PMP ≤ 60, em 2013 DTE > 110,0% - não atingido 90,0% < DTE ≤ 110,0% - atingido DTE ≤ 90,0% - superado	94,2%	Atingido
4. ROCE	+5% do valor atingido em 2013	ROCE < 0,46% - não atingido 0,46% ≤ ROCE ≤ 0,48% - atingido ROCE > 0,48% - Superado	1,9%	Superado
5. Margem EBITDA	Não redução face ao valor atingido em 2013 para os resultados recorrentes.	[ME 2014 / ME 2013] < 75,0% - não atingido 75,0% < [ME 2014 / ME 2013] < 100,0% - atingido [ME 2014 / ME 2013] > 100,0% - superado	123,0%	Superado
6. Qualidade da Água	Não deterioração da qualidade da água fornecida nos sistemas multimunicipais, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água	Para empresas com nível de QAR2013 < 99,75% [QAR 2014 / QAR 2013] < 95,0% - não atingido 95,0% ≤ [QAR 2014 / QAR 2013] ≤ 100,0% - atingido [QAR 2014 / QAR 2013] > 100,0% - superado Para empresas com nível de QAR2013 > 99,75% [QAR 2014 / QAR 2013] < 95,0% - não atingido 95,0% ≤ [QAR 2014 / QAR 2013] < 99,75% - atingido [QAR 2014 / QAR 2013] ≥ 99,75% - superado	100,0%	Superado

OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2014 - ÁGUAS DO OESTE, S.A. (CONTINUAÇÃO)				
INDICADORES	META (1)	MODO DE AVALIAÇÃO (2)	VALOR ATINGIDO	AVALIAÇÃO (3) (4)
7. Qualidade das Águas Residuais	Não deterioração da qualidade da água residual tratada nos sistemas multimunicipais, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERGAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade das águas residuais.	Para empresas com nível de QAR2013 < 98,5% [QAR 2014 / QAR 2013] < 95,0% - não atingido 95,0% ≤ [QAR 2014 / QAR 2013] ≤ 100,0% - atingido [QAR 2014 / QAR 2013] > 100,0% - superado Para empresas com nível de QAR2013 ≥ 98,5% [QAR 2014 / QAR 2013] < 95,0% - não atingido 95,0% ≤ [QAR 2014 / QAR 2013] < 98,5% - atingido [QAR 2014 / QAR 2013] ≥ 98,5% - superado.	99,8%	Superado
8. Orientações corporativas	Garantir um grau de cumprimento de 100% das orientações corporativas.	GCOC = 100% atingido (nesta situação será avaliado com 3=superado) GCOC < 100% não atingido	100%	Atingido
9. Cumprimento dos prazos de Reporte	Atraso = 0 dias	atraso > 0 dias - Não atingido 0 ≤ atraso ≤ 0 dias - atingido atraso < -1 dias - superado	1	Não atingido

NOTAS:

- (1) Conforme fixado na reunião da Assembleia Geral de 3 de março de 2014.
- (2) Quando num indicador, um dos objetivos não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma equitativa pelos restantes.
- (3) Modo de avaliação

Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

AVALIAÇÃO DOS GESTORES:

- | | |
|-------------|-----------------------|
| Desadequado | < 1,8 |
| Adequado | 1,8 ≤ Avaliação < 2,5 |
| Superado | ≥ 2,5 |

Avaliação Global de Desempenho: 2,4 (Adequado)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Oeste, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 271.337.737 Euros e um total de capital próprio de 17.247.972 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 391.502 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme divulgado na nota 10 das notas às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de clientes inclui o montante de 14.194 milhares de Euros (2013: 11.535 milhares de Euros), relativos ao diferencial de facturação de valores de caudais mínimos acordados e respectivos juros de mora, que Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras ao abrigo do disposto no DL 195/2009 de 20 de Agosto, e em consonância com o Projecto de Parecer emitido pelo regulador no âmbito do Orçamento do Projecto Tarifário para o ano de 2014. Dado que a 31 de Dezembro de 2014 a forma e data de recuperabilidade dos montantes acima mencionados não se encontra assegurada, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a recuperabilidade daquele saldo.

Opinião

8. Em nossa opinião, e excepto quanto aos efeitos decorrentes da situação mencionada no parágrafo nº 7 anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Oeste, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

- 10.** Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 10.1** Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.
- 10.2** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.
- 10.3** Conforme divulgado na nota 36 das notas às demonstrações financeiras, e no relatório de gestão, permanece em curso o processo de agregação dos actuais sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, os quais serão extintos e subsequentemente agregados em novos sistemas multimunicipais de maior dimensão, a constituir através de Decreto-Lei nos termos do Decreto-Lei 92/2013. No âmbito do referido processo, os activos e passivos da empresa serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às actuais actividades da empresa.

Lisboa, 04 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SRÖC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (RQC nº 1119)

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 42º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do art.º 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados e o relato sobre as práticas de governo societário, apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Oeste, SA., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No decurso do exercício, acompanhamos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Verificámos a adequacidade das divulgações efectuadas no relatório de governo societário do exercício de 2014, em consonância com o disposto no n.º 1 do art.º 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro;
- Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

Alertámos o Conselho de Administração e os Serviços para o facto de, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 225/08 de 20 de Novembro, a Empresa classificar-se como entidade de interesse público, devendo em consequência disso ser adoptadas as medidas que assegurem a alteração do actual modelo de fiscalização através da designação de um Conselho Fiscal.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com reserva e com ênfases.

Faça ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Oeste, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2014 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas;
- (d) O relatório do governo societário do exercício de 2014 satisfaz os requisitos de divulgação previstos no n.º 1 do art.º 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro;
- (e) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, merece a nossa concordância.

Lisboa, 04 de Março de 2015

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (RDC nº 1119)



Águas do Oeste, S. A.
Relatório do Governo Societário 2014



Índice

7	1. Missão, Objetivos e Políticas
10	2. Estrutura de Capital
11	3. Participações Sociais e Obrigações detidas
12	4. Órgãos Sociais e Comissões
16	5. Organização Interna
24	6. Remunerações e Outros Encargos
27	7. Transações com partes Relacionadas e Outras
29	8. Análise de Sustentabilidade
35	9. Avaliação do Governo Societário



Relatório do Governo Societário





Relatório do Governo Societário

1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

A missão da Empresa, aprovada na Assembleia-Geral de 3 de julho de 2013, nos termos das orientações estratégicas para o mandato 2013-2015, é assegurar a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios integrantes do sistema.

Objetivos Estratégicos

- Assegurar progressivamente o abastecimento de água a todos os Municípios do Oeste;
- Completar o investimento necessário para prosseguir a Missão da Águas do Oeste;
- Explorar as infraestruturas necessárias para o tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios do Oeste;
- Fornecer um serviço que cumpra as expectativas e necessidades dos Clientes e da Comunidade;
- Cumprir as normas legais e o Contrato de Concessão, nos termos decorrentes da regulação aplicável;
- Prosseguir o equilíbrio económico e financeiro da concessão, assegurando aos Acionistas as condições para a remuneração dos capitais investidos;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde envolvendo os colaboradores;
- Assegurar a proteção e salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, prevenindo potenciais danos decorrentes das atividades desenvolvidas;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região que a Empresa serve, garantindo a proteção do Ambiente e monitorizando a eficiência ambiental da sua atividade.

A 3 de julho de 2013, em sede de Assembleia-Geral, foram definidas as orientações Estratégicas e definidos e aprovados os objetivos de gestão para o exercício de 2014.

Objetivos e Políticas Orientações Estratégicas Gerais

Na gestão da Águas do Oeste, S.A. serão observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do setor empresarial do Estado, e que determina:

- que a Empresa deve, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- que a Empresa deve ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- que a Empresa, sendo prestadora de serviços de interesse económico geral, deve promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, a administração da Águas do Oeste, S.A., na qualidade de empresa pública, obriga-se a:

- adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria (qualidade de serviço);
- conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa (política de recursos humanos);

- conceber e implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- adotar sistemas de informação e de controlo interno, adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada ao envio da informação, e em prazos fixados, à Inspeção - Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, constante do Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para efeitos de acompanhamento e monitorização.

Orientações Estratégicas Específicas

No quadro da missão definida, a administração da Águas do Oeste, S.A. deverá ainda:

- prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor;
- zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da Empresa;
- dotar a Empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei;
- promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, desde que previamente autorizadas pelo Concedente;
- adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala;
- promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento;
- assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo a correção de situações contratuais desajustadas;
- promover a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- contribuir no que lhe for solicitado pelos acionistas e/ ou Concedente para a reorganização do setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sustentabilidade económico financeira das operações nestes domínios e para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços;
- prosseguir a promoção da eficiência, com vista ao agrupamento de sistemas e promoção de soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água, de acordo com as instruções dos acionistas e/ou Concedente;
- prosseguir a identificação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade;
- contribuir para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões;
- promover o desenvolvimento de uma estratégia integrada de I&D, em consonância com os definidos pelos acionistas e/ou Concedente para este domínio;
- a administração da Águas do Oeste, S.A, tomará em consideração as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em particular aquelas que resultem de orientação do Concedente.

No âmbito das relações com os acionistas, o Conselho de Administração deve:

- colaborar ativamente com os acionistas, ou os seus representantes no desempenho das suas funções, garantindo a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - Orçamentos, Planos de Atividade, Projetos Tarifários, Planos de Atividade e de Investimentos,
 - alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - avaliação de infraestruturas, e
 - abertura a novas áreas de negócio complementares;
- reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas do Oeste, S.A. obriga-se a:

- garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- celebrar e garantir a execução de contratos de gestão corporativa;

- propiciar o desenvolvimento na Empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com outras empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as empresas gestoras de parcerias Estado - Autarquias e as estruturas centrais do Grupo Águas de Portugal e das suas empresas instrumentais.

A Águas do Oeste e a sua administração pautou a sua atividade no sentido do cumprimento das orientações estabelecidas pelo Concedente e pelos acionistas, e das recomendações emitidas pela Entidade Reguladora do setor.

Objetivos de Gestão

Indicadores	Meta 2014	Modo de Avaliação
Indicadores Financeiros – Eficiência		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
1.	Plano de Redução de Custos (PRC) (%)	<p>Não permitir um aumento do peso dos custos indicados no volume de negócios na atividade comparável de 2014 com 2012.</p> <p>PRC 14 > 110% PRC 13 (não atingido)</p> <p>110% PRC 13 ≤ PRC 14 < 90% PRC 13 (atingido)</p> <p>PRC 14 ≤ 90% PRC 13 (superado)</p>
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
2.	Divida Comercial de devedores municipais (DCDMA) (%)	<p>Não incremento do stock de dívida vencida municipal.</p> <p>DCDMA > 120% (não atingido)</p> <p>80% ≤ DCDMA ≤ 120% (atingido)</p> <p>DCDMA < 80% (superado)</p>
3.	Degradação da tesouraria de exploração (DTE) (%)	<p>Não degradação da tesouraria, atendendo à limitação à evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR a que temos vindo assistir.</p> <p>DTE > 100% (não atingido)</p> <p>75% < DTE ≤ 100% (atingido)</p> <p>DTE ≤ 75% (superado)</p>
3.	ROCE (%)	<p>+5% do valor atingido em 2013.</p> <p>ROCE < 0,5% (não atingido)</p> <p>0,5% ≤ ROCE ≤ 0,8% (atingido)</p> <p>ROCE > 0,8% (superado)</p>
4.	Margem EBITDA (ME) (%)	<p>Não redução face ao valor atingido em 2013 para os resultados recorrentes.</p> <p>[ME 14/ME 13] < 75% (não atingido)</p> <p>75% ≤ [ME 14/ME 13] ≤ 100% (atingido)</p> <p>[ME 14/ME 13] > 100% (superado)</p>
Indicadores de Serviço – Ambiente		
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)		
6.	Qualidade da Água (AQA) (%)	<p>Não deterioração da qualidade da água fornecida nos SMM, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.</p> <p>[AQA 13/AQA 12] < 95% (não atingido)</p> <p>95% ≤ [AQA 13/AQA 12] ≤ 99,75% (atingido)</p> <p>[AQA 13/AQA 12] > 99,75% (superado)</p>

7.	Qualidade das águas Residuais (AQAR)	(%)	Não deterioração da qualidade da água residual tratada nos SMM, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade das águas residuais.	$[AQAR13/AQAR12] < 95\%$ (não atingido)
				$95\% \leq [AQAR13/AQAR12] \leq 98,5\%$ (atingido)
				$[AQAR13/AQAR12] > 98,5\%$ (superado)

Indicadores de Reporte – Cumprimento de Reporte

(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
9.	Cumprimento de Orientações Corporativas (GCOC)	(%)	Garantir um grau de cumprimento de 100% das orientações corporativas	GCOC = 100% (atingido)
				GCOC < 100% (não atingido)
8.	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	0 dias	atraso > 0 dias (não atingido)
				-1 ≤ atraso ≤ 0 dias (atingido)
				atraso < -1 dias (superado)

(*) Notas: Valores fixados pela Assembleia Geral de 13 de março de 2014.

2. Estrutura de Capital

É a seguinte a estrutura acionista da empresa (participação do capital em euros):

Entidade	Valor total do Capital
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	15 300 000
Comunidade Intermunicipal do Oeste	5 000
Município de Alcobaça	1 540 190
Município de Alenquer	1 702 670
Município de Arruda dos Vinhos	439 665
Município de Azambuja	1 784 885
Município do Bombarral	462 200
Município do Cadaval	465 230
Município das Caldas da Rainha	1 051 340
Município da Lourinhã	1 206 915
Município da Nazaré	468 505
Município de Óbidos	501 430
Município de Peniche	660 685
Município de Rio Maior	789 820
Município de Sobral de Monte Agraço	324 910
Município de Torres Vedras	3 296 555
Total	30 000 000

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, Entidade Reguladora, Acionistas, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.

A Águas do Oeste tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração.

Os Acionistas têm procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com os seus Acionistas e, no que respeita à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. também no apoio em *dossiers* mais complexos e no acompanhamento técnico e de reporte com base em vários instrumentos específicos.

A Águas do Oeste tem um número limitado de clientes, como decorre da própria natureza da empresa, com uma complexidade resultante da multiplicidade de planos em que se desenvolve o relacionamento Municípios/ Empresa: acionistas, clientes, autarquias em cujo território se efetua o investimento, cedentes de infraestruturas para exploração pela Águas do Oeste.

Apesar dessa complexidade e da especial dificuldade de algumas dessas vertentes, tem sido possível manter um clima de franca colaboração e análise conjunta de todos os *dossiers*.

No que respeita aos prestadores de serviços à Águas do Oeste, a crise económica e financeira que o país atravessa não deixou de ter reflexos na qualidade do serviço prestado e na capacidade de resposta de algumas empresas prestadoras de serviços, obrigando a um acompanhamento consumidor de mais recursos, com o objetivo de manter um adequado nível de exigência, procurando evitar situações de rotura no relacionamento

A Águas do Oeste consciente da importância do diálogo com as partes interessadas, tem estruturado ao longo da sua atividade vários processos na área da comunicação, para além dos já previstos na legislação, com o objetivo de estabelecer uma relação de transparência e confiança com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do Grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

Não obstante, a Águas do Oeste cumprir todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, é seu objetivo criar com eles um nível de envolvimento que se torne num pilar fundamental da sua atividade, valorizando a partilha de informação e indo ao encontro das expectativas, dos mesmos. Por essa razão a comunicação com os Clientes tem nos últimos anos sido encarada na Águas do Oeste como um fator decisivo, quer ao nível da gestão do sistema integrado, quer ao nível da promoção de um clima de transparência e confiança com os municípios servidos. Para tal, a Águas do Oeste avalia anualmente, através de um questionário de satisfação ou de reuniões presenciais, a satisfação dos seus clientes no que se refere ao serviço prestado, para além do acompanhamento contínuo em reuniões periódicas com os diversos serviços da empresa e do acompanhamento e resposta às reclamações e pedidos de informação provenientes dos seus clientes, sempre com o fim de identificar eventuais ações corretivas e preventivas. Também a disponibilização de informação diversa na área reservada a clientes, disponível no *site* da empresa, facilita o processo de comunicação entre as partes, antecipando e correspondendo às necessidades e expectativas, com vista à melhoria do serviço prestado junto dos seus clientes e, indiretamente, do consumidor final.

Tudo isto com o objetivo de uma melhoria dos processos de comunicação existentes, no sentido de uma, cada vez maior e melhor, integração dos seus *stakeholders* com a atividade da Águas do Oeste.

3. Participações Sociais e Obrigações detidas

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

(i) entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(ii) entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto-Regulamentar nº 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82, de 15 de novembro);

(iii) entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(iv) não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(v) cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização, não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela sociedade Águas do Oeste, S.A..

4. Órgãos Sociais e Comissões

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Águas do Oeste, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

4.1. Mesa da Assembleia-Geral

A Assembleia-Geral é convocada e reúne nas condições previstas no Estatuto da Águas do Oeste e é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário:

Presidente: Dr. Paulo Jorge Marques Inácio, Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça;

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes;

Secretário: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira.

4.2. Administração e Supervisão

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

A 20 de maio de 2013, a Assembleia-Geral da Águas do Oeste, elegeu, por unanimidade, o atual Conselho de Administração da Águas do Oeste.

Nos termos do artigo 19º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe foram concedidos pela lei e pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos Acionistas.

Para além do acompanhamento do Presidente do Conselho de Administração da atividade da Empresa, verificou-se a contribuição dos administradores para a atividade corrente da Águas do Oeste.

Administrador-Delegado

Atualmente, o Conselho de Administração é constituído por três membros e, em função da determinação dos Acionistas para a organização do conselho de administração no mandato 2013-2015, a gestão corrente está delegada num único administrador executivo, Eng.º Arménio de Figueiredo, a quem reportam todos os serviços da Águas do Oeste.

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Carlos Martins

Administrador-Delegado: Eng.º Arménio de Figueiredo

Vogal: Dr. António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente da Câmara Municipal de Peniche

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Carlos Martins

Nasceu em Lisboa, em 19 de janeiro de 1956

Habilitações Académicas:

Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa (pré-Bolonha) e Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e doutorando em Administração Pública, na Universidade de Lisboa.

Pós-graduado em Administração e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Diplomado de Estudos Superiores Especializados em Direção, Gestão e Execução de Obras pelo Instituto Politécnico de Lisboa, Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas”, em 2008 e Pós-graduado em “Direito da Água”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa.

Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, com nível de qualificação de sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária.

Carreira Profissional:

Iniciou atividade profissional em 1979 nos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, tendo sido nomeado Chefe de Divisão de Estudos e Cadastros em 1982, funções que veio a exercer até abril de 1998.

Foi representante do município de Loures na EXPO’98 para supervisão de estudos e obras de infraestruturas e para apreciação de projetos de redes de água e esgotos dos promotores particulares na zona do PP4 do Parque EXPO.

Foi nomeado por Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministra do Ambiente para as funções de Vice-presidente do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, que desempenhou entre abril de 1998 e fevereiro de 2002. Integrou a Comissão de Monitorização e avaliação do Protocolo para uma melhoria contínua de desempenho ambiental da Petrogal. Representou o Ministério do Ambiente na Unidade de Gestão do Programa Operacional Saúde XXI.

Entre fevereiro de 2002 e setembro de 2007 exerceu funções de administrador nos Serviços Municipalizados de Loures, onde teve delegadas competências de coordenação de diversas Divisões.

Em 2002 e 2003 prestou assessoria técnica à Direção Regional do Ambiente da Secretaria do Ambiente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

No período de 2004 a 2007 exerceu também funções de administrador não executivo no Conselho de Administração da Simtejo, em representação da Câmara Municipal de Loures.

Exerceu funções de assessor da AMEGA (Associação de Municípios para Estudos de Gestão da Água) no período de 2004 a setembro de 2007 e de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da Simtejo, S.A., de 2007 a outubro de 2009.

Membro do Conselho de Administração da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., de abril de 2009 a fevereiro de 2012, Administrador da Valorsul, S.A., Presidente dos Conselhos de Administração da Amarsul, S.A. e do ACE EGF & Dourogás. Exerceu também funções de Administrador da empresa Aquasis, S.A. e de Administrador da AdP – Serviços Ambientais, S.A..

Outras atividades

Presidente da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas desde 2003 a 2009, exerceu as funções de Presidente da *European Union of National Associations of Water Suppliers and Waste Water Services*, com sede em Bruxelas, em 2005, tendo sido vice-presidente em 2004 e membro da Comissão Executiva de 2004 a 2006, integrou a Assembleia-Geral daquela organização, foi também membro da CNAIA – Comissão Nacional da Associação Internacional da Água.

Coordenador do Grupo de resíduos da APESB, de 2002 a 2006, e membro do Conselho Editorial da revista Água e Resíduos.

Integrou as Comissões da Seca, criada por despacho interministerial em 2005, e de Acompanhamento de elaboração do PEAASAR II.

Tem proferido dezenas de intervenções técnicas como participante convidado em seminários, colóquios, *workshops* e sessões em estabelecimentos de ensino superior, autor de mais de três dezenas de artigos técnicos apresentados em eventos técnicos e publicados em revistas nacionais e internacionais, nomeadamente a convite do Banco Interamericano para o Desenvolvimento.

Funções Atuais:

Gestor da Unidade de Negócio de Água – Produção e Depuração (UNA-PD), com responsabilidade de coordenação das empresas: Sanest, S.A., Simtejo, S.A., Águas do Oeste, S.A., Águas do Centro, S.A. e Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Presidente dos Conselhos de Administração da Sanest, S.A., da Simtejo, S.A, da Águas do Oeste, S.A. e da Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Exerce funções de equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas no domínio da Organização de Obras, Ordenamento do Território e do Saneamento Básico, sendo desde 2007 coordenador da disciplina de Construção Território e Ambiente da Secção de Transportes e Ordenamento do Território e integrou, de 2004 a 2010, o Conselho Científico do Departamento de Engenharia Civil e, desde 2009, o Centro de Estudos de Engenharia Civil do ISEL.

Eng.º Arménio de Figueiredo

Nasceu em Aveiro, em 19 de dezembro de 1958.

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro.

Carreira Profissional:

Na área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, de fevereiro de 1991 a abril de 1998, data em que ingressou no Grupo Águas de Portugal, onde atualmente se encontra, tendo desempenhado diversas funções, designadamente associadas à constituição de novos Sistemas Multimunicipais.

Desempenhou funções de Administrador-Executivo da Simlis S.A., - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, de janeiro de 2000 a março de 2002, e, até março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2000 a março de 2003, foi vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A. e de março de 2003 a março de 2006 foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2001 a março de 2007 foi presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A..

De março de 2007 a abril de 2009 desempenhou funções associadas aos estudos técnicos desenvolvidos para a Parceria para a organização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais "em baixa", abrangendo os Municípios integrados nos Sistemas Multimunicipais da Ria de Aveiro, do Lis, do Oeste, do Baixo Mondego, de Raia, Zêzere e Nabão e do Alto Zêzere e Côa;

De abril de 2008 a maio de 2009 desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração da Trevo Oeste - Tratamento e Valorização de Efluentes Pecuários, S.A..

Funções Atuais:

Desde 6 de maio de 2009 desempenha as funções de Administrador-Executivo da Águas do Oeste, S.A..

É atualmente membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros.

Dr. António José Ferreira Sousa Correia Santos

Nasceu em Lugar da Estrada, Peniche, em 12 de agosto de 1954.

Habilitações Académicas:

Licenciado em Administração Financeira pelo ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Carreira Profissional:

Presidente da CERCI de Peniche;

Cofundador da Fenacerci;

Presidente da Adepe – Associação para o Desenvolvimento de Peniche;

Cofundador da Acompanha-Cooperativa de Solidariedade Social e da Mão Amiga – Associação de Solidariedade Social.

Vice-presidente da OesteCIM – Comunidade Intermunicipal do Oeste – mandato 2013-2017.

Cofundador e membro da direção da OCEANO XXI – **Cluster** do conhecimento e economia do mar.

Funções Atuais:

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Peniche.

4.3. Fiscalização

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um oficial revisor de contas ou sociedade revisora de contas.

Enquanto não for concedida a necessária autorização para se proceder à alteração dos estatutos da sociedade, mantêm-se em funções o fiscal único efetivo, *Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.*, representada por Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º. I I I 9) e o suplente Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira.

5. Organização Interna

Estrutura Organizacional

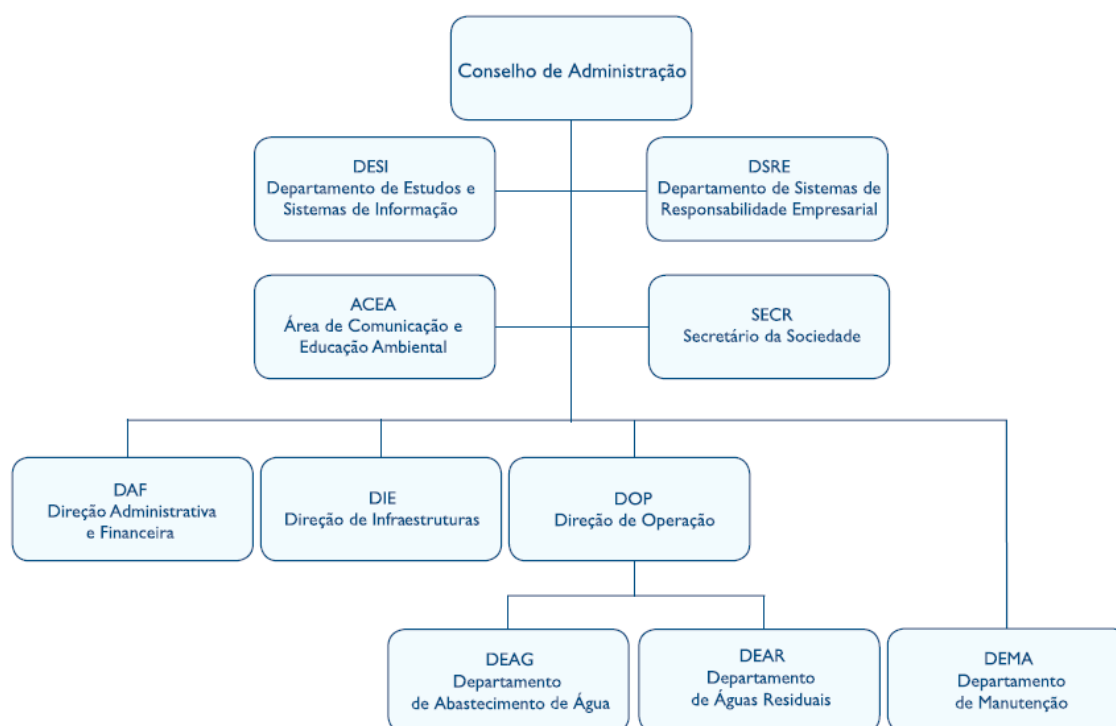
O reporte de todas as Áreas, Departamentos e Direções é efetuado ao Administrador-Executivo, com base nas atribuições de cada Serviço, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA).

Para cada função existente na empresa está feita a determinação clara dos objetivos, supervisão e “rede operacional” de relações internas e externas, bem como a definição das respetivas áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração, para além da delegação geral da gestão corrente no Administrador-Executivo, procedeu também a algumas delegações pontuais associadas à natureza de algumas funções.

Organograma

Para o exercício da sua atividade, a Águas do Oeste dispõe de um conjunto estruturado de órgãos e serviços de apoio à gestão e de suporte à atividade da Empresa, cujo organograma funcional se resume no seguinte:



Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)

Atribuições

- Promover e realizar estudos adequados ao desenvolvimento da Empresa e à plena utilização das potencialidades da sua atividade, bem como estudos adequados à prossecução dos requisitos de funcionamento da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento no plano técnico do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;
- Coordenar as atividades necessárias para candidatar a Empresa aos vários programas de financiamento, em parceria com os restantes Serviços da Empresa, e proceder à coordenação da realização das candidaturas aprovadas;
- Estruturar as respostas de natureza técnica relativas à atividade global da Empresa que não decorram de atribuições específicas de outros Serviços;
- Proceder à preparação e resposta de elementos técnicos de suporte à articulação de financiamentos junto do BEI;
- Articular com os Municípios da área de atividade da Empresa as questões relativas ao relacionamento entre os sistemas da Empresa e os sistemas municipais, em especial no que respeita ao redimensionamento das necessidades dos Municípios emergentes de licenciamentos urbanísticos e ao tratamento das consultas recebidas para o efeito;
- Assegurar a gestão global dos sistemas informáticos da Empresa e proceder à sua coordenação e compatibilização;
- Gerir e atualizar os equipamentos informáticos e o sistema de informação geográfica da Empresa;

- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)

Atribuições

- Apoiar o CA na definição, acompanhamento e revisão dos objetivos estratégicos da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento do processo de certificação da Empresa e a gestão e manutenção do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS) prestando todo o apoio às restantes unidades orgânicas;
- Definir e assegurar a implementação de normas e procedimentos de qualidade na Empresa;
- Colaborar com outras unidades orgânicas na formação dos Recursos Humanos relativamente às normas e procedimentos do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS);
- Criar condições para a certificação da Empresa em matéria de segurança, assumindo as colaborações adequadas para a sustentação prévia dessas condições e tutelando o respetivo desenvolvimento;
- Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;
- Garantir o tratamento e reporte dos Indicadores de Desempenho à Entidade Reguladora e dos Indicadores de Sustentabilidade à Águas de Portugal, S.A., em colaboração com os serviços;
- Garantir a coordenação dos projetos de Investigação e Desenvolvimento da Empresa, em articulação com os diferentes serviços;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)

Atribuições

- Assegurar as publicações e outros meios adequados à comunicação institucional da Empresa;
- Planear e propor ações de comunicação em concertação com a Comunicação e Imagem do Grupo, de forma a assegurar uma boa imagem institucional da Águas do Oeste e uma perceção correta da sua atividade;
- Gerir as atividades e momentos de comunicação, de forma a cumprir os objetivos propostos;
- Coordenar os instrumentos de comunicação periódica com os Clientes da Empresa e organizar os níveis de avaliação do grau de sua satisfação;
- Preparar, propor e assegurar a realização de ações de educação ambiental relacionados com a atividade da Empresa e dirigidos à população em geral ou, em particular, ao universo escolar;
- Colaborar no desenvolvimento e garantir a implementação na Águas do Oeste do plano de contingência do Grupo, em articulação com a *holding* visando antecipar situações de crise e contribuir para a solução dos problemas detetados, de forma a manter a boa imagem institucional da Empresa e do Grupo;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Secretário da Sociedade

Atribuições

- Autenticar os Despachos e decisões do Conselho de Administração;
- Assegurar a divulgação interna dos normativos relevantes para a Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção Administrativa e Financeira (DAF)

Atribuições

- Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para as suas aplicação e evolução;
- Assegurar a elaboração do orçamento da Empresa, propôr a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objetivos;
- Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a Empresa e o seu reporte atempado para os Acionistas e diversas Entidades externas;
- Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais;
- Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras;
- Garantir a correta aplicação e a atualização das tarifas para o fornecimento de água e recolha/ transporte de efluentes, no âmbito dos contratos de concessão;
- Colaborar com a Administração e os outros Serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da Empresa;

- Assegurar a gestão administrativa da Empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel e seguros;
- Assegurar a faturação a clientes e acompanhamento da dívida de clientes;
- Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa;
- Controlar a despesa e instruções de pedidos de pagamento ao Fundo de Coesão;
- Garantir a implementação e atualização do cadastro de infraestruturas e equipamentos;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Infraestruturas (DIE)

Atribuições

- Colaborar na elaboração e propôr o Plano dos Investimentos, de forma a responder às necessidades de criação/ otimização das infraestruturas do Sistema e garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela Administração;
- Assegurar a realização de todos os investimentos da Empresa, com exceção dos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar o acompanhamento da execução de projetos para as obras a realizar pela Empresa;
- Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos;
- Assegurar a gestão das obras de construção executadas por empreiteiros, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objetivos e assegurar a realização das inspeções/ vistorias para o efeito das receções provisórias;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade da Direção, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar progressivamente a implementação de um sistema de gestão de ativos, com a colaboração dos restantes Serviços;
- Proceder à avaliação funcional das infraestruturas da Empresa e apresentar propostas para melhorar a sua eficácia e eficiência, garantindo a implementação da codificação de localização funcional de todas as infraestruturas, bem como as suas etiquetagem e valoração;
- Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objetivos da Empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente na execução dos investimentos, e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Operação (DOP)

Atribuições

- Coordenar e dirigir a atividade do DEAG e do DEAR;
- Prosseguir as atribuições do DEAG e do DEAR;
- Assegurar a articulação com os sistemas municipais relativa a todas as questões operacionais da Empresa, incluindo o reporte de todas as situações inerentes ao funcionamento dos sistemas da Empresa;
- Coordenar a gestão de laboratório internos e/ou externos no que se refere à realização das análises necessárias ao cumprimento dos Planos de Monitorização Operacional necessários ao acompanhamento da qualidade da água fornecida;
- Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;
- Coordenar e gerir com o laboratório externo o cumprimento dos planos de controlo analítico legal para as atividades de abastecimento e saneamento;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)

Atribuições

- Assegurar a operação dos sistemas de abastecimento de água, em função da procura existente e dos parâmetros de qualidade exigidos, visando a rentabilidade da Empresa e a prestação do melhor serviço à população;
- Identificar e propor projetos/ obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de abastecimento visando melhorar a sua capacidade e eficiência e assegurar a consecução dos objetivos de médio/ longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAG, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de abastecimento de água da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;

- Garantir a verificação e registo dos consumos, nos pontos de entrega, e o seu reporte à DAF para faturação;
- Manutenção da otimização dos custos operacionais inerentes à atividade de abastecimento;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade, de forma contribuir para a melhoria da eficiência, diminuindo custos e promovendo a qualidade do serviço;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a abastecimento de água;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Águas Residuais (DEAR)

Atribuições

- Assegurar a recolha, transporte e tratamento e rejeição de águas residuais a cargo da Empresa;
- Colaborar na erradicação de descargas poluentes nos meios recetores, em cooperação com entidades externas;
- Identificar e propor projetos/ obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de saneamento de forma a garantir a sua funcionalidade e o cumprimento dos objetivos de médio/ longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de saneamento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de águas residuais da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;
- Articular com as entidades gestoras “em baixa” ações com vista à erradicação da descarga de águas residuais com características não urbanas no sistema de saneamento da empresa;
- Articular com as entidades gestoras “em baixa” a eliminação das aflúências indevidas relacionadas com a aflúência de caudais superiores à capacidade das infraestruturas do sistema de saneamento “em alta”;
- Manutenção da otimização dos custos operacionais inerentes à atividade de saneamento de transporte e tratamento;
- Garantir a verificação e o registo dos caudais nos pontos de recolha e o seu reporte à DAF para faturação;
- Garantir o controlo analítico do processo e da monitorização da qualidade das águas residuais afluentes, dos efluentes tratados e meios recetores, visando a sua melhoria contínua e o cumprimento da legislação em vigor;
- Garantir a remoção dos resíduos e subprodutos provenientes do funcionamento do sistema e assegurar o seu encaminhamento para destino final;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade de forma a otimizar o processo, diminuir custos e promover a qualidade do serviço;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a tratamento de águas residuais (água, luz).

Departamento de Manutenção (DEMA)

Atribuições

- Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infraestruturas da Empresa, de forma a garantir a funcionalidade e a fiabilidade do sistema da Empresa e o cumprimento dos objetivos, incluindo os correspondentes investimentos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar a realização atempada de ações de manutenção preventiva, corretiva e condicionada de equipamentos e a limpeza e desobstrução de infraestruturas, de forma a garantir a otimização da sua exploração e a melhor relação entre custos e benefícios;
- Colaborar com a DIE na preparação de projetos tendo em vista a otimização das condições de manutenção, na perspetiva da eficiência associada à implantação progressiva da gestão de ativos;
- Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custo;
- Garantir a gestão eficaz dos materiais e peças sobressalentes e sua correta armazenagem;
- Colaborar na receção de novos equipamentos e instalações;
- Gerir o sistema de telegestão da Empresa, em articulação com as funções de coordenação global do DESI, e proceder à implementação dos novos subsistemas;
- Preparar e assegurar o cumprimento do plano de calibração de dispositivos de monitorização e medição, bem como a sua manutenção;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

5.1. Estatutos e Comunicações

Comunicações de Irregularidades

A Águas do Oeste dispõe de diversas ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se o Código de Conduta e Ética e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

No Plano de Gestão de Risco Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Oeste encontram-se descritos os meios de comunicação para eventuais irregularidades ocorridas na sociedade.

Ética e Prevenção da Corrupção

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a Águas do Oeste tem aprovado e implementado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, a Águas do Oeste procede à elaboração do relatório anual sobre o cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o qual se encontra disponível no *site* (www.adp.pt e www.aguasdooeste.pt).

Por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a Águas do Oeste implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pelos Administradores e os colaboradores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

Valores Éticos da Águas do Oeste e Princípios de Atuação

A Águas do Oeste tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

5.2. Controlo Interno e Gestão de Riscos

A Águas do Oeste, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2014 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Oeste, S.A. sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Oeste, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Integração do setor das baixas/Verticalização;
- Integração de Sistemas Multimunicipais/Agregação;
- Segurança física e das instalações;
- Relacionamento com municípios.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

5.3. Regulamentos e Códigos

A Águas do Oeste é uma empresa cujo sistema de gestão de responsabilidade empresarial se encontra certificado, tendo por base a qualidade do serviço prestado à comunidade onde se insere, garantindo a proteção do ambiente e a salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, monitorizando a sua eficiência em vários níveis. O Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS) desenvolvido na Águas do Oeste, inclui o mapeamento, integração e a interação entre processos estruturais da Empresa, monitorizados numa lógica de melhoria contínua, sustentada em indicadores mensuráveis, com resultados analisados e metas revistas anualmente pela gestão de topo.

A Águas do Oeste tem também implementado um conjunto de regulamentos e manuais internos que ajudam a definir regras, mediante determinadas vertentes de atuação, a saber: Manual de Recursos Humanos Corporativos, Manual de Acolhimento, Manual de Estrutura Orgânica, Manual de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras para as empresas participadas UNAPD, Regulamento interno para a atribuição, distribuição, manutenção e conservação de Equipamentos de Proteção Individual, Regulamento interno de prevenção e controlo de alcoolémia, Política de atribuição de donativos e patrocínios, Código de Conduta e Ética, Código de Conduta Empresas e VIH, Regulamento interno de atribuição e utilização de viaturas de serviço, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Manual do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS), Manual de Apresentação do SIQAS: Principais linhas orientadoras para uma adequada prestação do serviço, Planos de segurança internos para diversas instalações, Regulamento de visitas às infraestruturas operacionais da Águas do Oeste, Plano de contingência – gripe pandémica e Manual de normas de viaturas – Grupo AdP.

O Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento do Sistema Multimunicipal do Oeste foi aprovado pelo Concedente, e publicado em diário da república, no dia 19 de agosto de 2013, entrando em vigor no dia seguinte.

No que se refere ao Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste (REAA), foram recebidos e analisados os pareceres dos municípios utilizadores/clientes e revisto a versão do REAA, cuja versão final, após a aprovação do Conselho de Administração, será enviada para o Concedente para aprovação.

5.4. Sítio da Internet

5.4.1. Divulgação de Informação

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com os seus *stakeholders*, nomeadamente clientes, acionistas, concedente, regulador, outros parceiros e população em geral. Privilegiando a divulgação da informação e o acesso à mesma, numa postura aberta e transparente, com base nas diretrizes para o Setor Empresarial do Estado e nas orientações corporativas, é através do seu *site* (www.aguasdooeste.pt), e do Relatório e Contas (R&C), também ele disponibilizado anualmente no *site* da empresa, que assegura a publicitação dos seguintes pontos, conforme evidencia a tabela seguinte:

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organograma	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	A informação que não está disponibilizada diretamente em
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			www.aguasdoeste.pt,
Remuneração dos órgãos sociais	x			pode ser consultada
Regulamentos Internos e Externos	x			no R&C (accedendo ao submenu Informação
Transações fora das condições de mercado			x	Financeira)
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Nota: Assinalar no formulário com X as respostas corretas

5.4.2. Informação Sintética sobre as iniciativas de Publicidade Institucional

De acordo com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, as entidades abrangidas por essa Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Oeste têm sempre por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e são pautadas pelos princípios da verdade e da transparência. A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Oeste, durante o ano de 2014, foi bastante reduzida considerando a política de contenção de custos, como já tinha acontecido nos anos anteriores. Apesar disso, a empresa continua a apostar na divulgação da sua atividade, tendo, no ano em análise, recorrido à realização de campanhas sem recurso à aquisição onerosa de espaços publicitários, sempre com o objetivo de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública, quer ao nível da qualidade da água para consumo humano, quer do tratamento de águas residuais;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e
- Assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, a tabela seguinte resume a informação sintética requerida.

Montante global investido em publicidade, no decorrer de 2014, discriminado por trimestres:

Unidade: euros

Órgão/ Entidade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Prosa Perfeita Publicações, Lda (Jornal Região de Cister)	125	-	-	-	125
About Net – Comunicação Social, Lda (Diretório Ambiente Online)	200	-	-	-	200
Jorlis - Edições Publicações, Lda. (Jornal de Leiria: Revista 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria)	-	-	-	150	150
Total	350	0	0	150	475

Nota: Aos valores acima mencionados acrescem o IVA à taxa legal em vigor.

Para 2014, a Águas do Oeste manteve a estratégia adotada em anos anteriores, com custos reduzidos, praticamente inexistentes, em publicidade institucional, face à política de contenção de custos adotada internamente, enquadrada no quadro de redução de custos a que as empresas do Setor Empresarial do Estado estão obrigadas.

Como demonstram os dados constantes na tabela acima, no que se refere a Ações de Promoção e/ ou Divulgação, no decorrer do ano de 2014, não se realizaram quaisquer iniciativas, cujo montante em publicidade tenha sido superior a quinze mil euros (15.000 euros).

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Oeste, cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010, assim que a plataforma eletrónica existente para este fim ficar disponível.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Oeste divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

Para além destas orientações, a Águas do Oeste, no desempenho da sua atividade ao longo do exercício de 2014, deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, e ainda às orientações corporativas emanadas pelo Grupo Águas de Portugal.

6. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Oeste, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

A fixação da remuneração dos Órgãos Sociais é a decorrente da deliberação da Assembleia-Geral de 13 de março de 2014.

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Na Assembleia-Geral de 13 de março de 2014 foi aprovado que o gestor Eng.º Arménio de Figueiredo fosse autorizado a optar pelo vencimento do lugar de origem, produzindo essa autorização efeitos à data de entrada em vigor do novo estatuto remuneratório do Gestor Público.

Os montantes totais de remunerações em 2014 auferidos pelos membros dos órgãos sociais foram os seguintes:

6.1 Mesa da Assembleia-Geral

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral Mandato II	2014 Presidente	Vice-Presidente (1)	Secretário (1)
Remuneração anual fixa		415,00	
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva		415,00	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(1) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa.

6.2. Conselho de Administração

Unidade: euros

	Presidente Não Executivo(1)	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo (2)
	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/ Não)	Sim	Sim	NA
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	14 972,35	77 563,93	0,00
OPRLO	NA	Não	NA
Entidade de Origem (identificar)			
Entidade pagadora (Origem/Destino)			
I.1.	Remuneração Anual	14 972	81 016,60
I.2.	Despesas de Representação (Anual)		7 489,66
I.3.	Senha de presença (Valor Anual)		
I.4.	Redução decorrente da Lei 12-A/2010		4 411,20
I.5.	Redução decorrente Lei n.º 83-C/2013, (LOE2014), Acórdão TC n.º 413/2014 e Lei 75/2014		6 531,13
I.6.	Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal		
I.7.	Reduções de anos anteriores		

1.	Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	14 972,35	77 563,93	
2.	Remuneração variável			
3.	Isenção de Horário de Trabalho (IHT)			
4.	Outras (identificar):			
	Subsídio de deslocação			
	Subsídio de refeição		1 615,32	
Encargos com benefícios sociais				
	Regime de Proteção Social (ADSE/ Seg. Social/ Outros)		19 147,06	
	Seguros de Saúde		588	
	Seguros de Vida		739	
	Seguro de Acidentes Pessoais			
	Outros (indicar)			
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)		Sim	Não	Sim
	Entidade (identificar)	AdP		
	Remuneração Anual			

^(*) diferencial entre (1) e (2) relativo a deslocações profissionais

⁽¹⁾ A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa

⁽²⁾ Cargo ocupado pelo Presidente da Câmara do Município de Peniche.

Parque Automóvel	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		II	
Modalidade de Utilização		AOV	
Valor de referência da viatura nova		32 305	
Ano Início		2007	
Ano Termo		2014	
N.º prestações (se aplicável)		84	
Valor Residual		-	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		6 761	
Combustível gasto com a viatura		3 660	
Plafond anual Combustível atribuído		4 668	
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)		2 668	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	

Unidade: euros

Outras regalias e compensações	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		II	
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		80	
Gastos anuais com comunicações móveis		415	
Outras (indicar)		292	
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		Sim	

6.3. Órgão de Fiscalização

Unidade: euros

Fiscal Único	2012	2013	2014
Remuneração anual auferida	10 200,00	10 200,00	10 200,00
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva	10 200,00	10 200,00	10 200,00

7. Transações com partes Relacionadas e Outras

A empresa, durante o ano de 2014, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de empreitadas e de aquisição de bens e serviços. Após o início da vigência do novo Código dos Contratos Públicos, a Águas do Oeste promoveu a adaptação dos seus procedimentos em função das orientações recebidas do Grupo Águas de Portugal.

A nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2014 ou mais de 5% do universo do FSE da empresa:

Fornecedor	Montante €	% Relativa aos FSE
Iberdrola Clientes, SAU	1 550 437,16	18,60%
Iberdrola Generación, S.A.	1 362 645,07	16,30%
Manvia-Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.	959 684,66	11,50%
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	515 489,16	6,20%
EDP - Serviço Universal, S.A.	475 575,24	5,70%
Terrafértil II, Lda	456 139,23	5,50%

Estas cinco empresas, que representam cerca de 64% do total dos custos com FSE, fornecem a energia (EDP e Iberdrola), realizam a maioria da manutenção das infraestruturas (Manvia), recolhem, transportam e enviam para destino final adequado as lamas produzidas decorrentes da atividade normal da empresa (Terrafértil) e são beneficiárias dos *Fee's* de Gestão e Administração (AdP SGPS).

Em termos de entidades relacionadas, apresenta-se quadro resumo com os montantes de transações durante o ano 2014:

Unidade: euros

	Rendimentos	Gastos
AdP SGPS	-	(1 794 919,43)
AdP Serviços	-	(247 238,91)
AdP Internacional	552,70	(68 117,78)
Aquasis	-	(18 681,78)
EPAL	-	(10 981 652,93)
AdP Energias	30 466,98	-
Valorsul	187 403,91	-
Municípios	32 729 792,01	(81 492,06)
Paulo José Salvador Ferreira	-	(4 014,54)

O valor transacionado com a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. corresponde à imputação à Águas do Oeste de *Fees* de Gestão e Administração, tendo em vista a promoção de um aproveitamento de esforços, assegurar condições de segurança relativamente às atividades desenvolvidas que envolvam riscos estratégicos, nomeadamente riscos de financiamento, obtendo vantagem por via da definição de uma estratégia de partilha de encargos associados.

O relacionamento da Águas do Oeste com a unidade de serviços partilhados do Grupo, a AdP Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação “*in house*” estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

A AdO no exercício da sua atividade tem necessidade de recorrer com alguma frequência aos serviços de suporte partilhados pela AdP-Serviços, quando não possui os recursos humanos e técnicos indispensáveis para o efeito. São exemplo, serviços prestados no âmbito de compras e apoio geral, engenharia (designadamente apoio à elaboração de processos de concurso e à apreciação de propostas e acompanhamento de empreitadas), assessoria jurídica aos negócios da empresa, comunicação institucional, de sistemas de informação, recursos humanos, serviços financeiros e de contabilidade.

Com a Aquasis, a AdO adquire serviços de natureza técnica e de consultoria.

Com a EPAL, a relação corresponde à aquisição de água para fornecimento aos municípios utilizadores/clientes da Águas do Oeste.

Com a AdP Energias, a relação corresponde à cedência de espaços para a produção de energia elétrica por intermédio de unidades fotovoltaicas de microgeração e venda de energia à RESP – Rede Elétrica de Serviço Público.

Com a Oeste Comunidade Intermunicipal, a relação corresponde ao arrendamento das instalações da Sede da AdO.

Com os municípios, os montantes registados como rendimento, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em “alta” – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

Com a Valorsul, a AdO prestou serviços de tratamento de efluentes, decorrente de descarga de águas residuais lixiviantes provenientes do aterro sanitário do Oeste, em instalações de tratamento a cargo da Águas do Oeste.

O valor transacionado com o Eng. Paulo Ferreira diz respeito a prestação de serviços de responsabilidade de exploração das instalações elétricas, nos termos da legislação em vigor:

7.1. Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela Águas do Oeste, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2014 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Oeste, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Oeste no ano de 2014.

8. Análise de Sustentabilidade

Falar de sustentabilidade é falar, sobretudo, da preocupação diária da Águas do Oeste: fornecer água potável em quantidade e qualidade suficientes a toda a população do Oeste e tratar a água residual adequadamente antes de a devolver ao mar e aos rios, preservando os ecossistemas.

A atividade da empresa está alicerçada num compromisso que vai ao encontro da estratégia de sustentabilidade definido pelo Grupo AdP. Com objetivos bem definidos, a atuação da Águas do Oeste mantém como principais vetores de cariz sustentável, o respeito pela informação das partes interessadas, a monitorização ambiental da sua atividade e a gestão eficaz dos recursos que utiliza, tendo sempre como base os seus acionistas, clientes, colaboradores e restantes partes interessadas a comunidade em geral e, obviamente, o ambiente.

A adoção desta postura levou à definição de políticas, estratégias e objetivos que consagram uma prática de gestão que tem em conta, simultaneamente, três vertentes: a recuperação dos capitais investidos (sustentabilidade económica), o respeito e a valorização dos recursos naturais (sustentabilidade ambiental), a proteção da saúde da comunidade e a valorização dos seus colaboradores (sustentabilidade social).

Sustentabilidade Económica - a recuperação dos capitais investidos como uma condição indispensável para a sustentabilidade da empresa.

Sustentabilidade Ambiental - a valorização dos ecossistemas da região, implementando sempre que possível, práticas de gestão que assegurem a correta utilização dos recursos naturais, a melhoria contínua do desempenho ambiental das suas atividades e a prevenção da poluição, contribuindo desse modo na melhoria da qualidade da água dos recursos hídricos da região, enquanto meios recetores, não esquecendo as zonas balneares, e consequentemente a preservação dos recursos e dos ecossistemas naturais, assim como a promoção de um desenvolvimento sustentável, quer económico, quer turístico e/ou ambiental da região onde está inserida.

Sustentabilidade Social - a proteção da saúde pública, junto na comunidade onde se insere, através da concretização profissional do trabalho da empresa, e da garantia, em qualquer momento, da qualidade e quantidade de água na torneira abastecida aos seus municípios e as necessárias condições sanitárias na região, com o inquestionável benefício associado à inexistência de doenças veiculadas, direta ou indiretamente, pela água. Também a valorização dos seus colaboradores, pelas tarefas que desenvolvem assentes num árduo e ininterrupto trabalho, num sentido de responsabilidade muito vincado com iniciativa e pró-atividade.

Valores que fazem a diferença e que permitem à Águas do Oeste executarem um serviço de qualidade, procurando continuamente a melhoria e a eficiência.

A focalização em todas as sinergias (económicas, ambientais e sociais) e o assumir que operar em regime de monopólio, num serviço de interesse geral, significa ter de ser ainda mais responsável, é a base da inspiração e o que conduz à Águas do Oeste.

Resumindo, em matéria de sustentabilidade económica, ambiental e social, no decorrer do ano de 2014, a Águas do Oeste manteve os seus objetivos estruturantes, numa perspetiva de criar mais-valias para a comunidade, acionistas e para os próprios colaboradores.

Consciente das suas responsabilidades e empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como a recolha e o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, a Águas do Oeste tem atualmente implementado um Sistema de Gestão Integrado, nas vertentes Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho.

A Águas do Oeste considera que o envolvimento e uma comunicação eficaz com as suas partes interessadas são primordiais para a sustentabilidade do negócio da empresa. Acresce, o seu importante papel na gestão do Ciclo Urbano da Água e a sua responsabilidade nesse âmbito, prestando assim serviços essenciais ao desenvolvimento sustentável da região e bem-estar das populações onde se insere, procurando melhorar continuamente a sua capacidade de resposta aos desafios, preocupações e necessidades identificadas, incluindo no que se refere à divulgação de informação.

Apesar de nos últimos anos se ter verificado uma diminuição significativa dos custos associados às atividades de educação e sensibilização ambiental, a Águas do Oeste continuou a apostar nos diversos projetos que tem desenvolvido nos últimos anos, considerando-os como vetores fundamentais para a adequada gestão do ciclo urbano da água. Um plano estruturado, implementado desde 2003, que envolveu até ao momento dezenas de milhares de participantes.

Das ações desenvolvidas neste âmbito, destacam-se as visitas de estudo e técnicas e os dias abertos realizados às infraestruturas da Águas do Oeste, onde é destacada a importância do tratamento das águas residuais e o seu contributo na preservação dos rios, ribeiras e das zonas balneares da região, para além de outras ações de sensibilização realizadas, na sua maioria desenvolvidas em parceria com os seus acionistas/ clientes, sempre com o objetivo de apelar à preservação e à utilização racional do recurso água, enquanto bem cada vez mais escasso e essencial à vida, independentemente dos públicos-alvo a que se destinam.

Ao nível da política ambiental da empresa, destaca-se também o envolvimento que esta tem tido, desde 2008, com o Projeto Rios, um projeto nacional coordenado pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), enquanto responsável que é pela sua implementação na área geográfica onde se insere, promovendo deste modo a participação pública e a sensibilização da população envolvida, para a necessidade de preservação dos recursos hídricos, um dos objetivos da empresa.

Ao nível da política social, desde 2009 que a Águas do Oeste integra as iniciativas de responsabilidade social do Grupo AdP, através da doação de 50 cêntimos por cada postal eletrónico de Natal enviado. Nos últimos anos foram enviadas mais de uma centena de milhares de cartões de Natal eletrónicos, representando uma poupança significativa de recursos associados ao seu envio, e transporte para os destinatários e respetivas emissões de CO₂, caso se optasse pelo formato em papel. A Águas do Oeste é uma das participadas que tem contribuído para o sucesso deste projeto, não só no âmbito da política de utilização racional de recursos, bem como de responsabilidade social, considerando que o apoio a estes projetos tem revertido para instituições sociais e, mais recentemente, à semelhança do projeto iniciado em 2013, o montante angariado em 2014 foi totalmente direcionado para a atribuição de 20 bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores das diversas empresas do Grupo AdP, que evidenciam dificuldades financeiras e que tenham tido um aproveitamento escolar excelente, duplicando assim o número de bolsas atribuídas em 2013, tendo sido o montante remanescente direcionado para Bolsas de apoio a filhos de colaboradores com necessidades de Educação Especial.

Não menos importante, é o reconhecimento público da atividade da empresa ao longo de mais de uma década, por parte de entidades externas, nomeadamente, através da atribuição de prémios, com destaque para os selos da **Qualidade exemplar da água para consumo humano**, atribuídos pela ERSAR consecutivamente em 2013 e 2014, depois do prémio pela **Qualidade de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas Prestado aos Utilizadores**, em 2008, atribuído pela mesma entidade, e da obtenção da certificação em qualidade do serviço, ambiental e segurança e saúde dos seus trabalhadores. Também o seu desempenho tem sido reconhecido, quer a nível distrital, considerando que anualmente a Águas do Oeste integra as listas das 100 e 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria, publicadas pelo Região de Leiria e pelo Jornal de Leiria em 2014. O principal indicador analisado foi o Volume de Negócios, que lhe permitiu aparecer posicionada em 22º e 32º lugares nos *rankings*, respetivamente, melhorando relativamente a anos anteriores. Também a nível nacional a empresa integra as 1.000 Maiores Empresas, (publicação editada pelo Diário Económico), onde estão incluídas poucas empresas do setor.

8.1. Gestão do Capital Humano

(nº colaboradores)

Evolução dos Recursos Humanos (n.º de trabalhadores em 31 de dezembro)				
Ano	2011	2012	2013	2014
Total	132	130	125	116

(nº colaboradores)

Decomposição dos Recursos Humanos (n.º de trabalhadores em 31 de dezembro)				
Serviço	2011	2012	2013	2014
Secretariado dos Órgãos Sociais	1	1	1	1
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	3	2	2	2
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	4	3	2	2
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	2	1	1	1
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	10	11	10	10
Direção de Infraestruturas (DIE)	6	6	6	4
Direção Operacional (DOP)	9	9	9	8
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	25	23	22	22
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	62	63	60	57
Departamento de Manutenção (DEMA)	10	11	11	9
Total	132	130	124	116

Notas: Em 2014 não estão consideradas as 4 cedências ocasionais e 1 requisitado. Está considerado 1 colaborador (DAF) cedido pela AdP Internacional.

(anos)

Estrutura Etária - Anos	
«19	0
»19«25	0
»26«35	41
»36«45	50
»46«55	19
»56«65	6
»65	0
Média Idades	40 Anos e 2 Meses

(anos)

Níveis Antiguidade - Anos	
»0<1	0
»1«2	4
»3«5	22
»6«10	72
»11«15	18
»16	0
Antiguidade Média	8 Anos e 6 Meses

(nº colaboradores)

Vinculo Laboral	
Sem Termo	110
Termo Certo	4
Termo Incerto	0
Outros	2

(nº colaboradores)

Habilitações Literárias	
Ensino Básico	42
Ensino Secundário	35
Ensino Pós-Secundário	2
Ensino Superior/Licenciatura	30
Ensino Superior /Mestrado	7

(nº colaboradores)

Sexo	
Feminino	31
Masculino	85

(nº horas)

Absentismo	
Assistência Familiar	2393
Doença	5 416
Consulta Médica	202
Licença de Casamento	0
Licença Parental	7 248
Acidentes de Trabalho	2 359
Outras ausências	707

(nº horas e nº colaboradores)

Formação	
Total de horas de formação	4 998
Nº de colaboradores envolvidos	116

(euros)

Evolução da massa salarial				
Ano	2011	2012	2013	2014
Total	2 936 981	2 694 591	3 005 253	2 771 359

Decomposição da massa salarial (euros)				
Serviço	2011	2012	2013	2014
Secretariado dos Órgãos Sociais	28 314,25	26 851,48	31 474,39	31 051,99
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	114 219,80	95 947,60	86 186,76	89 257,18
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	156 499,42	117 813,99	104 215,37	87 022,77
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	50 166,56	46 292,90	47 759,12	45 297,82
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	329 449,83	321 341,38	318 004,63	319 134,13
Direção de Infraestruturas (DIE)	197 817,50	184 104,86	207 924,06	194 998,45
Direção Operacional (DOP)	112 196,01	170 086,98	240 676,96	248 755,48
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	525 998,45	501 909,17	539 147,39	476 197,15
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	1 145 663,91	980 193,32	1 102 884,61	983 701,31
Departamento de Manutenção (DEMA)	276 654,92	250 049,67	326 980,18	295 942,93
Total	2 936 980,65	2 694 591,35	3 005 253,47	2 771 359,21

Os quadros refletem o número de colaboradores a 31 de dezembro de cada ano, o que nem sempre coincide com o número de colaboradores que desempenharam funções na empresa durante o ano. Também não reflete a ausência de colaboradores em períodos prolongados, designadamente por via da licença de parentalidade ou baixa médica.

Em 31 de dezembro de 2014, o quadro de pessoal contava com 116 colaboradores, não incluindo os cinco colaboradores que se encontram com suspensão do contrato de trabalho (quatro cedências ocasionais a outras empresas do Grupo AdP e um requisitado a desempenhar funções em gabinete de apoio a Presidente de Câmara). Estão incluídos dois colaboradores com contrato suspenso, que, à data, se encontravam com baixa prolongada, por doença.

A colaboradora que desempenhava funções de Diretora Administrativa e Financeira foi cedida a outra empresa do Grupo AdP, a Simtejo, tendo sido substituída por um colaborador de outra empresa do Grupo, a AdP Internacional, também através de um contrato de cedência ocasional.

Apesar do aumento da atividade que ocorreu nos últimos anos, não se verificou um aumento do número de colaboradores, tendo até ocorrido uma diminuição, por via do estabelecido na Lei do Orçamento de Estado de 2014, o que implicou um esforço muito significativo dos trabalhadores e da empresa para o cumprimento das suas atribuições. Acresce o facto de não ter sido possível proceder à substituição dos colaboradores que estiveram com ausências prolongadas, por licença parental ou por baixa por doença, o que não pôde deixar de afetar a resposta de algumas áreas da empresa.

Formação

Apesar das atuais restrições financeiras, a Águas do Oeste continuou a dar uma especial atenção aos programas de formação interna e externa, tendo em vista fomentar a articulação das necessidades empresariais com a evolução socioprofissional dos colaboradores.

Em 2014, a AdO investiu em áreas como a I&D, desenvolvendo projetos, quer individualmente com os seus quadros técnicos, ou através de parcerias, mas sempre com o objetivo de otimizar os processos existentes e de responder a novos desafios.

Foram efetuados diversos projetos, quer na operação dos sistemas de abastecimento, quer no saneamento, com vista à otimização de vários aspetos essenciais à gestão dos ativos, nomeadamente ao aumento de vida útil dos equipamentos, redução de consumos energéticos e à redução de risco e aumento de performance, todos eles fundamentais para a eficiência da operação dos seus processos.

Deste modo, as orientações estratégicas da Águas do Oeste, S.A. para 2014 foram no sentido de continuar a apostar na formação para a otimização da gestão de ativos, redução de consumos energéticos e na redução de risco empresarial, sem que todavia, as áreas associadas ao sistema de gestão de responsabilidade empresarial, nas vertentes de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, fossem descuradas.

O Plano de Formação para 2014 contribuiu para um enquadramento da formação, que se materializou em cursos de formação, conferências, jornadas, seminários e horas de trabalhador-estudante, representando um total acumulado de 4.915 horas de formação,

abrangendo a totalidade dos colaboradores da Águas do Oeste e correspondendo a uma média/ hora por colaborador de 42,37 horas de formação.

A AdO direcionou a sua intervenção no sentido de dar resposta às necessidades formativas identificadas, em áreas essenciais da atividade da empresa e que mais dificuldade encontra no mercado externo de formação, desenvolvendo formação à medida e com qualidade, adequando os conteúdos programáticos das ações à realidade da empresa, para grupos de colaboradores homogéneos. Estas ações, num total de 1.953 horas, representaram cerca de 40% do total da formação realizada em 2014.

Como reflexo da forte aposta na qualificação dos seus colaboradores, a empresa continuou com a sua estratégia de utilizar as competências dos recursos humanos, tendo para o efeito utilizado a Bolsa Interna de Formadores constituída por um conjunto de técnicos devidamente qualificados e especializados em diversas áreas. A formação interna representou 23% do total de horas de formação realizadas e foi composta pelas seguintes ações de formação:

- Utilização e manutenção de sonda portáteis;
- Técnicas de colheita e preservação de águas residuais e de lamas;
- Operadores de ETAR – Nível I;
- Ações no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde.

De realçar ainda que, com o objetivo de reduzir o tempo e os gastos com as deslocações dos colaboradores para fora da área da concessão, a AdO promoveu a formação intraempresa (formação externa efetuada nas instalações da AdO) que representou 17% do total das ações realizadas.

A formação interempresas (formação externa efetuada nas instalações da empresa formadora) representou 60% da formação total realizada.

8.2. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

Mesmo num contexto de restrições que afetaram a empresa, foi possível desenvolver alguns projetos estruturados nesta matéria.

O projeto “Watt!” tem explorado as oportunidades de redução de consumos energéticos em processos de arejamento e agitação, com resultados evidentes num melhor conhecimento destes processos e, com esse conhecimento, racionalização das operações de arejamento e agitação. Este projeto que, foi apresentado no Congresso Mundial da Água da IWA em Lisboa, nos *Workshops* de Inovação e nas Jornadas de Engenharia do Grupo, tem merecido o apoio da Universidade de Aveiro (IDAD). Este projeto já contribuiu para um conjunto de intervenções em tanques anóxicos (Runa, Dois Portos, Gosundeira, Maxial, Turcifal, Cadafais, Porto da Luz e A-dos-Negros) e na ETAR de Gaeiras.

Foi ainda desenvolvido com um parceiro tecnológico local uma unidade “*low-cost*” de aquisição e envio de dados dirigida a ETAR/EE de pequena dimensão. Este *logger* encontra-se em implementação em diversas ETAR da Concessão.

Em 2014 iniciaram-se dois novos projetos associados à otimização de fase sólida de ETAR e de redução de intensidade energética dos sistemas aeróbios. Estes projetos contam com o apoio da Universidade de Aveiro (IDAD) e Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Nova de Lisboa) e têm como objetivo identificar e quantificar oportunidades de alteração de linhas de tratamento de estritamente aeróbias para solução anaeróbias/aeróbias, incluindo fase sólida.

A Águas do Oeste tem trabalhado em estreita relação com a AdP, nas vertentes de Investigação & Desenvolvimento e Inovação, com o intuito de avançar com a implementação de alguns projetos, na sua grande maioria, focalizados na gestão da energia e consequente melhoria do desempenho energético.

No decorrer de 2014 foi submetida a financiamento europeu, através do programa LIFE, uma candidatura liderada pelo Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), tendo como parceiros: a AdP, o Instituto Superior Técnico, a Hidromod, a Águas do Algarve, a Águas do Oeste e a Águas do Centro. Esta candidatura assenta num projeto que visa a demonstração de um sistema inovador de gestão de redes de distribuição de água potável, denominado SWSS (**Smart Water Supply System**), de forma a quantificar e disseminar os benefícios gerados pela aplicação deste sistema em contexto operação. Este sistema inovador de gestão de redes de distribuição de água é baseado no controlo preditivo, isto é, a estratégia de exploração dos grupos elevatórios será determinada com base na previsão dos consumos de água ao longo do dia, ao invés, do controlo atual baseado nos níveis dos reservatórios (instantâneos). Esta alteração da estratégia de controlo constitui uma mudança de paradigma na gestão de redes de transporte de água e permitirá alcançar uma otimização energética destes sistemas. O SWSS, como sistema de gestão global de redes de distribuição de água, inclui um módulo de gestão de perdas de água, de forma a monitorizar e identificar perdas de água nas redes de transporte. Pretende-se com este projeto demonstrar os benefícios decorrentes deste sistema de gestão, como sejam o aumento da eficiência energética, a redução das perdas de água e o aumento da sustentabilidade das empresas.

A Águas do Oeste mostrou ainda o seu apoio, enquanto parceira, ao projeto ADAPNET – **Decision Support Tool for Climate Change Adapted Networks**, no âmbito do programa **Horizon 2020 Call “DRS-9-2014/2015 Disaster-resilience: safeguarding and securing society, including adapting to climate change”**, envolvendo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a EDP, entre outros parceiros nacionais e internacionais. Este projeto tem como objetivo fornecer ferramentas de apoio à decisão num contexto de eventos relacionados com as alterações climáticas, de forma a assegurar a continuidade da prestação de serviços, nomeadamente energia, comunicações, transportes e água. Paralelamente, este projeto também pretende desenvolver linhas orientadoras para o desenvolvimento de planos de ação necessários para adaptação às alterações climáticas.

9. Avaliação do Governo Societário

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla. 	Total	<p>A divulgação da missão da Águas do Oeste, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	<p>A Águas do Oeste elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<p>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</p> <p>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Oeste encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<p>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</p> <p>A Águas do Oeste foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> • Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<p>Toda a atividade do Grupo AdP e da Águas do Oeste é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<p>O grupo AdP e a Águas do Oeste apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas do Oeste possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</p> <p>A Águas do Oeste aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas do Oeste tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<p>A Águas do Oeste respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none">• Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.	Total	<p>A Águas do Oeste divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	<p>O Grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Oeste o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas do Oeste desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Oeste estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas do Oeste em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none">• A Assembleia-Geral;• O Conselho de Administração;• O Fiscal Único, representado por ROC. <p>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Fiscal único emite anualmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas do Oeste é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none">Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização	Total	Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
<ul style="list-style-type: none">O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.	Total	A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa Águas do Oeste. Neste contexto, a Águas do Oeste está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.

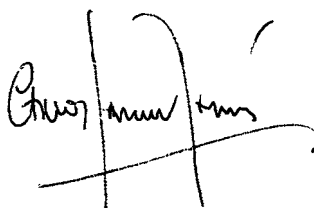
Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas públicas devem: <ul style="list-style-type: none">Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.	Total	A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none">Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.	Total	A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

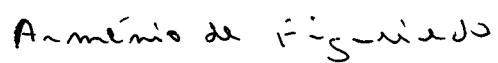
Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	<p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<ul style="list-style-type: none">• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Oeste e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

O Conselho de Administração:

Handwritten signature of Carlos Manuel Martins in black ink.

Carlos Manuel Martins, *Presidente*

Handwritten signature of Arménio de Figueiredo in black ink.

Arménio de Figueiredo, *Administrador-Delegado*

Handwritten signature of António José Ferreira Sousa Correia Santos in black ink.

António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente da Câmara Municipal de Peniche, **Vogal**

Contactos:

Águas do Oeste, S.A.
Convento S. Miguel das Gaeiras - Gaeiras
2510-718 Óbidos
Tel.: +351 262 955 200
Fax: +351 262 955 201
e-mail: geral@aguasdooeste.com
www.aguasdooeste.pt

Edição:
Águas do Oeste, S.A.

Design Gráfico:
AdP – Águas de Portugal, Serviços Ambientais S.A.
Direcção de Marketing e Comunicação

Maquetização:
Várzea da Rainha Impressores - Óbidos



Ver certificados n.º PT08/02358, PT08/02463 e PT11/03801